

ABRIL

revista de reflexão socialista

Nº 491 - Nº 5 - 2017

MARÇO 78

25\$00

2

- Eduardo Lourenço propõe repensar Portugal
- Função pública: uma luta que (re)começa
- Eleições francesas: elementos para interpretação
- Domenach: um desafio à esquerda
- Cinema português: um outro modo de ver
- Casas Pardas — romance de Maria Velho da Costa

MODOS DE LER

EDUARDO PRADO COELHO

É a quadratura do círculo, dizia-me Abelaira. O quê?

Este sempre repetido projecto de fazermos uma revista que procure: a) trazer alguma novidade no modo de pegar certas questões, na maneira de as desenvolver e de lhes dar resposta; b) capaz de tornar essa novidade transmissível àqueles que em princípio (porque explorados) mais necessitam dela para transformar o mundo. As pontas da alternativa são simples de enunciar: ou **dissolves** a novidade na ânsia de comunicar, e comunicas o vazio, o eco esvaído de evidências mastigadas (há quem pense que isto é útil, porque a repetição poderia alargar o círculo dos que sabem; convicção bem precária face à evidência de que não é por falta de saber que os que não agem no sentido dos seus interesses não chegam a agir); ou escolhes defender a novidade dos efeitos destrutivos e banalizantes da vulgarização, e incorres no erro de ser elitista, incompreensível, falando sempre dos mesmos para os mesmos, etc. e tal. É por isso que certa imprensa política se reduz a uma fórmula mais simples: somar apenas a novidade de informação com a produção/difusão de **palavras de ordem**. Com isto se empobrece toda a teoria, se debilita toda a cultura e reflexão política, e é de um tal enfraquecimento que resultam os erros de uma prática demasiado evidentes para precisarem de serem nomeados. E nenhuma gazua dialéctica nos consegue fazer escapar à efectiva quadratura do círculo de que falava Abelaira.

Se ABRIL pretende de facto aparecer como lugar de reflexão socialista, e lugar de ocorrência mensal, terá que claramente dizer que não pode ser: a) nem ser veículo de informação já

amplamente derramada por rádios e tv, jornais e semanários; b) nem ser órgão de formação de militantes, no sentido muito pedagógico de os orientar no abc da confrontação ideológica. Tais tarefas cabem aos próprios canais de enquadramento militante — trabalho que muitas vezes as organizações descaram, quer por desinteresse, quer por precaução.

Mas ABRIL pode servir, e servir na própria acepção militante do termo.

Uma publicação mensal deverá exigir daqueles que a lêem formas próprias adequadas ao uso dessa publicação: não se pode/ deve ler um mensário como um jornal diário; a curiosidade que para eles nos move deve ser diferente; o tempo de leitura deve ser outro.

É importante que a Esquerda habitue os seus simpatizantes e militantes à ideia de que o trabalho teórico passa por leituras em tempos diferentes.

É importante que a Esquerda faça compreender que a leitura é, em certas circunstâncias, um trabalho.

Um trabalho lento, difícil.

Digamos ainda um trabalho colectivo. Porque é importante que os vários núcleos das organizações políticas façam da leitura uma razão de reunião, uma prática colectiva, um trabalho militante.

É preciso dizer que não basta um texto, e já está.

Um texto é uma ponta. Desfiar um texto de ponta a ponta — eis um trabalho político de fundo.

E assim valerá a pena continuar a escrever.

ABRIL

Sumário

- P. 2 – **Repensar Portugal**
Texto de Eduardo Lourenço
Desenho de João Abel Manta

- 8. – **Um “corpo estranho” no movimento sindical**
César Oliveira

- 10 – **Os professores paralisam: porquê?**
Luís Campos

- 12 – **Função pública: uma luta que (re)começa**
Mesa-redonda com dirigentes e delegados sindicais
Desenho de Carlos Barradas

- 18 – **Eleições francesas: a oposição; a maioria; o sistema eleitoral; as divergências na esquerda.**

- 24 – **Inquérito à Esquerda: respondem Manuel Braga da Cruz e Mário Brochado Coelho**

- 30 – **Mesa-redonda com Domenach: revolução ou emancipação? ; a crise do marxismo; utopia: libertação ou totalitarismo? ; a experimentação social; a experiência da revista “Esprit”; Touraine, Castoriadis, Morin**
António Caeiro, Eduardo Prado Coelho, Filipe Arriaga de Castro, José Cortês e Manuel Carrilho

- 38 – **Marxismo e revolução**
Filipe Arriaga de Castro

- 40 – **“Casas pardas” – O peso da escrita**
Maria Margarida Barahona

- 42 – **Cinema português: outro modo de ver:**
 - “Nós por cá todos bem”
J. Castro Guerra
 - “As horas de Maria”
J. Correia Jesuíno
 - “Continuar a viver”
Nuno Portas

Director – Eduardo Prado Coelho
Propriedade – Associação de Cultura Socialista Fraternidade Operária
Editor – Encontro – Distribuidora Editorial SCARL
Sede – Apartado – Lisboa-2
Composição e montagem – OHGMIUS - Artes Gráficas
Impressão e acabamento – Tipografia Dulmaro
Distribuição – Dijournal – Distribuidora de livros e periódicos, Lda.
Tiragem – 10 000 exemplares
Condições de assinatura
anual – Portugal: 300\$00; Estrangeiro: 500\$00
Publicação mensal
Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores

“Terceira posição há — difícil, desgraçada e árdua, de poucos seguida, de poucos entendida, caluniada de muitos; pode-se quase dizer que desprezada de todos. Raros a ocupam, raros deixaram ainda de morrer nela sós como entram, abandonados e malquistos.

... Mas os povos têm o entendimento difícil e a memória curta: hão-de ir-se educando à sua custa” — GARRETT

Que o português médio conhece mal a sua terra — inclusive aquela que habita e tem por sua em sentido próprio — é um facto que revela de um mais genérico comportamento nacional, o de viver mais a sua existência do que **compreendê-la**. Descaso de consequências inumeráveis ou desprendimento sublime, herança contemplativa ou simples reflexo de uma urgência vital que nunca deixou muita margem para **teoria**, esse comportamento é o responsável pelo penoso e já antigo sentimento que no século XIX foi quase o lugar-comum dos seus homens mais ilustres, de que **estamos ausentes da nossa própria realidade**. Para confirmar às avessas esse patológico pendor de viver como se entre o que somos e o que conhecemos de nós nos fosse necessário esse véu de incúria pelo que José Régio chamava “as nossas coisas”, é o português mais dotado que ninguém para viver de imagens, mitos, sugestões, delirante curiosidade por tudo quanto **vem de fora**. Podia pensar-se que uma época de nacionalismo político e cultural como quis ser, e foi em parte, a do antigo regime, teria alterado esse estranho comportamento. É exacto que, ao nível da erudição, do folclore, da própria historiografia, alguma coisa se fez no sentido de um conhecimento mais sério e concreto dos vários aspectos da realidade portuguesa, renovando a herança e as aquisições que do romantismo até aos Matos Sequeira e os Jaime Lopes Dias e os Abade de Baçal, passando pelos Teófilos, Adolfo Coelhos, Carolinas Michaelis e José de Vasconcelos, contribuíram para tornar mais cerrada a tapeçaria da nossa experiência viva de portugueses. Infelizmente, a muitos desses preciosos e insubstituíveis conhecimentos faltou um mínimo de articulação capaz de os extrair da mera descrição empírica, e, na época de Salazar, obras valiosas ficaram eivadas de folclorismo superficial ou de proselitismo nacionalista que lhes limita o papel de “reveladoras” a que estavam destinadas. Ao lado delas, outras houve, que por conhecidas e memoráveis é escusado citar, através das quais se prosseguiu uma espécie de **contra-imagem** daquele outro conhecimento das nossas coisas e de nós mesmos que pecavam por ingenuidade metodológica ou por voluntária e agressiva apologia de uma visão conservadora, idealizante, da realidade portuguesa. Sem falar da “contra-imagem” cultural mais activa dos últimos cinquenta anos nesse campo — **contra-imagem** aliás mais dúbia e complexa do que o dão a supor muitos dos continuadores da sua inspiração — quer dizer, da de António

Sérgio, é em estudos particularizados acerca dos diversos aspectos da vida portuguesa que melhor se revela e tem actuado. Referimo-nos a obras como as de Magalhães Godinho ou Luís Albuquerque, que renovam a visão tradicional do tema “Descobertas”, às de Mário Martins, Pina Martins, sobretudo à de Silva Dias, que propõem uma outra leitura de acontecimentos culturais decisivos para a nossa auto-gnose enquanto medievos renascentistas seiscentistas ou oitocentistas, obras que não se articulam segundo idênticas ou paralelas clivagens, mas que têm em comum a vontade de “renovar” ao **rés-dos-textos** (históricos, cartográficos ou culturais) uma imagem (ou imagens) do devir nacional de conhecido e forte impacto, mas quase todas elas imbuídas de uma potente e estruturante perspectiva “ideológica”. Pertencem a este tipo as grandes contribuições culturais de António José Saraiva, Óscar Lopes, Augusto da Costa Dias, Alberto Ferreira, e, sob um ângulo diferente, mais sociologizante e no que diz respeito aos últimos, mais classicamente universitário, as obras de Joel Serrão, de Jorge de Sena, de Manuel Antunes, de José Augusto França, de Coimbra Martins, de Maria de Lourdes Belchior e de Jacinto do Prado Coelho.

Estes últimos anos, com natural fixação dos interesses culturais imediatos nos domínios da política, da polémica, do questionamento ideológico, obscureceram em excesso uma metamorfose muito mais profunda dos diversos campos que contribuem para o acesso da cultura portuguesa a uma **autognose**, ao mesmo tempo mais estruturada, mais complexa, rica e inovadora. Sob ou à margem da preocupação ideológica militante — é igualmente sub-determinada pela sua exigência — apareceram em público autores e obras que renovam profundamente a **imagem dos portugueses sobre Portugal** e, em particular, naqueles campos cuja abordagem estava, por assim dizer, bloqueada pela necessidade imperiosa do antigo regime de **evitar olhar a fundo a realidade portuguesa**. Seria injusto atribuir ao 25 de Abril esta abertura nova, pois já os últimos dez anos do antigo regime tinham visto surgir iniciativas nesse sentido, paralelas e coerentes com a vontade de “aggiornamento” que existiu nas camadas tecnocráticas e mais liberalizantes do salazarismo moribundo e do marcelismo. Não nos referimos às mudanças capitais no plano especificamente **cultural** (que nunca esteve isolado da marcha geral europeia e paradoxalmente (ou não...) constituiu quase sempre um domínio hegemónico da “oposição”). Basta pensar na metamorfose operada quer na criação em geral (cinema, pintura, romance, poesia, teatro mesmo), quer na reflexão crítica ecoando, com maior ou menor felicidade, a renovação internacional nesse domínio. Nesse capítulo, e à parte a aceleração cultural prodigiosa da era do consumo e da exploração planetária dos “media”, o fenómeno não é muito diferente do que sempre existiu em Portugal, ao menos tendo como sujeito e objecto a chamada classe “cultivada”. A esse título, é claro que nada é mais decisivo em

REPENSAR PORTUGAL

EDUARDO LOURENÇO

matéria de autognose pátria que o aparecimento de obra ou obras maiores através das quais a **nossa imagem** recebe ou anuncia uma perturbação qualitativa de tal natureza que é afinal e apenas no seu espelho que nós nos damos conta do **outro** que somos, da pátria diferente que devimos. Nem será por acaso que obras representativas das jovens gerações como as de Almeida Faria, Maria Velho da Costa ou Nuno de Bragança são, ao mesmo tempo que renovação ao nível da escrita, centradas sob a apropriação da nossa própria realidade enquanto nossa, como aliás já o eram obras capitais da autognose nacional, como a **Muralha**, a **Torre de Barbelá**, o **Delfim**, **Bolor**, **Nítido Nulo** ou **Diálogo em Setembro**.

Curiosamente, a **preocupação por Portugal** enquanto **destino histórico e anónimo específico**, e não apenas como cenário de uma aventura de alma intemporal (Régio) ou universal, em termos de luta social (o neo-realismo), fora durante o antigo regime quase um exclusivo de uma forma de nacionalismo místico equívoco, oscilando entre a referência a Hegel e os manos fraternos e ciosos de Pascoaes e Fernando Pessoa. Uma certa forma de **provocação dogmática** de cariz político não-oficial, mas bem inserida na ideologia reinante, cujo chefe de fila foi Álvaro Ribeiro, suscitou o entusiasmo de discípulos de muita diversa qualidade e o sarcasmo ou a indiferença da cultura racionalista reinante. Contudo, o famigerado movimento da célebre "filosofia portuguesa", a que homens como José

Marinho deram a sua caução **sibilina**, não foi apenas um reflexo oportuno e oportunista do **triumfalismo nacionalista desvairado reinante** (em particular com as suas formas apoloéticas do "humanismo lusíada" e a "réverie" imperial que elevava a grau de paranóia que nos custaram caro), mas uma reacção, em boa parte justificada, contra o pendor **mimetista** e o consequente descaso que ele implica de inatenção a nós próprios. O reaccionarismo confesso ou implícito da maioria dos seus corifeus foi também

reacção contra uma **imagem** da cultura portuguesa, de perfil essencialmente **negativista**, herdado da Geração de 70, e nunca criticado à **esquerda** como o devia ter sido. O "pessimismo" da mais célebre falange moderna deve ter uma leitura **positiva**, sem ser necessário interinar o **irrealismo** que também nele se infiltrou e serviu logo à eterna direita lusitana para re-idealizar a realidade portuguesa em termos ainda mais irrealistas do que aqueles de que a Filosofia Portuguesa fez, nos seus autores mais militantes, uma espécie de privilégio. Pese embora ao que há de inaceitável por arbitrário ou pe-

remptório no seu estilo ou nos seus argumentos, essa "reacção", obcecada pela busca da nossa especificidade, mesmo se só concebe essa busca em termos de profetismo prático, vaticínio, voluntarismo desorbitado e de raiz ressentida, representou bem a consciência de uma **viagem** necessária na postura dos portugueses diante da sua aventura colectiva. Bastará confrontar

as duas versões do capítulo "Sagres" de Portugal de Miguel Torga, para compreender até que ponto nos finais dos anos 40, a voga de nacionalismo cultural representada então pelos homens da "filosofia portuguesa" podia inflectir

no autor dos **Bichos**, um dos raros presencistas com o sentido do concreto nacional, o seu habitual pessimismo de tradição e inspiração bebida em Oliveira Martins... Recentemente, três intelectuais portugueses (João Medina, António Quadros, José Augusto Seabra), de formação e ideologias muito diversas, esboçaram uma polémica em torno da **imagem** de Portugal, ou antes, da nossa relação com ela, provocada por um artigo irónico, muito "geração 70", de um especialista e admirador dela, João Medina, intitulado "Portugalinho". Foi pena que, como de costume, o excelente pretexto que a reconsideração da nossa nova **realidade no contexto mundial**, evocada por João Medina, tivesse degenerado em polémica brava e equivocada de ambas as partes, pois é urgente, de facto **repensar** a partir do país que devimos após o refluxo africano, a

totalidade da nossa aventura histórica, o que infelizmente não foi o caso. Mas repensá-la não apenas em função das **imagens e contra-imagens** mais actuantes da nossa herança cultural incuravelmente **maniqueísta**, e sobretudo de origem **estético-literária**, ou afim, como tem sido quase sempre o nosso caso. Sem as descurar, tais imagens devem ser agora confrontadas, perspectivadas, acaso rebatidas e seriamente questionadas em função de um conhecimento mais aderente à causa viva da realidade nacional, à sua opacidade resistente, à sua acaso tenebrosa carência estrutural, mas à qual não é possível

fugir oferecendo-lhe **modelos** ou módulos de interpretação que na aparência a clarificam com um excesso funesto, pois dessa clarificação nem fica o resíduo de uma **colectiva tomada de consciência** que nos inseria com mais verdade na nossa autêntica realidade, nem os instrumentos aptos a modificá-la segundo o ritmo e as exigências compatíveis com o nosso destino razoável de portugueses.

Da economia, macro e microscópica, da sociologia, da etnografia, da psicologia social, da antropologia, da psicanálise histórica e social, não como campos de estanque e esterilizante

saber, mas como elementos de um "puzzle" adequado ao nosso mistério próprio, se pode e deve esperar a **renovada imagem** capaz de substituir a polarização esquizofrénica da nossa cultura em torno de ópticas globais, decerto elas mesmo justificáveis, mas em excesso simplistas, antistas, sem referência interior vivida e séria àquilo que **negam** e que ao fim e ao cabo as faz viver. Esta perspectiva não é uma mera formulação ou apelo a uma metodologia **sincretista**, informe e sem princípios, apta a oferecer da nossa autêntica existência de portugueses uma espécie de nevoeiro divino onde as tensões, os conflitos, quando não o

horror ou a mediocridade de um viver comum, se dissolveriam magicamente. É apenas a renovada proposição de uma imperiosa urgência

ressentida há mais de trinta anos, num momento em que os portugueses e a sua história se viviam com escandaloso fervor ou impotência, como Nação e anti-Nação, sem que o passado mesmo pudesse escapar a um maniqueísmo de superfície e ainda por cima às

avessas ou não muito longe disso. Não é possível construir e viver de uma **imagem nacional** asséptica, em margem de toda a hipótese ideológica, ou, se se prefere, de qualquer preconceito explícito ou implícito. Mas, justamente por isso, nada é mais necessário do que rever, renovar, suspeitar sem tréguas as **imagens** e os mitos que nelas se incarnam inseparáveis da nossa relação com a pátria que fomos, somos e seremos, e de que essas imagens e mitos são a meta-linguagem onde todos os nossos discursos se inscrevem. Existe naturalmente, mau grado o descaso já verberado pelos clássicos, acerca do que somos e fazemos, uma soma considerável de informações de toda a ordem. Que deixam a desejar, que não têm nem a espessura, nem a audácia, nem o intrínseco dinamismo de outros similares filhos de cultura em permanente estado de auto-crítica, de polémica, de reajustamento, é um facto. Mas o doloroso sentimento com que cada português vive de não ter ao seu alcance aqueles múltiplos e esplendorosos espelhos em que as culturas privilegiadas se podem rever de um só golpe de vista e em corpo inteiro, se se deve à factual **inexistência** de comparáveis e renovadas reestruturações das "imagens" da totalidade nacional, podia ser em parte compensado por uma maior vigência de obras em que a nossa imagem se reflecta ou, melhor dito, se dispersa. Fragmentos preciosos do conhecimento — de nós mesmos muitos deles — não dos menos relevantes devido ao olhar dos outros — não faltam na nossa insatisfatória mas sempre activa produção cultural. O que é mais grave — porque é até em parte de ordem técnica-cultural — é que esses fragmentos existem eles mesmos num espaço de **comunicação fragmentada**, à merecê de um tipo de existência quase clandestina, submersos pelas toneladas de uma informação internacional em grande parte sobrevalorizada, e mais tristemente ainda **menos-prezada**, sem leitura produtiva, pelo simples facto de serem nossos. Citar um autor nacional, um contemporâneo, um amigo ou inimigo, porque nele se aprendeu ou nos revimos com entusiasmo, é, entre nós, uma raridade ou uma excentricidade como usar capote alentejano. A referência nobre é a estrangeira, por mais banal que seja, e quem se poderá considerar isento de um reflexo que é, por assim dizer, nacional? Vivemos todos como se não concedêssemos **crédito** — um crédito vivificante e não a simples utilização partidária que fazemos dos outros — à **produção cultural portuguesa**, como o não concedemos à moeda em época de crise. Vivemos-nos sob o modo de um **desenraizamento histórico singular** que só na aparência é negado pela exaltação sentimental com que nos vivemos en-

quanto portugueses. **Imagens positivas** de nós mesmos abundam na nossa memória colectiva e cultural e até com extremos de exaltação que só tem paralelo nos povos semitas ou naqueles que são nossos herdeiros. **Imagens negativas** também não faltam, sobretudo a partir da crise nacional

do século XIX e da descolagem fulgurante da Europa da revolução industrializada. Mas nem uma nem outras, salvo raríssimas excepções, estão isentas de preconceitos **passionais**. Sobre tudo, nem umas nem outras são o resultado de um exame aprofundado da **realidade portuguesa**

em todos os seus aspectos, mas o resultado do reflexo político-ideológico quase sempre de conteúdo urbano e sub-determinado por motivações **patrióticas** confessadas ou implícitas, de encarecimento ou denegrimento provocatório com função estimulante, como foi o caso quase geral da Geração de 70. Em todas essas imagens é menos um **presente concreto** que é objectivo de referência que um **passado** ou um **futuro** mistificador para justificar a esperança desmedida ou a descrença brutal nos destinos pátrios.

Esta **descentragem** permanente dos portugueses da sua própria realidade não tem sempre o mesmo perfil, e houve uma época em que praticamente não existiu ou não se manifestou sob formas tão aberrantes como as que o **cristicismo** e o **ultra-nacionalismo** do século XIX e parte do XX, conheceram. Está em relação com o **fosso tecnológico** que se abriu e cavou entre Portugal e a Europa da primeira e segunda revoluções industriais. Mas isto quer dizer que a **centragem**, o ajustamento connosco mesmos não terá lugar senão quando a **desfocagem** se atenuar, o que não é para os próximos tempos... Mas talvez que a "desfasagem" sempre existente não tenha hoje os mesmos componentes que no século XIX e que, paradoxalmente, essa mesma **desfa-**

sagem tenha preservado um certo número de **valores** e um quadro de existência que em vez de nos reenviar apenas a imagem de um **arcaísmo** deprimente e humilhante conserve uma **sabedoria** que custa nos países cuja comparação nos diminua um preço exorbitante ou um sonho já impraticável. Reflexo profético ou mais que suspeito como o que guiou a pluma do autor de

A Cidade e as Serras e da sua geração que acabou cantando em coro a palinódia da Civilização? Alinhamento pela moda ecológica que entre nós seria pleonástica, num país como o nosso, imenso pinhal com duas cidades à beira-mar para servir de campo de aterragem às maravilhas demoníacas que outros marcianos descobrem por nós e nos oferecem (em troca de algum suor) como nós fazíamos na costa de África, do Brasil, nos séculos XV e XVI?

Mesmo que quiséssemos transformar-nos no paraíso ecológico — que afinal quase somos quando comparamos a nossa realidade com a de outros países europeus —, não o poderíamos. Nem somos uma ilha, nem há ilhas imunes ao grande e devastador "melting-pot" de todas as

A DESCENTRAGEM DOS PORTUGUESES EM RELAÇÃO À SUA REALIDADE

CHEGOU O
TEMPO DE
NOS VER-
MOS TAIS
QUAIS SO-
MOS
REAL-
IDADE

propostas sem cessar renovadas que os centros de criatividade mundial originam. O novo e minúsculo país que somos agora não decidirá sozinho da forma de vida e destino que serão os

seus nos alvares de um século de fábula, de perfil imprevisível, mas sem dúvida cada vez mais "orgânico" ou antes "organizado" e auto-controlado, mas de um controle a-humano, se

nos referimos aos critérios históricos até hoje vigentes. Mas pode por um conhecimento cada vez mais preciso, detalhado, prospectivo do que é (ou foi) e será, integrar o elemento desintegrador característico da agressividade tecno-científica de molde a não perder de todo a sua identidade própria ou, para empregar um conceito

mais fluido, embora na aparência mais vago, a sua alma. Como todos os organismos sociais, uma nação é um sistema que cria espontaneamente certas defesas contra essa forma de agressão contra a sua identidade, mas o espontaneis-

mo, aqui como no resto, é insuficiente. É uma função de um conhecimento do essencial, daquilo que não podemos abandonar sem mutilação próxima e futura, que as escolhas decisivas para o nosso destino devem ser feitas. Na medida do

possível, é a totalidade do povo português, consciente e responsabilizado na sua prática a todos os níveis que compete o auto-determinar-se, e não apenas a uma classe tecnocrático-burocrática, de aleatório saber, mas sobretudo, de específica vontade de poderio e gozo de privilégios, a única que até hoje tem fabricado a imagem portuguesa em função da qual Portugal parece escolher-se "livremente", quando afinal é (e foi) apenas por ela escolhido.

Poucos países fabricaram acerca de si mesmos uma imagem tão idílica como Portugal. O anterior regime atingiu nesse domínio cumes inacessíveis, mas a herança é mais antiga e o seu eco perdura. Para a "compensar", uma classe de ociosos pegados com lapas às mesas dos cafés nacionais "parece" desenhar da mesma realidade "idílica" a contra-imagem permanente através de anedotas, piadas, graças que contrabalançam

a hipertrofia da nossa auto-consciência. Na verdade, os dois movimentos são complementares e o **denegrimento**, a má língua que é entre nós

uma tradição, faz parte do mesmo sistema irrealista e acrítico. É uma forma de boa-consciência, tipicamente burguesa, no fundo mais nociva

que a imagem euforizante, pasola de nós mesmos, que é espontânea e popular. Foi ela que nos serviu ao longo dos séculos para suportar o

insuportável. O anedotário pátrio prolonga, glosa com secreta complacência, aquilo que em

superfície crítica. De uma maneira geral, não vive de nenhuma espécie de humor, capacidade de se tomar o sujeito como objecto de irrisão

ou crítica, mas de sarcasmo, "mauvais esprit",

jeito aliás quase sempre ao nível do mero trocadilho, e nunca ou raramente ao nível de inven-

ção imaginativa, libertadora, corrosiva como a dos irmãos Marx, ou simplesmente "graciosa" em sentido próprio, filha de um estado de despreendimento, de "graça". A graça portuguesa é maligna quase sempre, o que contraria um dos

tópicos mais narcisistas da nossa tipologia mítica, a da "bondade de alma" e "brandura dos nossos costumes"... Isto não significa que esse "idilismo" da nossa imagem seja totalmente falso e sobretudo que não cumpra essa função de

encarecimento de que precisamos para nos contentar um pouco, mas ainda aqui será necessário saber quem é o sujeito próprio dessa mitologia, quem, concretamente, foi fabricando como uma segunda natureza esta sobre-estimação das nossas capacidades, realizações, tanto individuais como colectivas. Sobretudo, quem aproveitou com elas ou delas se aproveitou.

Leccionados pela História — na medida em que ela pode leccionar uma colectividade que é uma das mais desmemoriadas que é possível

conceber-se — chegou o tempo de nos vermos tais quais somos, o tempo de uma nacional redescoberta das nossas verdadeiras riquezas, potencialidades, carências, condição indispensável para que algum dia possamos conviver conosco mesmo com um mínimo de naturalidade. Os

portugueses vivem em permanente representação, tão obsessivo é neles o sentimento de fragilidade íntima inconsciente e a correspondente vontade de a compensar com o desejo de fazer boa figura, a título pessoal ou colectivo. A reserva e a modéstia que parecem constituir a nossa segunda natureza escondem na maioria de

nós uma vontade de exibição que toca as raízes da paranóia, exibição trágica, não aquela, desinibida, que é característica de sociedades em que o abismo entre o que é o que se deve parecer não atinge o grau patológico que existe entre nós. O fenómeno "Cornélia" foi, nesse capítulo, exemplar. Um autêntico "strip-tease", por classe

burguesa interposta, de uma sociedade que quer ser vista, que quer existir com essa hipertrofia que só a imagem (irreal) fornece, por não existir a sério, na sua convivência quotidiana. Os portugueses não convivem entre si, como uma lenda tenaz o proclama, espiam-se, controlam-se uns aos outros; não dialogam, disputam-se, e a convivência é uma osmose do mesmo ao mesmo,

sem enriquecimento mútuo, que nunca um português confessará que aprendeu alguma coisa de um outro, a menos que seja pai ou mãe...

Costuma dizer-se que Portugal é um país tradicionalista. Nada mais falso. A continuidade opera-se ou salvaguarda-se pela inércia ou instin-

to de conservação social, entre nós como em toda a parte, mas a **tradição** não é essa continuidade, é a **assumpção** inovadora do adquirido, o diálogo ou combate no interior dos seus muros, sobretudo uma **filiação interior** criadora, fenómeno entre todos raro e insólito na cultura portuguesa. É a inserção do **alígeno** ou **alógeno**

no processo da produção nacional que constitui a norma e institui o seu autor papel de **criador** que nós entendemos sempre como invenção do mundo a partir de **nada**. Do nada que nos anteceda.

De onde procede tão calamitoso comportamento que não é apenas intelectual mas ético? Sem dúvida do divórcio profundo entre a minoria "cultivada", que vive em estado de guerrilha perpétua e só pode exercer a sua vontade de poderio com o recurso dessa efracção em fractura da **produção portuguesa** sem distância para se poder impor como "interessante", e a massa anónima do povo português que não participa nesse debate. Depois do 25 de Abril, a possibilidade de participação dessas duas metades desiguais adquiriu um grau maior de verosimilhança,

mas sob formas equivocadas na sua grande maioria. Não é o povo que partilha agora melhor e com outro fervor da nova produção cultural, mas a franja escolarizada dele que já existia no antigo regime. De novo, aparece uma atenção de outro tipo que **visa** o povo, que conta inclusive com a sua hipotética colaboração, mas que durante muito tempo só poderá ser participação **passiva**, e não auto-descoberta, quer dizer, **autognose**. A classe intelectual, e o público em geral, acedem a um grau superior de auto-consciência, com a descoberta de um **Portugal oculto**, por excesso de potência até, como excelentes filmes e algumas tentativas teatrais recentes o têm revelado (pensamos no famoso

Trás-os-Montes e no teatro de Demarcy — Teresa Mota, Cornucópia, Grupo de Campolide, etc.) mas é necessário não ter ilusões excessivas quanto ao carácter dessa **autognose**. Ela não é ainda radicalmente diferente do que representou no século XIX o romance de Camilo, de Júlio Dinis

ou Eça de Queirós. Destes três exemplos, acaso e contrariamente a uma tradição estabelecida, o mais realista (quer dizer aquele que possui o maior grau de autognose vivida) é o de Júlio Dinis... O Portugal do século XIX parece-se mais (por dentro e até por fora) com o de Júlio Dinis que com o de Eça. Mas só se parecerá consigo mesmo quando o olhar com que se fixará for como é, por exemplo, o caso da literatura e sobretudo do cinema norte-americano — e na Europa, do italiano —, o **olhar** mesmo do português médio, ou dos portugueses com a consciência adequada da vida e do país em que realmente vivem e morrem — um olhar sujeito, quer dizer, o fim de um **Portugal** — objecto, como é hoje, para todos nós que nos ocupamos da "cultura", a realidade portuguesa.



Filme da crise

- 19 de Janeiro — Mário Soares é investido nas funções de 1.º ministro do segundo governo constitucional após a assinatura de um acordo “de incidência governamental” entre o PS e o CDS. Quebra-se, assim, o compromisso assumido pelos dirigentes socialistas durante as eleições para a Assembleia da República de recusarem qualquer tipo de alianças políticas “quer à direita quer à esquerda”.
- 28-29 de Janeiro — No Pavilhão dos Desportos de Lisboa, 500 delegados à Convenção da Esquerda Socialista e Democrática decidem criar um Movimento — a União de Esquerda para a Democracia Socialista — que conta à partida com fortes apoios sindicais e com apreciável implantação sobretudo no litoral do país e no Algarve. A UEDS define-se como “um movimento político que tem por objectivo último contribuir para a construção de uma sociedade sem classes, onde o poder democrático dos trabalhadores seja a expressão autêntica da vontade popular”.
- No Porto, o Congresso do PSD opta por uma orientação de “centro-esquerda” e preconiza a adopção, em relação ao governo, de uma estratégia baseada na “oposição selectiva”. Sousa Franco é eleito para a presidência da Comissão Política do partido. Sá Carneiro coloca-se, deliberadamente, “na reserva da República”.
- 30 de Janeiro — Posse do segundo governo constitucional. Embora apresentado como “um governo de base socialista com personalidades do CDS” trata-se, com efeito, dum governo de coligação PS-CDS. Dirigentes do CDS obtêm ministérios de grande importância como os Negócios Estrangeiros, o Comércio e Turismo e a Reforma Administrativa. Através da nomeação de elementos seus para cinco secretarias de Estado, o CDS controla, ainda, sectores fundamentais na Agricultura, Indústria, Educação e Equipamento Social.
- 2 de Fevereiro — Apresentando na Assembleia da República o programa do II governo, Mário Soares declara: “Não se trata neste momento de construir o socialismo. Só os partidários da utopia poderiam pensar que, dada a relação de forças e a conjuntura internacional, se estaria em condições de avançar para o socialismo democrático.
- 5 de Fevereiro — Após quatro dias de discussões arrastadas, o programa do governo “passa” na Assembleia com os votos do PS, do CDS, e dos deputados independentes general Galvão de Melo, Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira. Comunistas e sociais-democratas apresentam moções de rejeição cada um dos dois

UM “CO NO MO

CÉSAR OLIVEIRA

A opinião pública e o “mundo político-sindical” não ficou, certamente, surpreendido pelo anúncio, público e formal, da criação da CDT (Confederação Democrática do Trabalho) e, dias depois, pelo conhecimento que teve de um projecto para a criação da UDT (União Democrática dos Trabalhadores). A tentativa de criação de uma (ou mais) central sindical era, como agora se verifica, facto que naturalmente decorria da dinâmica da “Carta Aberta” (agora MADIS/CA); dinâmica que exprime também as dificuldades que há que superar para que a unidade real, e, a vários níveis e domínios, dos trabalhadores, seja uma realidade coesa e actuante. Surpresa em todo este processo da criação de uma nova Central Sindical (de que o anúncio da CDT parece apenas ter servido para desbravar terreno) são as posições oriundas do PS, contraditórias e confusas, ora apoiando o “esforço dos socialistas da Carta Aberta” ora retirando ao MADIS/CA “válida representatividade”. Aliás, não somos nós que iremos estranhar a profusão de posições contraditórias ou a pouca ou nenhuma coincidência das declarações dos responsáveis do PS, habituados que vamos estando às alianças de fundo, no Parlamento e no Governo, com o CDS, à colaboração com o PSD nos Escritórios, ao apoio (que aplaudimos) da JS à UEC nas eleições para AA de Coimbra. O importante, e para além da verificação de que a única linha política em que os dirigentes do PS parecem estar unidos é a que passa pela manutenção do poder a todo o custo, ainda que aliados ao CDS, é tentar analisar o significado político-social concreto do aparecimento da nova Central Sindical (porque nos parece óbvio que das duas já anunciadas só uma vai “vingar”) à luz da actual conjuntura política.

I. Não é por acaso que a tentativa de criação de uma segunda central apoiada na “Carta Aberta”, no PS, PSD e CDS surge praticamente ao mesmo tempo em que se constituiu e entra em funções o governo de coligação CDS/PS. A coligação no poder tem evidentes necessidades de dividir o movimento sindical pois o bloco no

“CORPO ESTRANHO” VIVIMENTO SINDICAL

poder sabe que tudo o que é decisivo se vai jogar na instância social, na dinâmica e sentido político do movimento social real onde o movimento sindical é estrutura essencial. Perdida a possibilidade de conquistar sindicatos, reduzida a MADIS/CA a dois ou três sindicatos de serviços, fracassada da forma mais vergonhosa e indigna a “estratégia Gonelha”, restava ao poder estabelecido (PS+CDS) ensaiar uma outra saída, a de favorecer a constituição de uma central que pudesse filiar, indistintamente, sindicatos e individualmente trabalhadores.

É importante para o poder e para os partidos que o determinam poderem, nesta fase que é a do seu arranque, criar um clima que dificulte a necessária unificação e globalização das lutas. Interessa ao governo, ao patronato e à coligação — enquanto criam as condições que vão permitir a reconstrução do poder económico da burguesia — instalar no interior do próprio movimento sindical um “corpo estranho” (a nova Central) ao qual as forças progressistas do campo popular têm de dar imediato combate; a nova central é sobretudo uma arma de diversão pois tanto o governo como os seus partidos e a burguesia sabem que a sua influência e “partilha” no movimento sindical e popular será sempre diminuta pela inexistência de uma burguesia que possa privilegiar (nos salários, nas regalias, na contratação, etc.) uma face a outra das centrais sindicais.

II. Mais importante do que definir ou enunciar os objectivos associados a esta tentativa de divisão do movimento sindical, é saber que a resposta mais eficaz e actuante às tentativas de dar vida a estas novas “centrais sindicais” (?) passam, no essencial, pela CGTP/IN. Mais importante do que afirmações maniqueístas que procurem localizar num lado os “bons”, os “unitários” e no outro os “maus” os “divisionistas” é, ou parece ser urgente, pensar, elaborar e levar à prática uma política sindical que tenha, simultaneamente, em atenção as tentativas de criar uma segunda central sindical e a agudização generalizada de conflitos que vão opôr o movimento popular ao governo e ao patronato.

A CGTP/IN terá que, doravante, defrontar-se com a possibilidade de filiação individual na nova central o que parece subalternizar, ao menos parcialmente, certos desenvolvimentos táticos na conquista de direcções sindicais. Uma política sindical de combate a esta nova central, uma política sindical verdadeiramente unitária terá de saber responder, desde as estruturas sindicais ao mais simples dos sindicalizados, a um conjunto de problemas que têm a ver com três grandes domínios da actividade sindical:

— com o reforço e alargamento da democracia das estruturas sindicais, garantindo seja a completa liberdade de expressão e acção das diversas correntes sindicais unitárias, seja critérios de representatividade e actuação que recusem profundamente a hegemonia político-partidária.

— com a reestruturação global das estruturas sindicais que “enterrem” de uma vez por todas os resquícios do “corporativismo” e permitam, claramente, uma maior e mais real autonomia do movimento sindical;

— com a possibilidade de, eficazmente, unificar os conflitos parciais que cada dia surgem nesta fase de preparação para a aplicação das medidas do FMI, criando condições para a sua globalização, abrindo novas frentes de luta de modo a abranger sectores da população não sindicalizáveis.

É nesta tríplice perspectiva — a que deverá sobrepor-se uma intensa e maciça formação de quadros sindicais — que reside, na nossa óptica, a melhor resposta à criação, que desde há meses era inevitável, da segunda central sindical. É na medida em que o movimento sindical unitário e as forças político-sindicais que nele actuam puderem redefinir-se e, redefinindo-se, sejam capazes de clarificar amplos objectivos de luta, conduzir a resistência activa à recuperação capitalista que o governo CDS/PS vai tentar concretizar, e propor alternativas concretas que recusem o aventureirismo e a demagogia, que, hoje como ontem, a Carta Aberta e o “Documento Gonelha”, serão derrotados. ■

Filme da crise

grupos parlamentares tendo votado a favor da sua própria moção abstendo-se na outra. Pronunciam-se sistematicamente contra o governo, o deputado da UDP e os três deputados da UEDS: "voto contra porque sou socialista" explica Braz Pinto.

- 12 de Fevereiro – Reunido em Aveiro, o Conselho Directivo da União da Esquerda para a Democracia Socialista elege os membros dos órgãos nacionais do Movimento cuja constituição é a seguinte: Presidente do Conselho Directivo Nacional – Rui Polónio Sampaio; presidente do Conselho Nacional de Fiscalização – Joaquim Castro Guerra; Secretariado Executivo Nacional – António Lopes Cardoso (1.º secretário), Amarino Sabino, António Vitorino, Arnaldo Silva, Artur Cortez, Casimiro Paulo dos Santos, César Oliveira, Fernanda Lopes Cardoso, Fernando Pereira Marques, Joel Hasse Ferreira, Jorge Dias, José Braz Pinto, Rui Santos, Tomaz Leiria Pinto e Vital Rodrigues. Analisando a fórmula de governo PS-CDS, a UEDS considera que uma tal aliança "representa um novo marco no curso para a direita do poder político e do próprio Partido Socialista". A solução encontrada "não é nem estável nem coerente" acrescenta a UEDS que conclui: "é uma forma transitória com o objectivo fundamental de aplicar um conjunto de medidas imediatas anti-populares, nomeadamente no campo económico".
- 18 de Fevereiro – Elementos do MIRN perturbam uma sessão de esclarecimento organizada pelo CDS no Porto. Posteriormente, gera-se polémica entre estas duas formações políticas a propósito de declarações que teriam sido prestadas por Amaro da Costa no decorrer da referida sessão. Segundo o MIRN, o vice-presidente do CDS teria reconhecido o "portuguesismo" do general Kaulza de Arriaga.
- Por outro lado, a Juventude Socialista e a Juventude Centrista recusam-se a seguir o exemplo dado pelos órgãos superiores dos respectivos partidos.
- 20 de Fevereiro – Dissolve-se a Intervenção Socialista e 31 membros desta organização aderem ao PS: "medida necessária ao reforço dos socialistas" pensa Jorge Sampaio confiante em que o direito de crítica não lhe será "coartado" no partido dirigido por Mário Soares.
- 22 de Fevereiro – Enquanto que o Sindicato da Função Pública da zona Sul, com 67 021 associados, decide filiar-se na CGTP-IN, agitam-se sectores afectos à Carta Aberta no sentido de ser formada uma nova Central Sindical. ■

RPPO ESTO
NIMMENTO

Num longo e aprofundado debate democrático, lançado a nível de todo o país, acabaram as quatro direcções dos Sindicatos dos Professores por acordar, em Beja, em Setembro de 1977, os pontos fundamentais de um acordo que passou a constituir o caderno reivindicativo nacional. Foi, assim, apresentada ao então MEIC uma agenda para negociações, da qual constavam os seguintes pontos: Colocações e Desemprego, Contagem do Tempo de Serviço Docente, Fases, Gestão do Ensino Primário, Diplomas relativos à Carreira Docente do Ensino Superior e do Ensino Superior de Curta Duração, Decreto que cria o Departamento de Ensino Especial, Completamento de Habilitações e Profissionalização, Horas Extraordinárias e Serviço Nocturno, e Regulamentação da Actividade Sindical dos Docentes.

Ao apresentar este memorandum, no qual se encontram intimamente ligadas as questões relativas às condições de trabalho e as da dignificação do Ensino, os professores marcavam um ponto importante nas negociações (antes mesmo de iniciadas), pois, além de nele não constar qualquer reivindicação de carácter salarial geral (neste aspecto os professores subscreveram a tabela salarial da Função Pública, submetendo-se assim à parcela que colectivamente virá a ser distribuída pelos funcionários públicos), põem em causa e apresentam alternativas para qualquer estratégia política para a Educação que, porventura, seja intenção do poder desenvolver, sem o conhecimento e contra os interesses de uma sociedade que o povo votou socialista. Objectivo que também atingem ao afirmar, ainda no memorandum entregue, que os professores não mais permitirão que se legisle sem eles e contra eles, já que isso demonstra uma atitude firme perante o hermetismo e dirigismo de um ministério que ainda hoje é o mais conservador de todos os que constituem o governo.

Apesar da tolerância demonstrada pelos professores, ao longo de mais de meio ano, no qual compareceram a sucessivas audiências com Secretários de Estado do MEIC, jamais aquele ministério deu qualquer resposta clara aos Sindicatos. A posição daquela entidade foi sempre a de ouvir as direcções sindicais e, apesar de, por pressão exercida em determinadas épocas (Outubro/Novembro) e relacionadas com questões pontuais mas graves (colocações) terem sido solucionados alguns casos esporádicos, nunca o

Os professores paralisam porquê ?

ministério assumiu qualquer compromisso. Com a agravante de ter aproveitado alguns ofícios dos Sindicatos para, retirando deles frases que, isoladas do contexto, poderiam assumir significações diferentes, emitir comunicados, notas oficiais e declarações que, falseando ou ocultando sempre as questões de fundo, tinham como único objectivo confundir a população e tentar dividir os professores.

Os Sindicatos, nomeadamente o da Grande Lisboa, sempre entenderam que não poderiam confiar nos resultados dessas audiências, pois conheciam de antemão as perspectivas de democracia que eram as do I Governo Constitucional, sobretudo no que respeitava aos trabalhadores. Por isso, e face à evolução dos contactos que veio a confirmar integralmente, esse facto sempre se pensou que só através de negociações formais os professores conseguiriam obter a satisfação das suas reivindicações. Nesse sentido se planificou um processo de luta que incluía, além de diversos plenários e assembleias de delegados — destinados a ter presente, em cada momento, a posição da classe —, uma manifestação, um dia de paralisação e outras formas de luta, cada vez mais duras, até obter a garantia de abertura de negociações.

Na evolução do processo, foi o governo demonstrando os seus verdadeiros métodos e intenções: legislar o que entendesse por conveniente e quando julgasse oportuno (teor do último ofício de Cardia, datado de 20 de Fevereiro), sempre com o cada vez mais claro objectivo de reduzir postos de trabalho, eliminar a gestão democrática e seleccionar drasticamente a admissão de alunos a todos os níveis, tentando repôr um ensino de inferior qualidade para aqueles que viriam a engrossar as fileiras dos desempregados e da mão-de-obra barata.

À medida que a mobilização dos professores se tornava realidade e que a contestação à actuação do MEIC se alargava a outros sectores da população, o método de resposta daquele órgão do poder metamorfoseava-se: da mentira passava à ameaça, desta à repressão e por fim ao convite à delação e ao abuso do poder. Tais factos tornaram-se públicos aquando da paralisação de 2 de Fevereiro, dois dias antes da qual o próprio ministro viria à Televisão anunciar um despacho em que considerava injustificadas as faltas que os professores viessem a dar no dia da greve.

Apesar (ou por causa) disto, 75% dos profes-

sores viriam a aderir à paralisação; o que, além de ultrapassar largamente o número de sindicalizados, constituiu um sério aviso ao governo, de que os trabalhadores do ensino se encontravam unidos e mobilizados, não aceitando já outro tipo de relações com o poder que não fosse o diálogo.

Após esta paralisação, as direcções dos quatro Sindicatos reuniram-se em Coimbra, tendo acordado em enviar mais um ofício ao ministro, no qual afirmavam a exigência de abertura de negociações e responsabilizavam aquela entidade pelas consequências que uma negativa traria: nomeadamente a greve nacional, votada por uma maioria significativa de professores.

Ainda e uma vez mais a resposta de Cardia foi a de marcar uma audiência para 2 de Março com o objectivo de "ouvir os Sindicatos e tomar oportunamente as medidas que o governo julgue convenientes", e, posteriormente, face a nova comunicação dos Sindicatos no sentido de esclarecerem que a sua posição — a posição dos professores — era a de considerarem a negociação como única forma de prosseguir o diálogo, posteriormente, dizíamos, emitiu o MEC uma nota oficiosa onde, uma vez mais, distorceu os factos, fugiu às questões fundamentais e demonstrou claramente a perspectiva que o actual governo tem da democracia e do diálogo: ouvir e responder unilateralmente, sem qualquer tipo de acordo com os trabalhadores, assinado ou não.

Perante isto, não restou outra alternativa aos professores que a de decidirem uma paralisação nacional, apesar de tudo com a ressalva do resultado da entrevista de dia 2 de Março.

Sendo embora difícil, no momento em que este artigo é escrito, definir com uma certeza absoluta as perspectivas da continuidade da luta dos professores, pode no entanto, pensamos que com alguma correcção, prever-se que, analisando a evolução havida até aqui, não será de admitir qualquer recuo. Assim, e embora as hipóteses de novas formas de luta sejam diversas, não será arriscado, pensamos, admitir que os professores acabarão por obrigar o governo a ceder, mesmo que parcialmente, às suas reivindicações.

E isso constituirá, para além de uma importante vitória da classe, um reforço e incentivo do movimento sindical dos trabalhadores. Constituinte também, o que não é menos importante, um passo decisivo no caminho da unidade.

LUÍS CAMPOS

ABRIL — A primeira questão que se põe a todos nós é: como é possível que, quase quatro anos após o 25 de Abril, o Estatuto das Juntas Municipais ainda vigore?

R.M. — Em relação à questão que tu levantas do Estatuto de 1943, que ainda vigora a posição dos T.P. tem sido, como é evidente, muito o Estatuto, fundamentalmente nos pontos de fiscalização, que são aqueles que mais frequentemente atropelam os direitos dos trabalhadores e sobre esta questão porque toda a outra parte relacionada com a proibição de associação e proibição de liberdade de trabalho.

Luís Campos através da (Associação dos Professores do Programa do M.E.C.) em relação a esta lei, que os trabalhadores de uma forma ainda não têm a abolição do Estatuto, mas que se seguem práticas negociadas porque nos locais de trabalho os trabalhadores se movimentam de em reuniões, e se viam demorado novo que a utilização do Estatuto o Estatuto porque não é e não porque não é ter as consequências de Com o retrocesso de mente a partir de fevereiro-este é aplicável. Aos pedidos de tanto conseguiram-se do de uma legislação em que para além de um certo conjunto de para abolir o Estatuto parte de qualquer, e a lei que regem o T.P. No ano passado, o Governo, foi feita, em de parte do Estatuto não aceitaram. Aos que o que não aceitaram a actual e a sua substituição, e os próprios participantes dos trabalhadores quem tem participar será, e a lei dos trabalhadores, e as questões do Conselho que vulgarmente se dá. A alteração da parte proposta reivindicativa, 22 sindicatos e aprovou neste momento a ser no R.C. — A actual vigência própria à lei que já está a acontecer trabalho. Por isso, a assente de novo uma lei de objectivos principais do Estatuto tam sido em tendo sido mal concebida, e a lei como para a discussão na totalidade.

ABRIL — A primeira questão que se põe a todos nós é: como é possível que, quase quatro anos após o 25 de Abril, o Estatuto fascista ainda vigore?

R.M. — Em relação à questão que tu levantas do Estatuto de 1943, que ainda vigora, a posição dos T.F.P. tem sido, como é evidente, contra o Estatuto, fundamentalmente nas questões disciplinares, que são aquelas que mais frequentemente atropelam os direitos dos trabalhadores; e refiro esta questão porque toda a outra parte relacionada com a proibição de associação e proibição de liberdade sindical foi considerada ultrapassada através da Constituição, e antes disso do Programa do M.F.A..

Em relação a esta parte, o que se passou foi que os trabalhadores logo após o 25 de Abril, e de uma forma ainda desorganizada, reivindicaram a abolição do Estatuto. Nessa altura, e nos meses que se seguiram, o Estatuto estava na prática impossibilitado de qualquer aplicação, porque nos locais de trabalho os trabalhadores se movimentavam de uma forma muito activa em reuniões, e se vivia no país uma situação demasiado nova que não permitia às hierarquias utilizarem-no. Os trabalhadores lutavam contra o Estatuto porque sabiam da sua aplicação anterior e não porque nessa altura estivessem a sofrer as consequências dele.

Com o retrocesso da situação, fundamentalmente a partir de Novembro de 1975, assiste-se frequentemente à aplicação do Estatuto Disciplinar. Aos pedidos iniciais de revogação do Estatuto contrapunha-se que o Estatuto era um todo de uma legislação extremamente complexa em que para além da parte disciplinar existia um outro conjunto de formulários. Era dito que para abolir o Estatuto, e fundamentalmente na parte disciplinar, era necessário substituí-lo por regras que regessem os direitos e deveres dos T.F.P.. No ano passado, durante a vigência do 6.º Governo, foi feita uma proposta de alteração de parte do Estatuto que os trabalhadores não aceitaram. Aos trabalhadores parecia claro que o que interessava era a abolição do Estatuto actual e a sua substituição por legislação em que eles próprios participassem. Essa legislação, que os trabalhadores querem discutir e em que querem participar, será — deveria ter sido — distribuída aos trabalhadores juntamente com as outras questões do Contrato de Trabalho naquilo a que vulgarmente se designa como Lei de Bases. A alteração da parte disciplinar faz parte da Proposta Reivindicativa Comum subscrita pelos 22 sindicatos e aprovada pela classe e que está neste momento a ser negociada.

F.G. — A actual viragem à direita é o ambiente propício à reapplicação do Estatuto — o que já está a acontecer em diversos locais de trabalho. Por isso a luta pela sua revogação assume de novo uma grande importância entre os objectivos principais dos T.F.P.

A.S. — Penso que a luta pela revogação do Estatuto tem sido constantes mas que talvez tenha sido mal conduzida, tanto pelas forças sindicais como pelas forças políticas, que têm descurado na totalidade esta luta. Penso que o

Mesa-redonda sobre os problemas da função pública com a participação de António Lamas de Oliveira (A.L.), membro da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública de Zona Sul; Rosa Maria Simões Silva (R.M.), membro da Direcção do mesmo Sindicato; Francisco Gonçalves Pereira (F.G.), activista sindical; José Álvaro Ferreira da Silva (J.A.), (delegado sindical do I.M.E.) e Arnaldo Silva (A.S.), trabalhador do M.I.T.. Pela parte de ABRIL, serviu de moderadora Manuela Vasconcelos.

TÓPICOS PARA DISCUSSÃO:

- Estatuto Disciplinar Fascista
- Lei de Bases
- Lei sindical para os trabalhadores de Função Pública
- Repressão e luta na Função Pública
- Pulverização sindical na Função Pública
- Criação do Ministério de Reforma Administrativa.

mesa redonda

função publica uma luta que (re)começa

grande problema tem sido o desconhecimento que os trabalhadores têm da existência do Estatuto. É mais fácil sensibilizá-los em relação a uma tabela salarial do que em relação à revogação do Estatuto.

ABRIL — Gostaria que relacionassem por um lado o Estatuto e Lei de Bases. Por outro lado, Lei de Bases e Contratação Colectiva. Em que medida há oposição entre Lei de Bases e Contratação Colectiva, ou, não havendo oposição, o que é que na Lei de Bases se pode considerar do âmbito da Contratação Colectiva?

F.G. — Consideramos que a Lei de Bases é o instrumento de um plano de recuperação do aparelho de Estado que visa conferir-lhe algumas das características que ele assumiu em parte durante o período fascista e outras pela necessidade da reorganização do aparelho de Estado em face do actual estado do sistema económico. Dentro desse plano aparece a Lei de Bases que nós consideramos de ofensiva por parte das forças burguesas que estão no Poder. Afirmamos isto porque para nós a Lei de Bases reproduz a desigualdade dos T.F.P. em relação à generalidade dos trabalhadores dos outros sectores. Somos movidos por uma dupla resistência à Lei de Bases: a primeira porque é uma forma de legislação especial para os T.F.P.. A segunda porque a Lei de Bases ao regular apenas as bases gerais remete para os governos a capacidade de, em determinados casos concretos, regulamentar uma determinada base geral em termos práticos adequados à conjuntura política de cada momento. Isto significa que os governos ficam nas suas mãos com um instrumento extremamente flexível que lhes vai permitir reprimir trabalhadores, negar na prática e restringir até ao máximo os direitos e liberdades fundamentais dos T.F.P.. É por isso que dizemos que à partida nenhuma Lei de Bases poderá servir os T.F.P.. O outro aspecto está relacionado com a contratação colectiva. A Lei de Bases contém matéria que do nosso ponto de vista cabe no âmbito da C.C.. A Lei de Bases ao usurpar parte daquilo que deverá ser objecto de C.C., já está ela própria a sapor o terreno aos trabalhadores, a inviabilizar o caminho para o exercício da C.C.. Daí que nós, no seio do Sindicato da F.P., tenhamos defendido uma proposta que no essencial se decompõe em dois elementos: 1.º os

trabalhadores devem manter a iniciativa política, eles próprios devem propor a sua alternativa ao governo. Os trabalhadores devem unir-se à partida em torno do que nós chamamos o reconhecimento efectivo do conjunto das liberdades fundamentais que uma alternativa legislativa à Lei de Bases possa consignar em negociação futura com o governo; 2.º devemos extrair desde já do conteúdo de qualquer lei que o governo traga à negociação com os sindicatos toda a matéria relativa à C.C. e negociá-la autonomamente. Por exemplo, as carreiras, nunca as devemos negociar no quadro de uma lei que pretende definir o regimento da F.P., antes pelo contrário, devemos autonomizá-las transformando-as no primeiro passo para o exercício do C.C.. Os trabalhadores deverão impôr através da luta, visto que de outro modo lá não chegarão, o reconhecimento do exercício desse direito.

A.S. — Em relação à Lei de Bases as pessoas ainda não a conhecem e por isso prefiro não me pronunciar para já.

R.M. — Os problemas que se relacionam com a Lei de Bases, os trabalhadores da F.P. compreenderam-nos muito bem a partir de Dezembro/Janeiro de 1977, quando viram os seus salários serem aprovados sem os terem negociado e até mesmo da sua alteração só terem conhecimento através dos órgãos de informação. Esta questão do aumento dos 15 por cento foi de facto o primeiro grande choque que levou a classe a mobilizar-se e aumentar a sua consciência de classe. A partir daí também foi mais fácil aos T.F.P. perceberem o que poderá ser uma ofensiva generalizada à sua segurança de emprego. É importante alertá-los para essa insegurança que existe até do ponto de vista legal: cerca de 2/ dos T.F.P. são além do quadro e muitos deles contratados por vias que à face da lei actual são ilegais, satisfazendo os mais diversos caprichos dos mais diversos directores-gerais. A parte fundamental do que se poderá chamar a Lei de Bases diz precisamente respeito aos vínculos à administração e à uniformização desses vínculos, à garantia de emprego no contrato de trabalho dos T.F.P.. Os trabalhadores exigem segurança de emprego para todos aqueles que estão actualmente na F.P. e o acabar com os vínculos que permitem a existência legal dessa não segurança.

O DIREITO A
GREVE

UM ESTATU-
TO FASCIS-
TA

O DIREITO À GREVE

Constituição da República

ARTIGO 59.º
(Direito à greve)

1. É garantido o direito à greve.

2. Compete aos trabalhadores definir o âmbito de interesses a defender através da greve não podendo a lei limitar esse âmbito.

Convenção da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pela Assembleia da República.

ARTIGO 8.º

2. A legislação nacional não deverá prejudicar — nem ser aplicada de modo a prejudicar — as garantias previstas pela presente Convenção.

ARTIGO 9.º

1. A legislação nacional determinará o âmbito de aplicação às forças armadas e à polícia das garantias previstas na presente Convenção.

Quanto à questão do C.C. e da Lei de Bases, nós pensamos que o direito fundamental dos trabalhadores e das suas organizações de classe é o direito de negociar de facto as suas condições de trabalho sob a forma de um contrato ou sob qualquer outra forma, e que a negociação termine da forma que os trabalhadores entenderem, ou seja, por arbítrio exclusivamente voluntário. Poderá também terminar numa luta vencendo o que tem mais força. O que os T.F.P. exigem neste momento é a negociação colectiva em todos os seus aspectos.

ABRIL — Quando se põe a questão da luta dos T.F.P. e dos seus direitos sindicais põe-se de imediato o problema da greve, como aliás se viu recentemente com os professores.

R.M. — Quanto à questão dos direitos sindicais, nomeadamente o direito à greve, não há razão para que não seja igual à dos outros trabalhadores e a própria Constituição o diz — é um direito fundamental de todos os trabalhadores portugueses. Não pode ser posto em causa porque a própria lei fundamental o garante. Não pode haver leis que ao regulamentá-la a possam limitar. Em relação ao direito sindical de ter associações sindicais, e praticar actividade sindical nos locais de trabalho, entendemos que a lei sindical que venha a ser aprovada pela A.R. não deve pôr como excepção a F.P., mas englobá-la no mesmo âmbito dos restantes trabalhadores. O que se passou em relação à greve dos professores foi grave. De uma forma geral, o que se passa é que a lei da greve tem um artigo que diz expressamente que os T.F.P. têm direito à greve e tem um outro ponto que diz que para regulamentar esse direito sairá uma outra lei. Aqui o ministro Cardia, ultrapassando a própria A.R., resolveu dizer que os T.F.P. não tinham direito à greve, esquecendo-se dessa lei, já aprovada pela A.R., que desmente o que ele diz em despacho. Portanto, o despacho do ministro Cardia é ilegal. Além disso, a comissão de trabalho da A.R. discutiu estas questões, e nela os quatro partidos defenderam unanimemente esse direito para a F.P. afirmando que até sair essa outra lei (que segundo eles se destinava apenas a referir e salvaguardar alguns casos de urgência, segurança de Estado, etc.) se aplicava a lei geral. Não havia vazio legal. Portanto, se houvesse necessidade de decretar uma greve, os sindicatos da F.P. decretavam-na como vem na lei geral, isto é, com 48 horas, etc.. Nós estamos, portanto, conscientes que quando a classe entender que é necessário de facto passar a essa forma de luta, não temos a mínima dúvida em exigir para nós a aplicação da lei que vigora.

A.S. — Eu penso, no entanto, que a lei geral nos deixa uma certa ambiguidade que dá azo a posições como a do ministro Cardia. Penso que na negociação da Lei de Bases, haverá que ter uma proposta muito clara em relação ao direito à greve na F.P.. É um assunto extremamente melindroso neste momento em que as chefias retomaram a sua força anterior ao 25 de Abril, em que pessoas se sentem atemorizadas e cada vez menos mobilizadas em termos de greve. Não podemos esmorecer na luta, é necessário ter

uma proposta muito clara, porque a lei geral é ambígua.

J.A. — Em relação à questão da greve na F.P. como em relação ao exercício dos outros direitos sindicais, houve já na F.P. diversos casos de ataque tanto a um como a outro. Quando no INE estivemos 28 dias em greve, saiu uma nota especial sobre este direito e 15 dias depois de terminada, o governo fez sair o despacho anti-greve que visava restringir esse direito. Contrariamente ao que pensa o Arnaldo, o direito à greve para os T.F.P. não tem que vir na Lei de Bases, mas consignado na Lei da Greve no mesmo pé de igualdade dos outros trabalhadores. Sobre as restrições ao exercício da actividade sindical, no INE também temos tido diversas experiências e ainda há pouco tempo três elementos da Comissão Sindical (eu sou um deles) foram objecto de suspensões e de processos disciplinares. Nós fizemos a nossa defesa jurídica, e até agora foi considerada válida pelo próprio auditor nomeado pelo governo em primeiro lugar na base da interpretação da Constituição, e em segundo lugar na base da interpretação da própria Regulamentação Internacional do Trabalho, nomeadamente da Convenção n.º 87 da OIT, que afirma que essa actividade sindical só poderá ser restringida para as forças militares e militarizadas.

Não basta dizer que os trabalhadores têm direito ao exercício da actividade sindical, o que interessa de facto é impôr esse direito, unificar a resposta aos ataques de que os delegados sindicais e demais trabalhadores vão sendo objecto na base das propostas aprovadas nas recentes assembleias gerais do Sindicato.

ABRIL — Quais são os casos mais flagrantes de repressão nos locais de trabalho e qual tem sido a capacidade de resposta dos trabalhadores?

J.A. — A partir de meados do ano passado os ataques a delegados sindicais e a elementos de comissões de trabalhadores intensificaram-se. Houve vários casos, no Hospital Miguel Bombarda, no INE, no MEIC e recentemente na SECS.

A.S. — Eu gostava de lembrar a dissolução de certas comissões de trabalhadores, à luz do artigo 55 da Constituição, caso da C.T. do SLAT que foi dissolvida pelo ex-ministro Bacelar, o caso de actuações menos correctas, do ex-secretário de Estado Luís Filipe Madeira para com os trabalhadores da Secretaria de Estado do Turismo, e hoje em dia a tentativa por parte das chefias de anular todas as reuniões sindicais em grande parte dos departamentos do Estado.

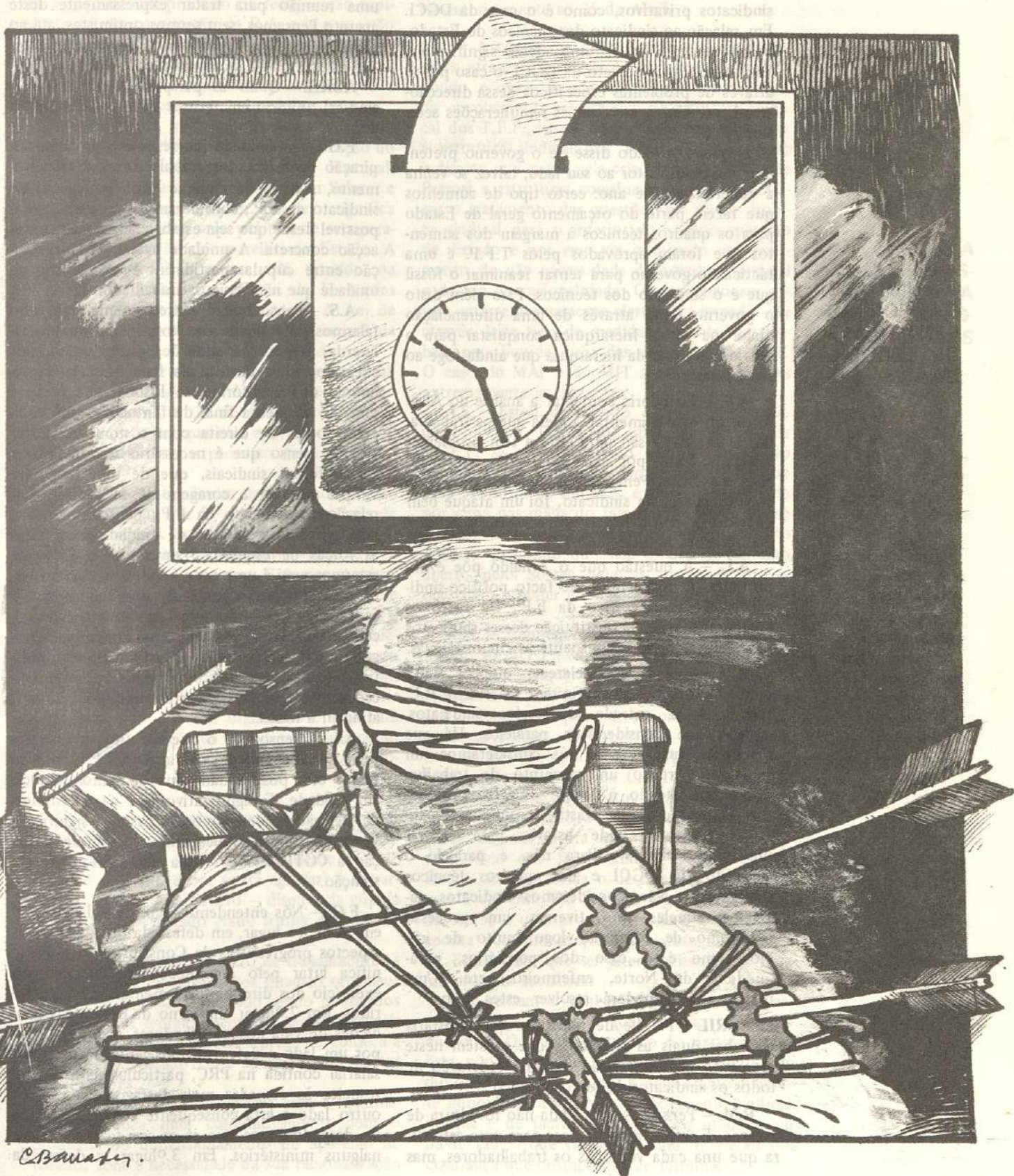
R.M. — Penso que o caso mais preocupante de cerceamento das liberdades sindicais diz respeito aos Ministérios Militares. A questão é extremamente clara do ponto de vista constitucional e da legislação internacional (Convenção 87 OIT, que Portugal ratificou): os trabalhadores civis dos Ministérios Militares têm plenos direitos sindicais. A OIT só permite que legislações nacionais cerceiem liberdades sindicais a duas classes da população activa: às forças militares e militarizadas. No entanto tem havido sérias ten-

tativas nesse sentido e, na prática, existe a proibição de liberdade sindical em muitos locais de trabalho.

ABRIL — Outro problema que merece uma certa atenção é o da pulverização sindical. Surgiram na F.P. outros sindicatos. Gostaria de saber como e por que se formaram e quais as consequências para o movimento sindical na F.P..

A.S. — Felizmente que, por exemplo, na

DGCI, a prática da direção desse pequeno sindicato tem sido esclarecedora para esses trabalhadores. Ainda há pouco tempo, quando foi necessário negociar o problema das remunerações acessórias na DGCI foi o sindicato da F.P. que o tentou resolver. Penso que esses sindicatos e particularmente o da DGCI têm a ver com a tentativa do iluminado ministro do trabalho Maldonado Gonelha de montar a sua estrutura sindical. A criação do Sindicato dos Técnicos



C. Bauafy.

A UNIDADE
DAS FORÇAS
SINDICAIS
DE ESQUER-
DA

corresponde também a esta estratégia. Penso que é uma forma das forças que neste momento ocupam o governo terem mais um interlocutor do seu lado, já que têm a CIP, a CAP e a Carta Aberta. De qualquer maneira, penso que a parte grave e difícil da questão terá já passado porque nenhum destes sindicatos conseguiu vingar.

J.A. — Em relação à questão dos diversos sindicatos que têm aparecido, dentro do âmbito da F.P., há que distinguir os sindicatos paralelos como é o caso dos técnicos do estado e os sindicatos privativos, como é o caso da DGCI. Em relação ao sindicato dos técnicos do Estado, penso que não houve uma adesão significativa. Em relação ao sindicato da DGCI, o caso pôs-se através de problemas específicos dessa direcção-geral que têm a ver com as remunerações acessórias.

O que o Arnaldo disse de o governo pretender um interlocutor ao seu lado, talvez se venha a concretizar este ano: certo tipo de aumentos que fazem parte do orçamento geral de Estado para os quadros técnicos à margem dos aumentos que foram aprovados pelos T.F.P. é uma tática do governo para tentar reanimar o fôssil que é o sindicato dos técnicos. Para além disto o governo tenta através de uma diferenciação maior na escala hierárquica conquistar para o seu lado a parte da hierarquia que ainda foge ao seu controle.

A.S. — Eu queria contestar a análise do Álvaro: é um erro alimentar a ideia que os trabalhadores da DGCI são uma elite e têm problemas especiais, como por exemplo, o das remunerações acessórias. Penso que a ideia que presidiu à constituição deste sindicato, foi um ataque bem pensado de certas forças políticas às direcções e organizações sindicais dos T.F.P..

A.L. — A questão que o Arnaldo põe é importante. O problema é de facto político-sindical e não é específico da F.P.. De facto os argumentos para a constituição desses sindicatos vão sendo utilizados consoante as circunstâncias.

R.M. — Queria só esclarecer que os sindicatos da F.P., ao definirem a sua P.R.C. recusaram a entrada de certos sindicatos, aqueles que consideravam paralelos. Há que distinguir duas coisas: nós consideramos um sindicato paralelo um conjunto de trabalhadores que, tendo à frente objectivos nitidamente políticos, se afasta de uma sindicalização correcta, onde estava, para formar um sindicatozinho. Para nós, é paralelo o sindicato da DGCI e dos quadros técnicos do Estado. Não consideramos sindicatos paralelos aqueles que tiveram um processo autódromo de formação logo muito de início como é o caso dos portuários, paramédicos do Norte, enfermeiros, etc.. Uma reestruturação poderá resolver estes casos.

ABRIL — Falaste de reestruturação. Gostaria de saber quais as condições que existem neste momento para a criação de uma federação de todos os sindicatos do sector público.

R.M. — Pensamos que ainda não foi altura de a fazer. É importante avançar para uma estrutura que una cada vez mais os trabalhadores, mas

isso exige uma consolidação interna de cada um deles. Ora todos estes sindicatos são extremamente jovens, tiveram processos de formação posteriores ao 25 de Abril e todos eles têm direcções com um ano de vigência ou menos. No entanto, com a P.R.C. foram dados os passos essenciais para que os trabalhadores sintam a necessidade dessa organização. Parece-nos que começam a estar criadas as condições para se avançar para essa estrutura. Por isso, as próprias direcções sindicais pensam convocar para breve uma reunião para tratar expressamente deste assunto. Pensamos, sem sermos optimistas, até ao período de férias constituir a federação de todos os sindicatos do sector público.

ABRIL — Quais as perspectivas de trabalho sindical unitário em termos de forças de esquerda?

F.G. — A unidade corresponde a uma aspiração profunda dos trabalhadores. Neste momento, a nível nacional, e também a nível do sindicato da F.P., consideramos que a unidade é possível desde que seja estabelecida com base na acção concreta. A unidade baseada na negociação entre cúpulas partidárias é uma forma de unidade que não serve os trabalhadores.

A.S. — Penso que é extremamente oportuno falarmos da unidade das forças sindicais de esquerda. Depois de situações graves como, por exemplo, foi a derrota da lista unitária de esquerda dos escritórios de Lisboa, que poderia ter sido a quebra final da fantochada montada pelas forças de direita com o nome de Carta Aberta, penso que é necessário responsabilizar certas forças sindicais, que de uma vez para sempre tenham a coragem de se definir. Em relação ao sindicato da F.P., penso que não é impossível uma situação de unidade entre todas as forças de esquerda. Penso que o facto de estarmos aqui é uma nota positiva, um contributo para que nós, a partir de agora, cheguemos a acordos, à conclusão que é necessário estabelecer certas plataformas de entendimento dada a grande guinada à direita na actual situação política. Temos que nos unir e deitar para trás certas divergências e certos traumas que nos atingem a todos.

A.L. — Penso que o que foi dito está correcto, e que, a nível dos sindicatos da F.P., não só temos essa possibilidade, mas já vamos vivendo em unidade. É significativo que na Assembleia de Delegados, que é um órgão bastante significativo das correntes sindicais, uma moção de saudação à CGTP seja aprovada com uma única abstenção.

F.G. — Nós entendemos a prática da unidade em primeiro lugar, em defesa da liberdade e dos aspectos progressistas da Constituição, o que significa lutar pelo reconhecimento efectivo do exercício dos direitos fundamentais já aqui referidos. Em 2.º lugar em torno da defesa das condições de vida dos trabalhadores, o que significa por um lado a defesa intransigente da proposta salarial contida na PRC, particularmente no que respeita às camadas mais desfavorecidas e por outro lado a luta consequente contra a ameaça de despedimentos que já se vai fazendo sentir nalguns ministérios. Em 3.º lugar, a defesa da

independência nacional o que significa que temos que lutar contra as directizes do FMI em que se exige uma redução drástica das despesas com a Administração Pública e que são uma ameaça de criação de desemprego na F.P.

ABRIL — Criou-se neste momento o ministério de Reforma Administrativa. Quais os objectivos do governo e qual a posição dos T.F.P. face a esta questão?

F.G. — Consideramos que a viragem à direita ao serviço de um processo de recuperação capitalista faz que a questão da R.A. seja a questão de fundo na F.P.. A criação de um Ministério da R.A. é a expressão a nível da estrutura governamental dos objectivos principais que a burguesia coloca como uma das suas tarefas.

A ressurreição deste projecto da burguesia surgido durante o processo de intensificação do desenvolvimento do capitalismo em Portugal, sobretudo na década de 60, ainda com Salazar e muito particularmente com Caetano significa que está em marcha uma política de recuperação e reorganização do aparelho de Estado. A política de recuperação que está contida na R.A. visa a destruição, através de limitações sucessivas, das conquistas de Abril. A Lei de Bases surge aí como instrumento principal da ofensiva burguesa no aparelho de Estado.

A política de reorganização visa corrigir muitos factores de crise introduzidos no aparelho de Estado depois do 25 de Abril. Esses factores de crise impediram que esse aparelho de Estado servisse cabalmente o processo de recuperação capitalista.

Há várias consequências de toda esta política de reorganização: em 1.º lugar, a destruição de certos organismos extremamente ligados às conquistas do processo revolucionário como o I.R.A. e a sua articulação com a Reforma Agrária, como o Fundo de Fomento de Habitação e toda a articulação com a luta dos moradores. Em paralelo com este aspecto assiste-se a criação de novo tipo de organismos, como é o caso da Lei orgânica do MIT onde a criação de um gabinete de apoio ao investimento não é mais nem menos do que um organismo criado para apoio e intensificação de iniciativa privada como pedra basilar da política da nova coligação governamental.

2.º A redução e reorganização de numerosos serviços, o que em termos práticos significa o novo assalto (que vimos a assistir desde o 25 de Novembro e que agora se irá agravar) à hierarquia do aparelho de Estado — disputa da cúpula do aparelho de Estado como forma de dominação de classe.

3.º A redução do número de trabalhadores a que assistimos em numerosos quadros orgânicos e quadros de pessoal que vão sendo publicados nas sucessivas reorganizações de serviços através das quais a ameaça de desemprego se começa a configurar — perigo real e imediato para muitos trabalhadores.

4.º A redução das despesas com a administração pública que, cumulativamente com o problema do dimensionamento do aparelho de Estado, com a necessidade da sua racionalização

tal como a burguesia o coloca, contribuiu, com todas estas medidas administrativas, para criar, fomentar e viabilizar o desemprego. A Lei de Bases aliás enxerta-se aqui, articula-se com este aspecto.

Isto tem também uma incidência salarial que vai exigir dos trabalhadores uma luta intensa e consequente para que a incidência salarial das medidas e das exigências do imperialismo seja diminuída e seja possível impedir que se volte a uma tabela salarial com a estrutura da que existia anteriormente ao 25 de Abril.

5.º A criação de determinado tipo de estruturas através das novas leis orgânicas que vão saindo, e que mais não são do que uma forma do envolvimento progressivo da estrutura sindical dos T.F.P., isto é, uma das formas de ataque à estrutura sindical dos T.F.P., é uma forma indirecta que passa pela criação de conselhos de Pessoal e estruturas congêneras que visam deslocar o tratamento das questões que são do âmbito sindical para o interior do próprio aparelho de Estado e por essa via ir criando um sentimento de não necessidade da estrutura sindical e da sua operacionalidade. Os trabalhadores devem estar extremamente alerta para impedir que através deste tipo de medidas se contribua também para liquidar uma das conquistas de Abril. O caso do MAP e do MIT são duas ilustrações extremamente importantes.

A.S. — Estou de acordo com a intervenção do Francisco. Penso que qualquer trabalhador da F.P. se sente insultado com a criação do Ministério da R.A. que não será mais do que uma estrutura de opressão e de vigilância, ainda por cima nas mãos do fascista Rui Pena. Penso que esta é uma manobra premeditada, um acto político profundo que visa asfaltar o caminho aberto pelo Soares para as forças de direita ocuparem o poder da melhor forma.

R.M. — Também penso que é de facto um insulto aos T.F.P.; eu diria mesmo uma provocação porque qualquer documento que saia daquele ministério tem à partida contra ele os T.F.P., sendo feito por quem é, e com os objectivos que conhecemos. É importante que os T.F.P. estejam alertados para este problema, e nós já o tentámos no plenário da C.G.T.P.. Colocar nas mãos do partido que votou contra a Constituição a reformulação do aparelho de Estado (os T.F.P. não são contra uma reforma administrativa — isto que fique claro — o aparelho de Estado actual é ainda o de fascismo e nós pedimos a reforma dos serviços logo depois do 25 de Abril) é uma provocação. Se a Constituição aponta para um projecto socialista, o aparelho de Estado tem que ser alterado tendo em vista um projecto socialista.

Nós pensamos também que, na situação actual do nosso país, o governo não faz aquilo que quer. De facto o governo do partido socialista não fez aquilo que queria, fez muito do que queria mas não tudo. E aqui é extremamente importante a unidade do movimento sindical, porque é de facto da força dessa unidade que há-de sair o que o governo fará. E é com esta confiança que gostaríamos de terminar.

A REFORMA
ADMINIS-
TRATIVA
NUM MINIS-
TÉRIO CDS

a «oposição»

Assinado em 1972, por socialistas, comunistas e radicais de esquerda, o programa comum permitiu à esquerda francesa sair da situação de marasmo em que se encontrava desde a subida ao poder do general De Gaulle.

Nas eleições presidenciais de 1974, François Mitterrand consegue 49,39% dos sufrágios. A tendência confirma-se nas eleições cantonais. E em Março de 1977 a esquerda vence as eleições municipais obtendo mais de 50% dos votos e arrebatando aos gaulistas, aos republicanos independentes e aos centristas favoráveis à coligação governamental a administração de 43 cidades com mais de 30 000 habitantes. Faltava vencer o último obstáculo: as legislativas de Março 1978. "Simples formalidade" diziam os principais comentadores políticos atónicos diante daquilo que eles consideravam como uma "ascensão irresistível".

Em 31 de Maio de 1977, representações dos partidos signatários do programa reúnem-se em Paris para proceder à sua actualização. Dois meses mais tarde fica elaborada uma lista contendo cerca de meia centena de pontos julgados controversos. Até aí o balanço é francamente positivo e as perspectivas de acordo bastante animadoras. Intervém, então, os leaders das três formações: Mitterrand, Marchais e Fabre que se reúnem a 14 de Setembro na sede do PCF. Cerca de 40 casos são tratados durante o primeiro dia de trabalhos e 34 imediatamente resolvidos.

Abordam-se os "pontos quentes": política social, política de defesa e, sobretudo, extensão das nacionalizações.

E surgem as primeiras dificuldades. Os radicais abandonam as conversações que só recomeçam uma semana mais tarde em ambiente de grande tensão. "Não contem comigo para instaurar uma forma de sociedade que deslizaria inevitavelmente para um sistema estatizado ou colectivista irreversível", declara Robert Fabre.

Conscientes do perigo, independentes de esquerda lançam apelos aos "espírito de compreensão" dos dirigentes dos três partidos. Em vão: na quinta-feira, dia, 22 de Setembro, as

negociações são definitivamente interrompidas, desta feita por iniciativa do PCF.

Trocam-se acusações. Ninguém quer assumir a responsabilidade do fracasso.

Segundo o PSF, os comunistas teriam criado obstáculos à actualização do programa no sentido de impedir deliberadamente a tomada do poder pela esquerda, objectivo que já não corresponderia à sua estratégia. "É falso, responde Marchais, depois de tudo aquilo que eu fiz com o meu partido, com centenas de milhar de comunistas que distribuíram propaganda, depois de todos os meus discursos, após ter percorrido a França durante as eleições presidenciais em que fizemos de François Mitterrand o candidato único da esquerda parece-lhes possível que eu, que a direcção do meu partido, que todo o partido estivéssemos dispostos assim, facilmente, a pôr em causa tantos anos de esforços?"

Para o PCF a questão é clara: os culpados são os socialistas, ou melhor, a ala social democrata do partido que teria evitado "amarrar-se" a um programa de governo que os comprometeria na fase seguinte à das eleições legislativas. Para comprovar a sua tese, o PCF invoca a existência no PSF de certas correntes cada vez mais importantes, dirigidas em especial por Michel Rocard, segundo as quais "é difícil vencer sem o PC mas impossível governar com ele".

A polémica arrasta-se. É aproveitada pela direita. Mas, surpreendentemente, o eleitorado não reage. Foi tão intensa a campanha desenvolvida em torno do programa comum ao longo dos últimos cinco anos, é tal a sua dinâmica, que as pessoas se recusam a acreditar na inevitabilidade da ruptura.

E todas as sondagens continuaram a dar vantagem à esquerda. Na condição, porém, de ser aplicada a regra da desistência levando o candidato da esquerda mais votado, no decorrer da primeira volta, a beneficiar, no escrutínio final, da totalidade dos votos socialistas, comunistas e radicais.

Há um ano, a Esquerda iria ganhar: o horizonte 78 desenhava-se como um limiar de transformações em toda a Europa, a Sul.

Um ano depois, as dúvidas acumulam-se. Mas a importância das eleições mantém-se: quais as hipóteses de uma unidade de Esquerda no acesso ao poder? Quais as possibilidades de uma transformação social na Europa do Sul? A revolução (a ideia de revolução, a esperança de revolução) continua a ser o que era dantes? Tudo isto é um lote de razões que justifica que os leitores portugueses sigam estas eleições com a maior atenção e interesse. Daí este "dossier" - elementos para a compreensão do acontecimento fundamental da política internacional no mês de Março.

dossier: ELEIÇÕES EM FRANÇA

A "maioria" reúne sectores de direita e centro tradicionalmente hegemónicos no parlamento francês: os "gaulistas" da RPR (Rassemblement pour la République), os "giscardianos" do Partido Republicano, os centristas do CDS e os radicais opostos ao programa comum, para além de grupos e personalidades "moderadas" de feições diversas.

Em 1968, a "maioria" agrupava apenas a então UDR gaulista e a Federação Nacional dos Republicanos Independentes, embrião do actual PR. Foi com a campanha presidencial de Georges Pompidou, um ano depois, que a maioria se alargou e consolidou, agregando os grupos menores.

Segundo cálculos efectuados por ocasião das últimas eleições legislativas, em 1973, o eleitorado da "maioria" é mais feminino do que a população francesa (as mulheres são 57% da sua massa eleitoral e 52% em todo o país), é claramente "envelhecido" (47% dos votantes têm mais de 50 anos) e tem origem nos meios rurais (17% de agricultores), nos quadros superiores e intermédios, nas profissões liberais e no patronato da indústria e do comércio. Apenas 24% do seu eleitorado são operários (que constituem 32% do povo francês).

O tradicionalismo é evidente nos eleitores da "maioria": registe-se a importância da prática religiosa (78% de católicos praticantes, contra 59% entre os franceses) e o peso dos inactivos (27% dos eleitores da maioria e 24% no total da população).

O General de Gaulle criou em 1947 o "Rassemblement du peuple français". Trinta anos depois, nos finais de 1976, Jacques Chirac apresenta-se como o "renovador dinâmico" da direita francesa e ressuscita a designação: "Rassemblement pour la République". Esta é a décima sigla do movimento gaulista, a componente principal da maioria.

Definitivamente consolidada em 1958 para assegurar uma "fidelidade incondicional ao General De Gaulle, à sua pessoa e à sua política", a formação gaulista sofreu, depois do afastamento do seu mentor, uma inflexão à direita, com a abertura concretizada por Georges Pompidou nas eleições presidenciais de 1969. Daí em diante, o apoio popular decresceu progressivamente, ao mesmo tempo que a participação no Governo ia sendo cada vez menos importante: 15 ministros num total de 23 em 1968 e 5 entre 18 em 1976. Este é o período de grande crise do movimento gaulista. Crise de identidade e procura da personagem catalizadora do ressurgimento.

Chaban-Delmas, um dos "barões" do gaulismo, não consegue preencher o vazio em 1974 ao ser derrotado na primeira volta das eleições presidenciais. Numa afirmação de que "o gaulismo ainda está vivo", a UDR é obrigada a dar a vitória a Giscard na segunda ronda do sufrágio.

a «maioria»

ACTUALIZAÇÃO DO PROGRAMA COMUM Principais aspectos litigiosos	PSF	PCF
Leque salarial	de 1 a 7	de 1 a 5
Emprego	Recusa da proposta do PCF	Possibilidade dos comités de empresa (comissões de trabalhadores) suspenderem qualquer decisão patronal referente a desemprego. Proibição, para os patrões, de exportarem capitais desde que daí resulte um eventual desmantelamento das empresas respectivas.
Gestão do sector público e nacionalizado	O conselho de Administração, responsável pela orientação, direcção e gestão das empresas, será constituído por representantes dos trabalhadores, dos utentes e do Estado. Estes últimos não poderão ser majoritários. A eleição do presidente do Conselho de Administração estará condicionada por uma lista de nomes proposta pelo governo.	Acordo quanto à constituição do Conselho de Administração. Recusa da proposta do PSF sobre a eleição do presidente. Este será, segundo o PCF, eleito simplesmente pelo Conselho sem subordinação a qualquer lista fornecida pelo governo.
Extensão do sector público	Nacionalizações das filiais controladas a 100% pelos grupos nacionalizados. A siderurgia só deverá entrar no sector público após o fim da legislatura durante a qual será aplicado o programa comum. Entretanto, a dívida ao Estado das empresas siderúrgicas poderá ser transformada em participação do Estado no capital dessas empresas.	Nacionalização de todas as sociedades nas quais os grupos nacionalizados possuam mais de 51% das acções. Extensão das nacionalizações às empresas Peugeot-Citroen (automóveis) à C.F.P.-Total (petróleos) e ao sector siderúrgico.
Política nuclear	Objectivo do governo: contribuir para o desarmamento geral e universal. Recurso a um referendo que decidirá sobre o futuro do armamento nuclear francês.	Concordância com o PSF no que respeita à necessidade de um desarmamento à escala mundial. Recusa do referendo a propósito do armamento nuclear francês que, entretanto, deverá ser mantido.

É em Jacques Chirac que se vão depositar as esperanças gaulistas quando, em 1976, o primeiro-ministro de Giscard rompe com este e se dispõe a liderar o movimento renovador da UDR. A noção de "rassemblement", subentendendo uma ultrapassagem das clivagens sociais, um menosprezo do papel dos partidos e um ardor nacionalista, reanimam o movimento. De 280 mil inscritos em 1976, o RPR atinge, um ano depois, os 400 mil aderentes e regista um considerável rejuvenescimento da sua massa militante.

Entretanto, o poder de Chirac no seio do partido é cada vez mais marcado. O congresso de Dezembro de 1976 confere-lhe poderes para nomear o secretário-geral, a comissão executiva de 15 elementos e ainda um número ilimitado de personalidades que integram o conselho político. Aquele que foi delfim de Pompidou em 67 tornou-se o senhor absoluto do movimento gaulista. As eleições deste mês dirão se o "chiraquismo" sucederá triunfalmente a um gaulismo que muitos estimam acabado.

O Partido Republicano constitui a segunda força da "maioria". Formado essencialmente por quadros, o PR nasceu da divisão do Centro Nacional de Independentes e Camponeses. Um dos grupos cisionistas, liderado por Valéry Giscard d'Estaing permaneceu fiel à política do General De Gaulle favorável a independência da Argélia e que tinha estado na origem da cisão. Constituindo-se, primeiro, em grupo parlamentar, só depois os republicanos independentes se organizaram em partido.

São cada vez mais nítidas no seio da "maioria" duas estratégias políticas distintas, definidas essencialmente em função do que se vai passando na oposição.

Assim, o RPR joga forte na sua apresentação como a única alternativa ao programa comum, como o único obstáculo eficaz à tomada do poder pela esquerda. Para tal, procura catalizar todos os sectores conservadores e reaccionários, sustentando que, apesar de tudo, a esquerda se unirá quando for preciso e que essa continua a ser a maior ameaça para o povo francês.

Por seu lado, os republicanos mostram-se cada vez mais abertos a um diálogo com a esquerda moderada, tentando tirar o maior partido possível das divergências entre os signatários do programa comum. Os giscardianos são dos mais interessados na ruptura da união da esquerda que, esperam, lançará nos seus braços largas faixas do PS. O objectivo do Partido Republicano consiste de facto, na constituição de um vasto espaço de centro-esquerda que isole à direita o RPR e à esquerda o PCF e sectores do Partido Socialista. Implícito nesta perspectiva está o desejo de Giscard d'Estaing em conservar o seu espaço de manobra, em garantir o seu futuro político. O presidente francês está certo de que se a França se dividir em dois grandes blocos antagónicos, radicalizados à direita e à esquerda, será Chirac, e não ele, quem deterá a supremacia na maioria. Para além de duas estratégias partidárias, o que está em causa é também a disputa pelo poder entre dois homens que já o partilharam entre 74 e 76.

sistema eleitoral

A Assembleia legislativa francesa é constituída por 491 deputados tendo os respectivos mandatos a duração de 5 anos.

A eleição faz-se segundo um escrutínio uninominal, maioritário e com recurso a segunda volta. Cada partido político pode apresentar um candidato por círculo eleitoral. São admitidas, também, candidaturas independentes. Ao fim da primeira volta é considerado eleito o candidato que tiver obtido a maioria absoluta dos sufrágios expressos e, simultaneamente, pelo menos um quarto dos eleitores inscritos. No caso de nenhum dos candidatos satisfazer as condições anteriores procede-se uma segunda volta (ballotage) à qual poderão concorrer todos os candidatos que, anteriormente, tiverem obtido um número de votos superior a 12,5% dos eleitores inscritos. Está prevista a desistência, na segunda volta, de candidatos que, impossibilitados de ganharem a eleição, pretendam, ao retirar-se, favorecer outro candidato em melhor situação.

Após terem sido eleitos, os deputados são livres de mudar de partido. No caso de algum dos deputados abandonar a Assembleia, mesmo que seja para desempenhar funções governamentais, realizar-se-ão "eleições parciais" no círculo pelo qual ele fora eleito.

A delimitação dos círculos eleitorais que data do início da "era gaulista" tende a favorecer as zonas rurais e os centros das cidades em detrimento dos sectores industriais e dos arredores das grandes metrópoles. Assim, para se eleger um deputado no centro de Paris bastam, aproximadamente, 40.000 votos, ao passo que um deputado eleito na "banlieue" da capital francesa "vale" mais de 120.000 sufrágios.

O método é, incontestavelmente, desvantajoso para a esquerda. Em 1958, o PCF com 18,9% dos votos, na primeira volta obteve, apenas, 2,1% dos lugares no parlamento. E o mesmo sucedeu nas eleições seguintes: 8,6% dos lugares com 21,9% dos votos em 1962; 15,3% dos lugares com 22,5% dos votos em 1967; 7% dos lugares e 20% dos votos em 1968.



JACQUES CHIRAC

Diz-se, nos meios políticos franceses que Chirac preparou a sua carreira "com regra e esquadro".

O seu nome é citado pela primeira vez em 1967 quando é eleito, aos 35 anos de idade, deputado pelo círculo eleitoral da Corrèze, distrito situado no centro da França. Depois, é a ascensão. Nomeado secretário de Estado dos Assuntos Sociais em Maio de 1967, passa a exercer, um anos mais tarde, funções relevantes junto de Giscard d'Estaing então ministro das Finanças. É um dos preferidos de Pompidou que o designa para postos cada vez mais importantes: ministro encarregado das relações com o Parlamento, em 1971; ministro da Agricultura em 1972 e ministro do Interior em 1974.

Durante as últimas eleições presidenciais, é Chirac quem consegue o apoio da UDR para o candidato "republicano independente" Giscard d'Estaing. E os seus esforços são premiados: no verão de 1974 é nomeado primeiro ministro, cargo que desempenha durante dois anos. Em 25 de Agosto incompatibiliza-se com o presidente da República. Deixa o governo. Vence a resistência dos velhos "barões" gaulistas e impõe-se como principal dirigente da UDR que, em Dezembro de 1976, muda de nome passando a chamar-se "União para a República" — RPR.

Populista, organiza a sua campanha eleitoral para o município de Paris, que conquista, à base de apertos de mão, de visitas aos bairros e aos mercados da capital francesa. Ambicioso, julgando-se possuidor de um "destino nacional", ei-lo no combate contra a "ameaça marxista".



GISCARD D'ESTAING

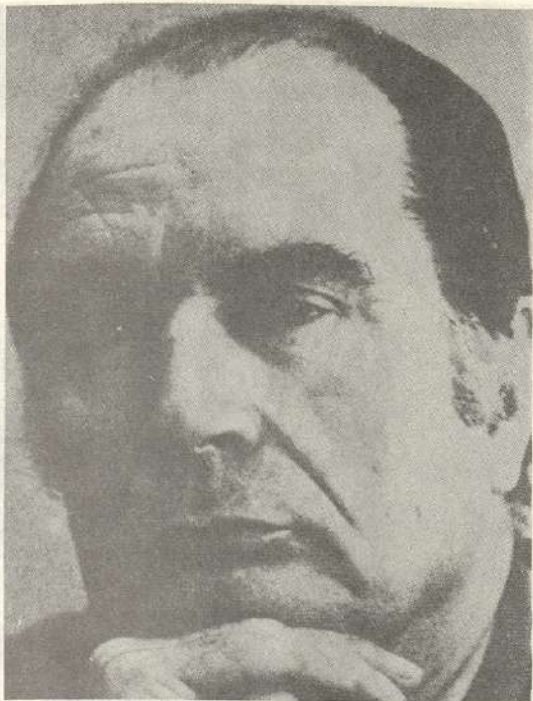
2 de Fevereiro de 1926. Repicam os sinos da aldeia de Coblença anunciando o nascimento de Valéry Giscard. Que se chama, também, d'Estaing nome de nobreza pertencente a um outro ramo da família mas que o pai, Edmond, fora autorizado a usar desde 1922.

Berço de ouro. Na ascendência daquele que, 48 anos depois, seria eleito presidente da República, contam-se os milionários, os altos funcionários, os responsáveis políticos.

E o "herdeiro" não desilude. Aluno brilhante, segue a carreira reservada, em França, aos meninos-família.

É deputado aos vinte e nove anos. Entra no governo de Michel Debré, como secretário de Estado das Finanças em Janeiro de 1969. Passa, em seguida, a ministro das Finanças, e a ministro das Finanças e dos Assuntos Económicos posto que mantém até 1966. Após o afastamento do general de Gaulle, em Abril de 1969, regressa ao ministério das Finanças ao qual imprime, indiscutivelmente, uma marca pessoal. Elogiam-lhe a "competência" e a "autoridade".

Representante da direita conservadora, julga-se, no entanto, um moderado. Um centrista. Beneficia, nas eleições presidenciais, do vazio deixado por De Gaulle e que a curta sucessão de Pompidou não conseguira preencher. Vence os seus eventuais adversários: Chaban Delmas, Edgard Faure e Alain Poher. E dispõe-se a aplicar um programa baseado na "continuidade e na novidade". Demarca-se progressivamente dos meios mais reacçãoários que deixa ao seu rival Jacques Chirac com o objectivo, meio visível meio disfarçado, de conseguir uma aliança à esquerda. Mitterrand? "Trata-se de um homem de Estado que, infelizmente, propõe um programa inaceitável" esclarece.



FRANÇOIS MITTERRAND GEORGES MARCHAIS

“À mesa, durante as refeições, onde éramos mais de doze, estava proibido dizer mal dos outros e falar em dinheiro”.

Filho de um empregado dos caminhos de ferro, Mitterrand recebeu uma educação republicana e cristã. Preso pelos alemães durante a segunda guerra mundial, membro da resistência, pertenceu a onze governos, de tendências diferentes, de Janeiro de 1947 a Junho de 1957. Esta aparente maleabilidade merecer-lhe-ia, aliás, os mais variados epítetos da parte dos seus detractores. O comportamento por ele assumido a propósito da guerra da Argélia é ainda hoje lembrado a sul do mediterrâneo: “a única negociação possível é a guerra já que a Argélia faz parte da França” considerava em 1954.

Adversário declarado do general De Gaulle, contra o qual escreveu em 1964 “O golpe de Estado permanente”, Mitterrand é deputado pelo distrito da Nièvre desde 1962.

Extremamente corajoso, persistente, o actual leader dos socialistas franceses iniciou a sua cruzada em favor da unidade da esquerda por ocasião das eleições presidenciais de 1965 nas quais obteve mais de dez milhões de votos: “O partido comunista — declarou Mitterrand — é o nosso aliado natural. Não lhe reconheço qualquer privilégio. Verifico, no entanto, que ele representa uma força indispensável para a unidade da esquerda”.

Uma tal estratégia só viria a ser aceite, por todas as correntes socialistas e sociais-democratas, após o fracasso da candidatura à presidência da República, em 1969, do socialista moderado Gaston Defferre. Oposto ao representante gaulista, Georges Pompidou, o presidente do município de Marselha não foi além duns modestos 5% de votos.

Olhar vivo, sobrolho carregado, Georges Marchais é um temível adversário de todos os que “ousam” afrontá-lo em debates públicos. Fala lentamente. Articula as palavras. Mas encontra, no momento exacto, a frase que desarma o interlocutor.

Nada de delicadezas. De punhos de renda. Tudo, para ele, é preto ou é branco. A subtilidade é arte que, visivelmente, não cultiva. Procura dar de si a imagem do homem franco. E que nada esconde. Mas dificilmente consegue ser simpático. Sorriso forçado, protesta, violentamente, quando o interrompem. “Então, quando é que chega a minha vez de falar?” pergunta com frequência ao jornalista incumbido da difícil tarefa de moderar um debate na televisão.

No entanto, é ele quem intervém mais longamente.

Aderiu ao partido comunista em 1947 com 27 anos. Entrou para o comité central e para o secretariado político em 1959. Devido à doença de Waldeck Rochet, foi nomeado, em 1970, secretário geral adjunto. Assumiu o mais alto cargo na hierarquia do partido em 1972.

Um dos obreiros do programa comum da esquerda, procurou tranquilizar o eleitorado francês mais moderado que vê ainda no PCF influências estalinistas. Declarou-se aberto ao diálogo com os católicos. Suprimiu do programa comunista a referência à “ditadura do proletariado”. “Eurocomunizou-se”. À expressão “vanguarda da classe operária” preferiu a de “União do povo de França”: factor que considera essencial na “arrancada para o socialismo”.

Que significa "ser de Esquerda"? Se o sentido duma palavra é o conjunto dos seus usos — qual o significado dos usos da palavra "Esquerda"? E ainda: donde vem aquilo a que chamamos Esquerda? De que passado, de que erros, de que ilusões, de que conquistas? Para onde vai? Haverá hoje uma crise na Esquerda? Haverá uma "velha Esquerda" e uma "nova Esquerda"? Quais as relações entre os grandes problemas da Esquerda contemporânea e a situação da Esquerda em Portugal? Onde se poderá considerar que começa e acaba a Esquerda portuguesa?

Estas foram algumas das perguntas que pusemos a nós próprios ao delinear o projecto de ABRIL. Daí este inquérito. Continuamos a publicar as respostas recebidas.

GEORGES MARXAL

Um livro sobre o pensamento de Georges Mar-
xal é um livro sobre o pensamento de todos os
que "ousam" confrontar-se em debate político.
Este livro é um livro sobre o pensamento de
Marxal. Este livro é um livro sobre o pensamento
de todos os que "ousam" confrontar-se em debate
político. Este livro é um livro sobre o pensamento
de Marxal. Este livro é um livro sobre o pensamento
de todos os que "ousam" confrontar-se em debate
político.

MANUEL BRAGA DA CRUZ

A OPOSIÇÃO
ESTRATÉGICA
AO CAPITALISMO,
O SOCIALISMO
COMO META
HISTÓRICA

Em vez de responder pontualmente às questões de etimologia política levantadas pelo vosso convite-desafio, preferia aproveitar as que nele remetem para o presente histórico das forças que em Portugal se reclamam da esquerda, para alinhavar umas quantas preocupações sobre o futuro. É que, mais do que definir a esquerda, ou descobrir onde começa e acaba, parece-me urgente, inadiável mesmo, entender a sua diversidade e conseguir a sua unidade.

Convenhamos na ambiguidade e, sobretudo, na relatividade do termo. Deixemo-nos, porém, ficar com a elasticidade imprecisa da expressão, com todos os riscos do oportunismo a explorar. Pois é claro que tudo tem a sua direita e a sua esquerda. Mas não é, obviamente, em termos geográficos ou morfológicos — tão do agrado das teorias da rotatividade da "classe política" ou do virtuoso "meio termo" — que importa enten-



der a esquerda. É, assim, na **oposição estratégica ao capitalismo**, na reivindicação do **socialismo como meta histórica** e na adopção do **marxismo como método** de análise e de interpretação, que os critérios para a demarcação e identificação do espaço político que se reclama da esquerda, se devem procurar. Neste entendimento, é óbvio que são de "esquerda", mau grado as respectivas práticas políticas direitizantes o pareçam pôr em causa, todas as formações políticas que se reclamam do marxismo e do socialismo em Portugal. É com essas, e entre essas, que importa desencaixar uma dinâmica de auto-repensamento crítico e de aproximação.

É que pensar a esquerda portuguesa, para a refundar em termos de unidade, implica, em primeiro lugar, pensar um passado recente de ruptura, e saber tê-lo como "prova de contacto", como revelação a positivo de um outro

passado em negativo, procurando extrair os ensinamentos necessários dessa transição da "oposição" à "afirmação".

Ora, a esquerda portuguesa, nem antes nem depois do 25 de Abril, entendeu a unidade senão por razões táticas. A urgência está actualmente em pensar a **unidade em termos estratégicos**, o que implica necessariamente a compreensão e aceitação da diversidade. Creio que esta "unidade na diversidade", tão aparentemente paradoxal, se traduz necessariamente no igualmente paradoxal "socialismo democrático", que, se até hoje se não conseguiu sem detrimento de um ou outro dos termos do binómio, o deve precisamente ao desentendimento da unidade.

As "frentes populares" de outrora e os mais recentes "programas comuns", como expressão dessa unidade tática, estão longe de poder tra-

duzir a necessidade estratégica de unidade da esquerda que hoje se apresenta como inexorável. O que se pede é, com efeito, mais do que isso: é uma **unidade de projecto**. É para ela que há, desde já, que caminhar.

E para isso, uma dupla condição se me afirma imprescindível: **desideologizar a esquerda** em nome do marxismo que todas as suas organizações invocam, subordinando as divergências político-ideológicas aas **desígnio estratégico** fundamental. As incidências deste duplo pressuposto recaem, claro está, sobre a política partidária e sobre os modelos que as diferentes organizações têm prefigurado e acalentado.

Explico-me: o 25 de Abril veio revelar e desafiar a esquerda. Feito mais para ela do que por ela, a queda do salazarismo e a dinâmica que ele abriu, apanhou a esquerda de certo modo imprevista, ia a dizer mesmo despreve-

ESQUERDA: COMO É? DONDE VEM? PARA ONDE VAI?

OS FALSO
DILEMAS

AS FIGURAS
PERDIDAS
DOS FAN
MASMAS IN-
DIVIDUAIS

PARA UMA
LEITURA
MARXISTA
DO MARXIS-
MO

Que significa "ser de Esquerda"? Se o sentido duma palavra é o conjunto dos seus usos — qual o significado dos usos da palavra "Esquerda"? E ainda: donde vem aquilo a que chamamos Esquerda? De que passado, de que erros, de que ilusões, de que conquistas? Para onde vai? Haverá hoje uma crise na Esquerda? Haverá uma "velha Esquerda" e uma "nova Esquerda"? Quais as relações entre os grandes problemas da Esquerda contemporânea e a situação da Esquerda em Portugal? Onde se poderá considerar que começa e acaba a Esquerda portuguesa?

Estas foram algumas das perguntas que pusemos a nós próprios ao delinear o projecto de ABRIL. Daí este inquérito. Continuamos a publicar as respostas recebidas.

GEORGES MARCHAISAL

Outra vez, quando se lê "Georges Marchais", há um festival de palavras de ordem, de frases, de "ousadas" afirmações em debates políticos. Foi lentamente. Articulando as palavras. Mas encontrando, nos momentos de silêncio, que se encontram os modelos de frases e de palavras.

MANUEL BRAGA DA CRUZ

A OPOSIÇÃO ESTRATÉGICA AO CAPITALISMO, O SOCIALISMO COMO META HISTÓRICA

Em vez de responder pontualmente às questões de etimologia política levantadas pelo vosso convite-desafio, preferia aproveitar as que nele remetem para o presente histórico das forças que em Portugal se reclamam da esquerda, para alinhar umas quantas preocupações sobre o futuro. É que, mais do que definir a esquerda, ou descobrir onde começa e acaba, parece-me urgente, inadiável mesmo, entender a sua diversidade e conseguir a sua unidade.

Convenhamos na ambiguidade e, sobretudo, na relatividade do termo. Deixemo-nos, porém, ficar com a elasticidade imprecisa da expressão, com todos os riscos do oportunismo a explorar. Pois é claro que tudo tem a sua direita e a sua esquerda. Mas não é, obviamente, em termos geográficos ou morfológicos — tão do agrado das teorias da rotatividade da "classe política" ou do virtuoso "meio termo" — que importa enten-



der a esquerda. É, assim, na oposição estratégica ao capitalismo, na reivindicação do socialismo como meta histórica e na adopção do marxismo como método de análise e de interpretação, que os critérios para a demarcação e identificação do espaço político que se reclama da esquerda, se devem procurar. Neste entendimento, é óbvio que são de "esquerda", mau grado as respectivas práticas políticas direitizantes o pareçam pôr em causa, todas as formações políticas que se reclamam do marxismo e do socialismo em Portugal. É com essas, e entre essas, que importa desencadear uma dinâmica de auto-repensamento crítico e de aproximação.

É que pensar a esquerda portuguesa, para a refundar em termos de unidade, implica, em primeiro lugar, pensar um passado recente de ruptura, e saber tê-lo como "prova de contacto", como revelação a positivo de um outro



ESQUERDA: COMO É? DONDE VEM? PARA ONDE VAI?

OS FALSO
DILEMAS

AS FIGURAS
PERDIDAS
OS FAN-
TASMAS IN-
DIVIDUAIS

PARA UM
LEITURA
MARXISTA
DO MARXIS-
MO

passado em negativo, procurando extrair os ensinamentos necessários dessa transição da "oposição" à "afirmação".
Ora, a esquerda portuguesa, nem antes nem depois do 25 de Abril, entendeu a unidade senão por razões táticas. A urgência está actualmente em pensar a unidade em termos estratégicos, o que implica necessariamente a compreensão e aceitação da diversidade. Creio que esta "unidade na diversidade", tão aparentemente paradoxal, se traduz necessariamente no igualmente paradoxal "socialismo democrático", que, se até hoje se não conseguiu sem detrimento de um ou outro dos termos do binómio, o deve precisamente ao desentendimento da unidade.
As "frentes populares" de outrora e os mais recentes "programas comuns", como expressão dessa unidade táctica, estão longe de poder tra-

duzir a necessidade estratégica de unidade da esquerda que hoje se apresenta como inexorável. O que se pede é, com efeito, mais do que isso: é uma unidade de projecto. É para ela que há, desde já, que caminhar.
É para isso, uma dupla condição se me afirma imprescindível: **desideologizar** a esquerda em nome do marxismo que todas as suas organizações invocam, subordinando as divergências político-ideológicas aas **desígnio estratégico** fundamental. As incidências deste duplo pressuposto recaem, claro está, sobre a política partidária e sobre os modelos que as diferentes organizações têm prefigurado e acalentado.
Explico-me: o 25 de Abril veio revelar e desafiar a esquerda. Feito mais para ela do que por ela, a queda do salazarismo e a dinâmica que ele abriu, apanhou a esquerda de certo modo impreparada, ia a dizer mesmo despreve-

OS FALSOS DILEMAS

nida. Arrancou-a da clandestinidade e pô-la à prova. E a esquerda não esteve à altura do momento e do espaço que lhe foi criado. À novidade e originalidade encontradas, a esquerda respondeu com o recurso, quase mecânico, a formas tradicionalmente gastas e a estereótipos políticos estafados. As alternativas que então se contrapuseram irredutivelmente, em termos de modelos propostos (ou pressupostos) e de práticas assumidas, tanto ao nível interno como ao nível externo, bloquearam de tal maneira o horizonte político, que cedo acabaram por conduzir à polarização conflitual reformismo-vanguardismo, eleitoralismo-jacobinismo, e aos falsos dilemas do "fascismos ou revolução" e do "europa e atlantismo ou satelização a leste". O que acabou por comprometer, e na medida por todos hoje tão duramente conhecida, o futuro da iniciativa de massas que então despontava e uma saída consistente para a crise. Não se saindo do "capitalismo em crise", ou comprometendo essa saída, acabou por se apaziguar a "crise". Com uma agravante: a de agora assumir a responsabilidade de a gerir, com as inevitáveis erosões que tal provoca.

O que após o 25 de Abril mais comprometeu o despontar do movimento de massas foi, pois, a corrida ao poder que, a nível institucional, e concorrencialmente, as forças de esquerda desencadearam, demonstrando não pretenderem afinal nenhuma unidade senão como trampolim tático para a aplicação dos seus modelos pré-concebidos e sem terem defenido suficientemente que socialismo e que democracia projectavam para este país.

Definir pois, em termos de projecto estratégico, a unidade de esquerda, significa entender e aceitar a peculiaridade e a imprescindibilidade das componentes, mas também a peculiaridade do país. Implica clarificar o tipo de democracia que se pretende, onde as forças de esquerda se encontrem e se não excluam, mas também moldar o socialismo à medida portuguesa, sem figurinos importados e deformados quer pela gestão social-democrata do capitalismo quer pela burocratização estatal. Exige a **desideologização** da esquerda, o abandono dos seus fetiches políticos, a sua reconciliação com o marxismo. Isto é, **desideologizar** para permitir uma leitura "marxista" do marxismo, a relativização histórica dos modelos importados, e uma saída fundamentalmente nacional para a crise portuguesa.

Um projecto unitário estratégico não pode quedar-se, como os programas conjunturais, ao nível do político. Não basta saber, e entender-se, como se hão-de fazer as tomadas "conjuntas" do poder (mais graduais ou mais abruptas). Tão importante, e até primordial, é saber como exercê-lo. É, quer ao nível da "sociedade civil", quer ao nível da "sociedade política", que se tem que encontrar a unidade do futuro, da qual decorrerá a do presente. Numa palavra: acordar em que democracia e que socialismo para amanhã é tão importante como/para saber que revolução para hoje.

A burguesia, quando fez a sua revolução democrática, criou a sua "cidadania" e os direitos respectivos. Foi talvez a mais importante con-

quista política histórica da revolução burguesa. Simplesmente: subalternizou a liberdade à desigualdade classista, eliminando a fraternidade social, e confinou a ideia da democracia à representatividade partidária parlamentar, retirando-lhe todo o conteúdo cívico ou social. Foi este "formalismo democrático" burguês que, fetichisticamente, certas forças da esquerda portuguesa permitiram que se identificasse com a "democracia". Daí à hostilização "tout court" da democracia, em nome do socialismo anti-burguês, foi um passo.

Ora o socialismo não é só a negação da sociedade burguesa, é o seu superamento dialéctico. Isto quer dizer que o socialismo reexprime "sinteticamente" as grandes conquistas revolucionárias da burguesia, que o socialismo é, neste sentido, segundo a expressão de Galvano della Volpe, a "democracia pós-burguesa". Não se trata, pois, nem de implementar socialmente, com conteúdo inovador, a forma burguesa de democracia (como o pretenderam os reformismos do Welfare State norte-americano ou dos "Estados Sociais" europeus), nem tão pouco repudiar novas formas de democracia invocando o pretexto de ser fundamental tão só a satisfação dos direitos humanos e sociais na sua materialidade. Trata-se de construir uma nova democracia fundada em novas relações sociais de produção, que exprima não só ao nível do político, como também ao nível da "civildade" e do quotidiano social, a participação de todos nos esforços e nos resultados da construção duma sociedade nova.

Daí se segue que nenhuma preocupação de satisfazer a igualdade social e de construir uma sociedade sem classes pode prescindir da própria participação igualitária dos agentes e beneficiários desse projecto: as massas, sujeito e não só objecto do socialismo. O problema da partilha postula o da participação. Não se pode por isso, em nome da maximização da produção ou da prestação de serviços, isto é, da planificação, lesar a participação dos produtores e servidores, sem lesar o socialismo mesmo.

Como organizar a participação das massas nas tomadas de decisão é um problema de modelo de socialismo, com implicações óbvias também nos modelos de organização que por ele, pretendem lutar, e que por isso mesmo o têm que préfigurar. Daí que a organização das massas transcenda também e desde já, a simples organização partidária e ponha o problema do poder político na sociedade socialista.

Não basta visar a destruição do estado capitalista, há que saber o que se lhe contrapõe e desde já, ao nível da sociedade política.

Tornar as massas sujeito do processo histórico da construção do socialismo, significa a necessidade não só de as dirigir, de as enquadrar organicamente, mas também de criar as condições para que elas mesmas se organizem autonomamente, de molde a possibilitar a sua própria criação política. O partido é um instrumento e não um fim da organização de massas, o que aliás e infelizmente as práticas partidárias da esquerda portuguesa têm por vezes desmentido com o recurso ao clientelismo burguês.

PARA UMA LEITURA MARXISTA DO MARXISMO

ORGANIZAÇÃO ESTRATÉGICA AO CAPITALISMO. O SOCIALISMO COMO META HISTÓRICA

ESQUERDA: COMO É? DONDE NEM PARA ONDE VAI

Esta auto-organização para a auto-gestão não colide com a necessidade de direcção e de planificação, mas antes se impõe que com ela se articule, tal como a democracia representativa — que a burguesia limitou ao sufrágio universal e ao parlamentarismo — importa ser articulada e complementada pela democracia directa. O dirigismo, assente na passividade (ou na hostilidade céptica) das massas e a centralização planificadora que alheia o que devia coordenar, não são senão trágicas caricaturas dos processos de construção do socialismo e camufladas recuperações do capitalismo e das sociedades classistas sob o manto da “transição”.

Se não há socialismo sem democracia e se, tendencialmente, o verdadeiro nome da democracia não é outro senão o do socialismo, há

MÁRIO BROCHADO COELHO

Tal como a história, a linguagem é um fruto das massas populares em movimento.

Daí que discorrer sobre a “Esquerda”, como nos é pedido, tenha e deva resumir-se à abordagem daquilo que as massas populares entendem e representam através dessa palavra: “Esquerda”.

Não seguir este método seria cair irremediavelmente no mundo da abstracção e da metafísica, renunciando a qualquer tipo de rigor na apreciação do tema. Mais: não seguir este método seria abandonar o campo das realidades concretas que serve de substrato indispensável à política.

Partindo da linguagem para a realidade teremos atingido esta. A falta de rigor na linguagem além do mais, nem sempre é um inocente defeito de expressão a corrigir como quem elimina erros de ortografia; muitas vezes é um alibi para aqueles que, fugindo do real, apenas procuram construir uma lógica ou uma estética que, em circuito fechado, os auto-justifique.

Quer quer significar o povo português quando utiliza a palavra “esquerda”? Que quis significar sempre que a usou ao longo das diversas e contraditórias fases vividas após o 25 de Abril? Que quer significar hoje quando, olhando para o futuro, a invoca? Eis o primeiro conjunto de questões a que urge dar resposta.

Objectivamente e na companhia da força objectivamente das palavras proferidas, terá de se dar resposta a uma segunda série de perguntas: qual a utilidade instrumental do conceito “esquerda” para o povo português? hoje e aqui em que poderá interessar e servir as massas populares a palavra “esquerda”? As respostas a estas questões (segunda série) completar-nos-ão o quadro referencial da linguagem face à sua mãe-realidade.

Saibamos, pois, refrear a imaginação prover-

que concluir então, e paradoxalmente, que o “socialismo democrático” ou a “democracia socialista” constituem não uma proposta partidária, de que alguma formação política se possa reclamar ou apropriar como exclusivo, mas sim um projecto que urge tornar comum a todas as forças partidárias anti-capitalistas e socialistas. E como projecto estratégico, determinante de acções tácticas, diversificadas mas unificantes, admite e requiere o concurso variado de todas elas. Daí que o socialismo e a democracia, assim entendidas, remetam para um espaço político bem confinado, precisamente aquele que se dá no vulgo pelo termo de “esquerda”. É com todas essas forças que há que projectar e construir, desde já, uma sociedade democrática e socialista em Portugal. ■

Sejamos milimetricamente fiéis ao concreto de que partimos e a que teremos e queremos regressar. Sob pena de inutilidade e ridículo.

Fora destas considerações ficam, evidentemente, algumas das propostas de abordagem do tema por demasiado audaciosas para quem neste momento não se deseja entregar a judiciosas opiniões sobre materiais que só conhece através da ignorância ou da má fé dos divulgadores da moda. A “esquerda” na Europa e no mundo..., a “esquerda contemporânea”..., a “esquerda” nova, velha e futura..., eis um mar de solicitações interessantes mas eivadas de uma enorme dose de subjectivismo mais ou menos intencional e mais ou menos metafísico.

Diríamos que pairam sobre todos estes monumentos ocios da teoria política dos “salões-de-exílio” as figuras perdidas dos fantasmas individuais dos fugitivos do dia a dia. Fugitivos de um dia-a-dia aborrecido, difícil, não suficientemente empolgante e sobretudo provocatoriamente nada de acordo com os nossos preconceitos, presunções e palpites.

Ignoro — talvez para minha felicidade — o que dizem e desdizem estes e aqueles profetas e divulgadores sobre tais temas. A confusão deliberadamente atingida é tal que, muitas vezes, de Soljenitsyne a Veneza, de Kruschev ao diletantismo, da deturpação à evasão vai apenas um o apenas um pequeno passo ladeado de espelhos onde todos se podem mirar julgando que miram a humanidade e em que todos poderão responder judiciosamente às perguntas que não menos judiciosamente fizeram a si próprios, utilizando para tal as suas mais judiciosas palavras que só eles próprios entendem e que, no fundo, fora deles e dos seus espelhos nada significam, nada representam.

(Estarei a ser duro em demasia? Ignorante?)

AS FIGURAS
PERDIDAS
DOS FANTASMAS
INDIVIDUAIS

OS FALSOS
DILEMAS

O POVO EN-
TRELACOU
A LUTA
CONTRA O
FASCISMO
COM O COM-
BATE AO CA-
PITALISMO

AS FIGURAS
PERDIDAS
DOS FAN-
TASMAS IN-
DIVISIAIS

PARA UMA
LEITURA
MARXISTA
DO MARXIS-
MO

Provinciano? Despeitado? Simplista? Só o acerto das ideias e razões que apresentar em consonância com a prática das coisas e dos homens o poderá dizer. Que fique aqui, porém, a minha aversão à traição histórica dos que podiam ser um apoio à consciência teórica da vida e luta de um povo e que não mais produziram do que falsas questões, viradas para falsas vivências e movidas - quantas vezes? - por falsas intenções. Eis uma preocupação crescente que trago comigo desde que passei a ter olhos de ver; uma preocupação que só desaparecerá quando os intelectuais deste país se colocarem de armas e bagagens ao serviço do que existe e se transforma, brandindo para tal um instrumento de trabalho retirado ao arsenal da ciência e da moral dos povos: a fidelidade às coisas, aos homens e à vida.)

Falemos pois do nosso tema: a "Esquerda". O 25 de Abril não foi só o fim de um longo regime fascista. O povo português entendeu-o na prática imediata como o desencadear de uma crise abaladora das estruturas e alicerces de toda a sociedade portuguesa. As massas populares irromperam na cena política obrigando a burguesia reformista (e o seu projecto recuperador) a ceder perante o impetuoso movimento revolucionário, que poucos esperavam e a muitos surpreendeu.

Partindo de um profundo desejo de mudança, feito de paz, liberdade e progresso, o povo entrelaçou a luta contra o fascismo com um audacioso combate ao capitalismo, dando a esse desejo de mudança um conteúdo prático facilmente representado pela palavra "esquerda" (e até por uma outra: "socialismo"). Perante uma crise que se afigurou simultaneamente económica, política, social e militar, as massas populares criaram uma profunda crise de poder, levando a burguesia a perder autoridade e a fragmentar-se.

O 1.º de Maio de 1974 foi efectivamente a demonstração directa e imediata do carácter unanimista (quase) da ânsia de viragem à "esquerda" que o nosso povo sentia e queria executar. Nessa data ainda não tinham iniciado a sua maléfica actuação no seu seio as duas principais forças políticas que logo se apresentaram a combater com o objectivo de conter a crise revolucionária dentro de limites razoáveis e impedir o avanço da revolução popular: a burguesia reaccionária e fascista ligada como sempre ao imperialismo americano e seus sucedâneos e o revisionismo cunhalista agente do crescente social-imperialismo russo. Mas nessa data, em contrapartida, já se faziam sentir os pontos fracos do movimento popular, prenunciando o espontaneísmo primário, desgarrante e indefeso.

A ideia-força de uma viragem à "esquerda" mostrou-se então demasiado emocional e vaga na sua concretização diária. E muito mais assim se mostrou ao nível da súbita super-estrutura política do país. Todos eram de "esquerda" (o que já era mau!); eram de "esquerda" os que eram graças ao seu vivido desejo de progresso e

liberdade e eram de "esquerda" os mal derrotados do 25 de Abril e seus aliados reformistas. O povo criara ideias-força a que todos ou quase todos se subjugavam. Porém, os pontos fracos do movimento popular (inexistência de um partido revolucionário da classe operária, divisão política do proletariado, ausência de participação do campesinato, influência do caudilhismo militar, impossibilidade de corporização de uma poderosa frente popular de massas e insuficiente agudização da luta de classes) conduziram-no irremediavelmente a uma situação de difícil sustentação e de grande ingenuidade face ao novo ordenamento político da resistência organizada ao aprofundamento revolucionário da crise aberta pelo 25 de Abril.

Nesta fase primeira a "esquerda" era antes de mais uma esperança em movimento. Uma esperança um tanto difusa mas praticada espontaneamente no dia a dia das lutas de massas.

A "esquerda" representava a acção, o dinamismo, o avanço, o progresso em direcção à liberdade completa, à paz irreversível, a um país e a uma sociedade mais justos.

Era isto a "esquerda", então.

A reconhecida complexidade do percurso pós-25 de Abril não pode esconder a clareza do significado dos erros cometidos por muitos que, individual ou colectivamente, incorporaram práticas e intenções que nada tinham a ver com o assinalado desejo de mudança que o nosso povo demonstrava e colocara em movimento e que para o conseguirem se acobertaram sob a franquadora insignia da "esquerda". Foi a tática do cavalo de Tróia, sempre tão segura nos resultados obtidos.

Alterada que foi, porém, a correlação de forças também o carisma da palavra "esquerda" se tornou menos pressionante e mais restrito. Surgira a súbita valorização em alternativa de tudo quanto era centro, direita, conservador, democrata, realista, consequente, nacional, antigo, competente, experiente, maduro, ordeiro, disciplinado. Mesmo os que antes tinham sido de "esquerda" porque desejavam uma verdadeira mudança social, passavam-se, lentamente e a golpes de frustração, para a negação desse mesmo desejo, dessa mesma bandeira. E aqueles a quem o 25 de Abril nunca chegara e cuja situação nunca fora alterada nem melhorada por quem se lhes dissera de "esquerda", deixaram-se iludir — como sempre tinham sido iludidos — passando a julgar que o desejo de progresso e de liberdade que acalentavam bem no silêncio do seu coração tinha o nome de "direita", de "24 de Abril".

Nesta segunda fase, fortalecida e estruturada pelo 25 de Novembro, não só se queimou aos olhos das massas populares o conteúdo da sua ideia-força ("esquerda") como se iniciou a derrota de uma outra menos espontânea mas igualmente forte: "socialismo".

Das palavras aos actos o nosso povo fez uma experiência dolorosa. Um itinerário doloroso. Mas não inútil, apesar de tudo.

A “esquerda” passou a ser para muitos sinónimo de irresponsabilidade. Para outros passou a ser uma palavra afogada em incertezas, dúvidas e receios. De qualquer modo e apesar disso, a “esquerda” não morreu. Mais: se houvesse uma certa alteração semântica não se dera a inversão do antigo desejo de mudança e transformação social. O essencial mantinha-se inalterado, pese embora os distúrbios e inadequações da linguagem. Fora-se algum entusiasmo fácil mas quedara-se a determinação.

Quedara-se, sobretudo, a necessidade.

Agora que caiu o I Governo Constitucional dito “socialista” e até de “esquerda”, agora que foi enterrada a ilusão de um governo de “maioria de esquerda”, agora que se prepara no silêncio das convívências um novo governo que já não se diz “socialista” nem de “esquerda” será que ainda valerá a pena existir entre nós uma “esquerda”? Será que o nosso povo ainda consegue encontrar em si a confiança suficiente na sua abalada ideia-força (“esquerda”) para nela novamente encaixar todo o seu desejo de mudança radical de vida?

Agora que a economia nacional não caminha — como se previra a seu tempo — para a proclamada normalização capitalista no quadro da democracia burguesa, agora que os ditos responsáveis abandonaram as suas pretensões verbais de “transição para o socialismo”, agora que se continua a acumular os factores de aprofundamento de uma grande crise económica e de agudos confrontos sociais, agora que cada vez mais se reconhece que a saída pretendida pelo grande capital e o imperialismo é a de um regime reaccionário de características fascizantes, agora que se assiste lenta mas seguramente a um novo e inevitável ascenso no movimento de massas, na sua consciência e organização, agora que grande parte das debilidades das forças populares se encontra ultrapassada ou em vias de o ser, será que a palavra “esquerda” tem algum significado real e concreto para que mereça ser utilizada como alicerce ou bandeira de uma política popular, anti-fascista, patriótica e revolucionária que coloque os trabalhadores no poder?

Estou certo que sim. Vejo-o confirmado no dia-a-dia do nosso povo. A “esquerda” pôde e deve continuar a ser “esquerda”. O povo pobre deste país encontra-se de novo em movimento nesse sentido: ou seja, para a “esquerda”. Não como antes, certo. Com toda uma maturidade e sabedoria feitas das anteriores frustrações e enganamentos. Talvez sem a festa de antigamente mas com mais segurança.

O exemplo (mau) dos que, pactuando com o inimigo, se despojaram de tudo o que neles verbalmente dizia respeito às mais profundas aspirações populares não é marcante. O seu despojamento obscuro é que se revela marcante do acerto dos que fazem da fidelidade àquelas mesmas aspirações um lema sem fractura.

Lutar por uma política de “esquerda” é não só uma palavra de ordem correcta como se mostra enquadrada no sentir do nosso povo neste

precioso e exacto momento em que se forja um governo ainda mais à “direita”.

Lutar pelo fortalecimento e organização de todas as forças verdadeiramente de “esquerda” (sentido popular) é uma preocupação igualmente correcta e enquadrada nos desejos das massas em movimento que não estão dispostas a trilhar os mesmos caminhos espontâneos de outrora e exigem (e forjam) a indispensável direcção política e organização.

Mas ser de “esquerda” a que corresponde concretamente hoje? O que significa?

A resposta julgo-a simples e linear: ser de “esquerda” hoje e aqui é saber incorporar politicamente a experiência vivida pelo nosso povo, as suas aspirações e a sua combatividade. Mais do que referências a situações hipotéticas do Além, ser de “esquerda” hoje e aqui representa uma referência constante às situações concretas do nosso quotidiano.

Ser de “esquerda” hoje e aqui é defender as liberdades e os aspectos progressistas da nossa Constituição, proibindo as actividades fascistas e separatistas, dissolvendo o MIRN e os jornais fascistas, prendendo Kaulza de Arriaga e todos os conspiradores reaccionários, pides e bombistas e libertando de vez os anti-fascistas presos.

Ser de “esquerda” hoje e aqui é defender as condições de vida da classe operária e dos trabalhadores, dizendo não à política dos pacotes, congelando os preços dos bens essenciais, fazendo sair os CCT e aumentando os salários reais, não devolvendo as empresas intervencionadas, não indemnizando os exploradores expropriados, proibindo os despedimentos, rejeitando o pacto social e apoiando a corrente sindical revolucionária.

Ser de “esquerda” hoje e aqui é defender a Reforma Agrária e os direitos dos rendeiros, caseiros, seareiros e pequenos e médios agricultores, impedindo a aplicação da lei Barreto e lutando pela sua revogação, dizendo não à lei do PPD sobre o arrendamento rural e pondo fim à colónia.

Ser de “esquerda” hoje e aqui é defender a independência nacional, dizendo não ao FMI e aos empréstimos ruinosos, dissolvendo a brigada da NATO e abandonando esta organização belicista e imperialista.

Através destes quatro pontos sintéticos mas facilmente desdobráveis na prática diária se poderá aferir quais as organizações e quais os cidadãos que se integram mercedamente na “esquerda” e quais os que já a abandonaram declaradamente ou se aprestam para o fazer sem mais demora.

Nada de metafísica mais ou menos “internacionalista”. Nada de insondáveis auscultações de teóricos mais ou menos dissidentes de qualquer tipo de realidade concreta. Apenas uma opção clara, simples e quiçá prosaica (para quem se sinta apenas predisposto para as grandes solenidades triunfais do período pós-revolução...).

O juiz será, como sempre o povo. Um juiz cada vez mais exigente e menos mistificável.

QUE SIGNIFICA, CONCRETAMENTE, SER DE ESQUERDA?

MESA REDONDA COM

REVOLUÇÃO
OU EMANCI-
PAÇÃO?
CRISE DO
MARXISMO.
UTOPIA: LI-
BERTAÇÃO
OU TOTALI-
TARISMO?
A EXPERI-
MENTAÇÃO
SOCIAL

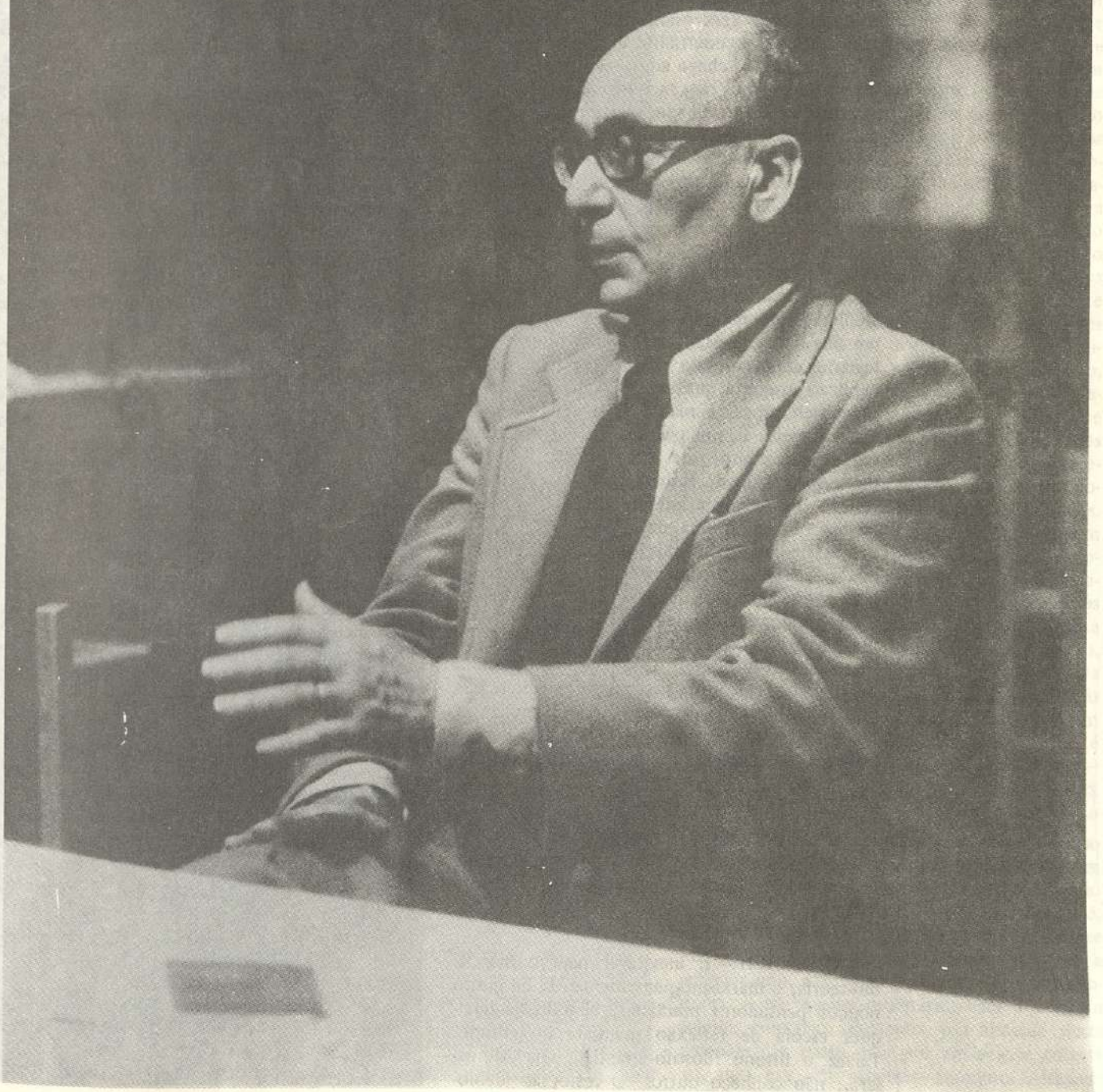
Jean-Marie Domenach, intelectual francês, ex-director e actual membro da Redacção da Revista *Esprit*. E *Esprit*, que é? Uma publicação fundada por Emmanuel Mounier, o pensador de um personalismo progressista empenhado na libertação dos trabalhadores e na transformação da vida. E ainda: uma revista central na evolução do pensamento da esquerda francesa. À margem dela, em Portugal, houve *O Tempo e o Modo*, no tempo em que ainda era. Domenach em Portugal, hoje: valia a pena ir ouvi-lo, conversar com ele, encetar um debate algo impossível nas condições viciadas à partida de uma discussão demasiado breve entre gentes que necessitariam de muitos dias, alguma paciência e grande empenhamento recíproco, para acabarem por se encontrar. Assim, foi o que foi: um desferir de perguntas e respostas um pouco desacertadas. E, da parte de Domenach, uma atitude polémica, um gosto do choque. Mas uma Esquerda que (se) pensa não teme o choque. Não pode — isso nunca — é furtar-se ao diálogo e à confrontação. As palavras de Domenach são hoje lugares importantes da Esquerda não-comunista francesa ou italiana. Lá onde a Esquerda, pior ou melhor, avança. Lá onde o “eurocomunismo” se tenta configurar. Lá onde uma outra cultura política se começa a desenhar. Por isso conversaram com Jean-Marie Domenach, durante duas horas, António Caeiro (A.C.), Eduardo Prado Coelho (E.P.C.), Filipe Arriaga de Castelo (F.A.C.) e Manuel Carrilho (M.C.). Segue o essencial.

E.P.C. — Como tem evoluído a experiência da revista *ESPRIT* a que o seu nome está ligado? Que se pode aprender com ela?

DOMENACH — Uma das razões de uma certa permanência do espírito francês é precisamente a formação de grupos intelectuais. Acho-os muito importantes. É o que vocês deviam fazer. O que falta na maior parte dos países onde tenho passado são centros de reflexão, escolas de pensamento como foi *ESPRIT*. Trabalhei nela trinta anos e sei como *ESPRIT* não foi apenas uma revista, mas dezenas de grupos que se reuniam regularmente, que se organizavam em pequenos congressos e que tratavam de problemas ideológicos da sua época muito livremente. Foi isso que estive na base da Resistência francesa e no

arranque do após-guerra, ou na resistência à guerra da Argélia, ou na criação de clubes como o de Jean Moulin, que em 57-58 se reúnem para debater em conjunto os problemas da República, da moral e da economia. Em países como o vosso a *intelligentsia* é muito facilmente instrumentalizada antes mesmo de se ter cristalizado. É muito difícil fazer viver um empreendimento intelectual numa sociedade em que a inteligência não é fonte de lucro. O intelectual é marginalizado nas nossas sociedades e mesmo, entre nós, em França, onde a situação não é má, o intelectual independente tem grande dificuldade em sobreviver. A inteligência francesa foi durante muito tempo feita pelos intelectuais independentes: Bernanos, Mounier, André Malraux, Jacques Maritain, Jean-Paul Sartre, tudo gente que não pertencia à Universidade. Vocês vivem ainda em estruturas subdesenvolvidas, isso torna as coisas mais fáceis, era assim em França há trinta anos, as coisas eram mais baratas. Mas quando a pressão do nível de vida se fizer sentir para vocês, então os empreendimentos intelectuais tornar-se-ão difficilimos. O que me parece em relação a vocês é que não estão inteiramente conscientes do conjunto de forças que vos determinam e vivem segundo esquemas ultrapassados. Quando digo vocês, falo da maior parte, claro... São esquemas do século XIX, esquemas ideológicos, que não têm suficientemente em conta a experiência dos Estados Unidos e da Alemanha, e em geral a experiência da sociedade de massa, da sociedade de consumo. Outro problema que aprendi no *ESPRIT* é a dificuldade de nos situarmos num nível de reflexão que seja comum a diversas disciplinas que cada vez mais se especializam em discursos cada vez mais técnicos. Podemos limitar-nos a discursos ideológicos, fáceis, como foi o nosso caso nos anos 50, presos a certos dogmas, sejam dogmas marxistas, sejam dogmas progressistas em geral, que dão aos intelectuais a ilusão de que eles compreendem o movimento social, recitam um catecismo e julgam que isto funciona, e é o que dá ao marxismo um tão grande sucesso em tantas partes do mundo, porque dá a tradução em esquemas aparentemente límpidos de uma realidade social de facto extremamente complexa. Hoje a nossa ideia é que não é possível transpor a realidade em termos tão transparentes. Não há dogmas simples, maniqueístas, que pretendam

DOMENACH



opor o Bem ao Mal. Tudo isto para nós acabou. Recorremos a leituras da realidade social que recorrem a investigações em sociologia, em economia, em história, em antropologia, investigações que são laboriosas, que são difíceis. O problema para nós foi fazer comunicar estas diferentes disciplinas, encontrar uma linguagem acessível, porque os especialistas adoptam cada vez mais uma linguagem incompreensível para o povo, e que nem é compreensível para os outros especialistas dos outros sectores. A grande diferença entre o que se passava nos anos 40 ou 50 e o que se passa hoje está aí, nessa ruptura. Em 40-50, podia-se ainda falar de um humanismo, no sentido de que as disciplinas comunicavam, e era possível dar conta de um modo global do conhecimento do homem. Hoje é quase impossível, ou então é preciso um trabalho imenso como o que Edgar Morin tenta com o seu livro *La Méthode*, ou como o de Illich, mas são trabalhos difíceis, que não podem ser feitos apenas com as próprias convicções, ou com generosidade. Tudo se tornou mais complexo e contraditório do que nós pensávamos. Quando chego aqui, tenho um pouco a impressão de que me encontro face a uma representação da realidade que se tornou para mim mistificadora. Para mim, em França. Mas a vossa situação não é a mesma que a nossa. O problema fascinante seria o de medirmos a distância que nos separa.

F.A.C. — Considera a interpretação estruturalista do marxismo por Althusser como uma ideologia tecnocrática, como o último período ideológico do neo-capitalismo. Por outro lado, um dos seus artigos, afirmou que Althusser protegeu o marxismo do grande risco de ter de explicar porque é que a tomada do poder pelos socialistas nunca se realizou nas condições que Marx previra. E, por outro lado, um marxismo sem sujeito como o de Althusser não é tocado pelo espectáculo do emburguesamento do proletariado. Pensa que a interpretação de Althusser traduz a única forma de defesa do marxismo nas suas condições actuais nos países desenvolvidos? Segundo esta interpretação, o marxismo, para sobreviver, teve de incorporar os dados da ideologia dominante, deixando de pôr o problema da ligação da teoria à prática revolucionária. Mas será isto inevitável? Que pensa da capacidade operatória de discursos marxistas diferentes dos de Althusser, discursos que formulam a questão do sujeito, porque também fala de Lefebvre e Goldmann como de “excelentes marxistas”...

DOMENACH — Lefebvre, sim...

F.A.C. — As experiências de Itália, ou mesmo de Portugal, não terão recuperado certos discursos marxistas que partem do reconhecimento do sujeito histórico? É inevitável a reacção defensiva de Althusser?

DOMENACH — É inevitável para o marxismo-teoria, o marxismo-pensamento. Já há muito poucos pensadores marxistas. Não há já qualquer escola de reflexão marxista no mundo. Talvez o último filósofo marxista seja Althusser..., não conheço outros. O resto são ideolo-

A revista “Esprit”, fundada em 1932 por um grupo de católicos dirigidos por Emmanuel Mounier e Georges Izard, vai ser o lugar de expressão da sua recusa moral e política da caduca ordem social vigente em França. (“A origem do nosso acordo está numa comum impossibilidade de viver”, diz-se logo no primeiro parágrafo do Manifesto com que se inicia a revista). No seu projecto, “Esprit” procurava ser um centro de debate e reflexão dos principais problemas políticos da época (o capitalismo, o fascismo nascente, o comunismo e a URSS, a situação sócio-económica do proletariado, a participação e definição política dos católicos, etc.), mas também, através da criação de centros de apoio regionais da revista, procurava dinamizar a actuação política dos leitores de acordo com os princípios definidos pela própria revista.

“Esprit”, de acordo com o “socialismo personalista” definido por E. Mounier, considera que os valores espirituais tem um papel determinante na dinâmica histórica e na construção duma nova ordem social (daí o nome da revista). Por isso, defende a liberdade e a “dignidade humana” como valores que despertam as potencialidades existentes na “pessoa”, rejeitando todos os sistemas políticos que, por totalitários, os inibam (o(s) fascismo(s), o comunismo).

A sua história tem essencialmente dois períodos balizados pela participação de Mounier.

Num primeiro período até 1950 (data em que morre Mounier, o seu principal orientador teórico e doutrinário), em que a acção política é considerada como um aspecto secundário dentro do próprio projecto da revista, existe uma certa indefinição política, e conseqüentemente, uma certa flutuação de posições. Digamos que se vai progredindo gradualmente dum neutralismo político (a revista considera-se, em nome dum proudhonismo antiparlamentar, nem à direita nem à esquerda) para um empenhamento antifascista (apoio das forças republicanas na Guerra Civil Espanhola), e depois, para uma posição claramente anticapitalista. Por outro lado, a revista critica a democracia representativa, considerando-a, pela sua fragilidade, uma das principais razões do avanço do fascismo, e tenta

esboçar um projecto institucional que ultrapasse a democracia formal e crie formas orgánicas de resistência ao fascismo.

Característico da indefinição de posições da revista é, por exemplo, a atitude desta face aos comunistas. Duma posição abertamente anticomunista que caracteriza "Esprit" num primeiro período, passa-se para uma posição francamente pró-comunista, principalmente após a Resistência, donde os comunistas tinham saído particularmente prestigiados. Vai ser os diversos processos-purga das democracias populares, a questão de Praga e o conflito Estaline-Tito, que vão colocar novamente a revista numa posição crítica face aos comunistas, iniciando-se então um período em que "Esprit" vai tentar uma prática política de alternativa ao movimento comunista e à direita.

Será essa a orientação da revista a partir de 1950, quando esta passa a ser dirigida por Albert Béguin e Jean-Marie Domenach. Será este o período de resistência ao imperialismo americano (personificado na Europa pelo plano Marshall) e ao clima de guerra fria que procura polarizar a política interna francesa, e consequentemente, eliminar qualquer política de alternativa. Por outro lado, vai ser o período em que a revista vai dar um apoio militante aos movimentos de libertação colonial, insurgindo-se contra o carácter opressivo do colonialismo francês (o caso da guerra da Argélia), em que se vai debruçar sobre a eficácia interventiva dos intelectuais e sobre as formas de apoio que a revista deve dar aos movimentos sociais que nascem não enquadrados institucionalmente e que, portanto, são, na origem, muito mais contestários da ordem social (principalmente a partir de Maio de 1968). Será também o período em que as críticas contra o totalitarismo dos regimes de Leste se vão processar mais fundamentadas, com a vinda à lume dos testemunhos de intelectuais, operários, etc., que sofreram directamente o ambiente concentracionário desses países.

A partir de 1977 a revista passa a ser dirigida por Paul Thibaud.

itinerário de uma revista

ser..., não conheço outros. O resto são ideologias completamente contraditórias. O marxismo é hoje uma fábrica de ideologias donde se pode tirar tudo o que se quer. O marxismo tornou-se uma constelação de ideologias contraditórias. Passou a servir os nacionalismos. A Internacional deixou de existir em 1914 e não se voltou a reconstituir, e a fractura China/U.R.S.S. mostra bem como o marxismo foi nacionalizado. Não há filosofia marxista, não há internacional operária, há apenas ideologias marxistas; quer dizer que o marxismo serve os interesses nacionais, estatais, raciais, tribais. Podem-nos perguntar porquê... Mas existe este facto: o marxismo já não existe como filosofia no sentido de já não nos dar uma interpretação coerente e universal da história mundial. E sobretudo porque não pode pretender que é a classe operária a portadora do sentido da história, porque em parte alguma a classe operária aplicou o marxismo.

Onde o marxismo se instalou a classe operária não tem o direito de fazer greve e é dirigida por uma *intelligentsia* burocrática que se inspira e fala em nome do marxismo, que fala em nome do povo e impede o povo de falar porque é em seu nome que ela fala. Quanto à fecundidade ideológica, ela é imensa, e eu penso que isso acontece porque o marxismo, como todas as ideologias, permite aliar a contestação e o poder. Vemos, em nome do marxismo, reclamarem-se todas as liberdades quando se está na oposição e esmagarem-se as liberdades quando se ocupa o poder. É o que se passa entre o Partido Comunista Francês e os partidos irmãos da Europa Central. É o marxismo que permite estas conversões, tal como permite aos povos de África denunciarem o imperialismo e colonizarem os seus próprios países com o marxismo, com a gramática da industrialização, com o manual do Ocidente, esta invenção magnífica que permite fazer avançar o progresso técnico nos países que desejam o progresso técnico, e fazê-lo avançar numa forma aparentemente vantajosa para os homens do poder, para os militares, os intelectuais, para todos aqueles que querem realizar o bem de uma forma rápida, fácil, autoritária, evitando os desvios da democracia pluralista. O marxismo é um curto-circuito: ele dá os instrumentos da mobilização popular, dá uma leitura muito simples do amigo e do inimigo, traz o compêndio da Razão ocidental na sua qualidade de clareza, de eficácia, de operação técnica. O que é extraordinário, mas não tem nada que ver com o que Marx imaginara, é completamente diferente. Não há nenhuma — mas nenhuma! — relação entre o que Marx pensou e o que se faz em nome de Marx na União Soviética ou na China. A não ser o uso de uma ideologia, leninista no fundo, que é um instrumento do poder extremamente operatório e serve para a mobilização do povo. Althusser é, na verdade, o último, porque tenta mostrar que Marx não ligou o destino da revolução — ou a emancipação, expressão preferível, dos trabalhadores — ao sujeito proletário, nem a nenhum sujeito colectivo. Portanto, a realização desta emancipação passa, não por um sujeito colectivo, mas por um processo anónimo. Althusser

Manifesto da nova série da «Esprit»

A impostura totalitária acabou por rebentar. E é como se o nosso mundo tivesse perdido o seu futuro: a decomposição das sociedades já nada anuncia. Esta verdade provoca o pânico; para nós, é uma abertura, a oportunidade de inventar outra coisa.

Primeiro, renovar a crítica e, quando se denuncia a especulação e as mistificações capitalistas, não podemos já ter por horizonte essa boa sociedade onde os profissionais do bem-estar estariam à vontade. Deixemo-nos de nos erguer contra a exploração para melhor esqueçamos a dominação.

Os ricos e os poderosos não se limitam a explorar os pobres. Impedem-nos de viver: para que a exploração se abata sobre as vítimas, é preciso que os modos de vida autónomos sejam destruídos. Numa sociedade desfeita, as grandes organizações comerciais, culturais e políticas, propõem ou impõem um produto, um serviço, uma obrigação, para cada sector de vida. Assim o povo se torna um público, o habitante um utente, o cidadão um consumidor, o trabalhador um instrumento.

O falso racionalismo técnico falha no pormenor, cada uma das suas operações não acerta nos objectivos. O activismo produtor apenas adia a sua falência. Revoltas explodem nas margens, mas este sistema em que já não se acredita determina ainda os comportamentos e as reivindicações. É preciso, pela reflexão, pela experimentação, encontrar-lhe uma alternativa. Não acreditamos numa sociedade "sem contradições" e sem Estado, mas numa sociedade de diversidade e de conflitos em que se restituirão à vida comum as capacidades de análise, de gestão, de crítica usurpadas por organizadores e tutores.

A transformação que desejamos, na cultura, na política e na religião, supõe que os intelectuais mudem o seu modo de trabalho, percorram o mundo sem limites nem catecismos, se desfaçam do seu clericalismo, da sua preocupação consigo mesmos, e se deixem de considerar como a vanguarda do bom poder, como aqueles que determinam o sentido.

Reconhecer os limites da razão, a força e o valor dos conflitos, combater a separação da experiência e da competência, é dar corpo a esta frase simples: a democracia é um futuro.

cortou em Marx tudo o que envelhecera por não corresponder à realidade dos países desenvolvidos: e ficou o processo anónimo, instâncias, ... Aí, Alain Touraine, por exemplo, deu muito bem a imagem desta auto-produção da sociedade, de uma sociedade que consegue estar em feed-back consigo mesma.

E.P.C. — Falou, a propósito de Portugal, da "última revolução progressista", expressão curiosa porque faz pensar que há um progressismo não revolucionário e revoluções que não são progressistas...

DOMENACH—Claro que sim. Mas continue.

E.P.C.—Todos nós sentimos a incapacidade de se formular um pensamento revolucionário que não passe pelo marxismo. Sentimo-lo muito em Portugal. Por onde poderá passar um pensamento revolucionário à margem do marxismo? Ao lado, noutra terreno?

DOMENACH—Mas é a questão fundamental que acaba de pôr. Não posso responder muito brilhantemente a isso. Mas podemos falar, se quiserem. Talvez não haja ainda resposta.

E.P.C. — Penso que as tentativas de superação do marxismo oscilam entre o passar para o campo da utopia e o tentar pensar a génese do totalitarismo. Mas o que acontece é que a utopia aparece marcada por um desejo de unidade, de transparência e totalidade, pela instância do Um, e é curioso que seja essa mesma instância que nos surja na origem do processo totalitário. A pergunta é esta: haverá a hipótese de uma utopia não totalitária?

DOMENACH — Toca no fundo das coisas, diz isso com muita pertinência. É precisamente esse o meu problema. Quando falei, a propósito do vosso país, de "última revolução", queria dizer que vocês viveram a última cena de uma história que começou no século passado, e que é a história do movimento operário. É uma bela história que consideramos hoje como uma história. O movimento operário — vou talvez chocá-los — já não existe hoje na Europa industrial; há ainda sindicatos que lutam por aumentos de salários, mas não se pode falar de movimento operário como algo de inscrito na tradição operária. A classe operária francesa... Há mais diferença entre um operário francês e um emigrante do que entre um operário e um burguês. Nas reacções, na maneira, na mentalidade, não creio que se possa falar ainda de movimento operário. Aliás, ele foi esfrangalhado pelo estalinismo na sua consciência de si, na sua dignidade, no seu orgulho. Já em declínio depois de 35, o movimento operário foi assassinado pelo estalinismo — como Pio XII matou o catolicismo. Há aliás um destino muito paralelo entre Pio XII e Estaline: as duas grandes Igrejas foram mortas pelos fanáticos. Permanece uma cultura operária, recordações, mas Maio de 68 foi o crepúsculo, quando os estudantes tentaram fazer reviver toda esta mitologia e os operários disseram que não se interessavam por isso, que se interessavam pela televisão e a máquina de lavar, mas não queriam cantar a Internacional ou contar histórias sobre a Comuna. Sou um pouco cínico



Photo Chito Seul

quando falo assim. Haverá ainda no vossó país uma classe operária? Eu não sei...

Isto é a resposta à primeira questão sobre a revolução progressista ou não. Quanto à utopia, não sei que lhe responder. O recurso à utopia é, em princípio, contraditório com a vontade de afirmar a diferença. A utopia do século XIX, de Fourier, de Saint-Simon, é verdade que ela traz uma ideia muito organizada, militarizada, da condição humana, e nós hoje pomos a tónica na diferença, na autonomia, e não num modelo funcional do falanstério onde toda a gente se levantava à mesma hora e partia para o trabalho a cantar. Eu procuro refrear em mim a tendência da utopia. E procuro coisas mais modestas: estar em contacto com a realidade, ser um intelectual do social e não do político, atitude que eu partilho com muitos outros camaradas, inclusivamente com aqueles que hoje se reclamam desse nome grotesco de "nova filosofia". Partilhemos essa convicção do declínio da política e da valorização do social, e retornámos (é um retorno: penso também em Péguy) à carne da sociedade, à realidade dos homens, e não às construções dos ideólogos. Pensamos que chegou o momento em que a libertação dos homens se deve separar das ideologias, dos dogmas, das grandes mitologias da libertação hoje exaustas e mortas. Precisamos de procurar a libertação na luta, no terreno, no concreto da vida. É isto a minha utopia. Mas não é uma utopia. É uma ideia de que os homens foram

separados das suas capacidades. O mundo de hoje avança para os técnicos e os especialistas, os homens que agem no vossó lugar e pensam no vossó lugar. Não os deixem agir e pensar. É preciso dar a iniciativa ao social. Sei bem que a isto se opõe a passividade, em Portugal talvez maior ainda do que em França.

F.A.C. — Sobre a superação do marxismo..

DOMENACH — Mas isso interessa-me pouco. Supera-se Marx como se supera Descartes. Somos todos cartesianos hoje. Sejamos marxianos.

F.A.C. — afirmou que a classe operária já não era sujeito. E que era preciso dar a iniciativa ao social. A questão é esta: como pensar essa iniciativa sem a noção de sujeito histórico?

DOMENACH — Mas já não há sujeito colectivo. Há pessoas, **people**. Já não há sujeitos colectivos míticos. Aliás, todos os sujeitos colectivos são míticos. Um mito pode ser criador. O povo, embora nunca tenha existido, é um mito criador. Era. Nunca existiu, mas André Malraux dizia: "morre-se por aquilo que não existe". Eu estou de acordo. A França também não existe, o povo não existiu, defrontamo-nos sempre com mitos. Mas isso não me incomoda. Porque eu posso inverter a frase e dizer: o que existe é aquilo pelo qual eu estou pronto a morrer. Péguy dizia isso de outra maneira: o que importa à República, o que importa seja a quem for, é ser amado, e é por isto que as pessoas são capazes de se sacrificarem. Só vemos o colectivo

através de mitos. Todos os mitos são falsos, como Nietzsche o disse admiravelmente. Mas há mitos que se tornam de tal modo falsos que acabam por ser perigosos. As pessoas da minha idade foram intoxicadas de mitologias em que já não acreditam. De Gaulle foi para nós o recolhimento de toda uma mitologia que não era a mitologia revolucionária. A mitologia nacional desde Joana d'Arc. Mas agora acabou. A mitologia é típica do século XIX, mas já não é indispensável. Outros mitos aparecem, mitos libertadores: a ecologia é um novo mito, a recusa do frenesim industrial, da escravatura estatal, e o gosto de uma vida áustera, fraternal e amistosa. Isto são coisas verdadeiras. Verdadeiras e falsas, porque não existe a amizade mais do que a França. E, no entanto, isto existe: a amizade pode existir em certos lugares e em certos espaços.

Mas, quanto à sua pergunta, eu nunca procurarei substituir o marxismo por qualquer outra doutrina. Isto parece-me terrível. Nenhuma doutrina pode dar conta da realidade toda, da situação. Que se passou? Marx enganou-se, forjou uma ideia da classe operária em função da classe burguesa. Vou talvez chocá-los, mas, no

fundo, na concepção de Marx a única classe realizada é a classe burguesa, que conseguiu apropriar-se dos meios de produção, da religião e, por fim, do povo, porque toda a gente se emburguesa. Mas eu creio que há no marxismo coisas insubstituíveis de que me sirvo a cada passo. Acho que a grande descoberta de Marx é a ideia de que é preciso, sempre que se fala do homem, considerar as suas condições de produção. É preciso sondar os discursos dos homens, não nos contentamos com o que eles dizem, vemos a maneira como dizem, analisar como os discursos são produzidos e em que condições. Sejam marxianos, pois. Mas para quê agarrarmos a esquemas que me parecem inteiramente ultrapassados para os países industrializados? Nos países subdesenvolvidos, não sei, porque é ainda o modelo industrial que se torna dominante e chega-se a este modelo através do marxismo, que é, como lhes dizia, a gramática do Ocidente. Mas entre vós? ... Será o substituto de uma religião, uma segurança intelectual? ...

F.A.C. — Mas isso é importante, é uma questão posta talvez por Lenine: a necessidade para uma acção concreta de uma teoria. E o marxismo fornece uma segurança para quem está em-

As referências

Alain Touraine

Com 52 anos, Alain Touraine é um dos mais importantes sociólogos franceses, sendo o seu trabalho teórico fundamental para o conhecimento das categorias sociais que estruturam a sociedade contemporânea.

Partindo do princípio de que a sociologia é essencialmente o estudo das relações sociais, Touraine considera que a sociedade se produz, ou seja, se institui e se cria, através das suas lutas, e que é a própria dinâmica dos conflitos sociais, produzidos, em última análise, pela tentativa de apropriação da "historicidade", quem define o sentido histórico da sociedade. Daí que defenda que o sentido das condutas dos "actores sociais" deva ser explicado pelas relações sociais em que estão empenhados, e não pela sua própria consciência ou pela situação em que se encontram.

Deste modo, Touraine recusa a existência de qualquer "motor" exterior à acção social, seja ele Deus, o progresso ou o desenvolvimento das forças produtivas. É por isso que se pode dizer que a sociologia de Touraine, tendo por base o pensamento de Marx, se constitui contra o historicismo marxista (incluindo o princípio de que é a instância económica a determinante) e contra o funcionalismo sociológico.

Fundador em 1959 da revista "Sociologie du travail", Alain Touraine é director de estudos na Ecole pratique des hautes études (VI^e section), onde dirige o "Centre d'étude des mouvements sociaux".

Da sua obra, realçamos os seguintes títulos: "La Civilisation industrielle", NLF, 1961; "Sociologie de l'action", Seuil, 1965; "La Conscience ouvrière", Seuil, 1966; "La Société postindustrielle", Denoel, 1969; "Vie et Mort du Chili populaire", Seuil, 1973; "Production de la société", Seuil, 1973; "Pour la sociologie", Seuil, 1974; "La société invisible", Seuil, 1977, etc.

Edgar Morin

Edgar Morin desenvolve desde 1951 um trabalho de investigação que tenta desvendar a génese das estruturas sociais contemporâneas e as flutuações de comportamento do homem actual.

Assente numa informação que parte de ciências tão diversas como a biologia e a etologia, a paleo-antropologia, a etnologia e a sociologia, os estudos de Morin, num percurso oblíquo a todas essas ciências, sistematizam de uma forma original os elementos humanos e sociais que são os factores da grande "crise" que perturba e transforma as sociedades actuais, levantando, por sua vez, problemas epistemológicos inovadores, que remetem novamente para as ciências de que Morin partiu.

Nascido em 1921, Edgar Morin participou na Resistência, colaborou em várias publicações comunistas, tendo abandonado o PCF no fim dos anos cinquenta. É director de investigação no "Centre National de la Recherche Scientifique" (CNRS), co-director do "Centre d'études transdisciplinaires" (CETSAS) e presidente do conselho

penhado na luta. A sua perspectiva abandona o sujeito individual da acção à própria acção...

DOMENACH — Mas é isso, está a dizê-lo admiravelmente. A perspectiva que defendo é a de uma auto-instituição da sociedade. A imaginação humana só deu, até agora uma pequena parte das suas capacidades. Penso que o marxismo hoje esteriliza a busca de uma criação humana. E aqui, eu sou muito categórico e muito violento. Penso na importância da criação de novas relações sociais e não vejo qualquer vantagem em colocar-nos sob a protecção de uma doutrina. E segurança, mas como podem falar de uma segurança se onde o marxismo tomou o poder fez o contrário do que devia criar: devia criar o desaparecimento do Estado e criou um Estado burocrático; devia criar o desaparecimento das classes e deu origem à classe burocrática; devia emancipar os trabalhadores e força-os a residir nos seus lugares de trabalho, etc.. Devia criar a possibilidade para todos os homens de reflectir, de inventar uma arte nova, e vocês sabem que é o academismo mais horrível. Será que isto não vos levanta problemas? Vocês reclamam-se de uma doutrina que produz o contrário do que proclama.

M.C. — Mas o problema é que tudo quanto em Portugal, depois do 25 de Abril, se fez em termos de inovação social, de movimento de base, aparecia ainda tendo o marxismo como referência. Será que isto não levanta problemas?

A.C. — Talvez a discussão se tenha perdido um pouco. Talvez o marxismo não fosse a questão fundamental. Para nós, interessava-nos saber que significa hoje, para um intelectual, isso de trabalhar mais ao nível do social do que do político? Que fazer? Como criar um núcleo de abertura ao social?

DOMENACH — Não temos receita para isso. Faz-se no terreno. É o trabalho feito nos grupos de acção municipal, nas comissões de bairro, o trabalho acerca dos problemas das mulheres, dos emigrantes. Ou o trabalho que eu realizei, com Michel Foucault, ao criarmos o Grupo de Informação sobre as Prisões: começámos por um inquérito junto das famílias dos prisioneiros, servimos de intermediários entre o interior das prisões e a imprensa, os jornais. Trata-se de sermos intermediários, intérpretes. A ideia de agitação social é uma ideia de um grupo de Chicago. Trata-se de dar às pessoas, não bens, mas poder.

científico do "Centre Royaumont pour une science de l'homme." Principais obras: "Le Cinéma ou l'homme imaginaire", Ed. de Minuit, 1956; "Journal de Californie", Seuil, 1970; "Les Stars", Seuil, 1972; "Le Paradigme perdu: la nature humaine", Seuil, 1973 (traduzido para português pelas Publicações Europa-América); "Autocritique", Seuil, 1975; "L'esprit du temps" (tomo I: La Névrose; tomo II: La Névrose), Grasset, 1975; "La Méthode", Seuil, 1977.

Cornelius Castoriadis

A obra de Castoriadis é o resultado da reflexão levada a efeito sobre a sua prática militante e das contradições em que esta se viu envolvida, em consequência das flutuações do movimento operário europeu, produto, em parte, do dirigismo estratégico soviético.

De origem grega, Castoriadis aderiu ao P.C. Grego ainda antes da Segunda Guerra Mundial, quando a Grécia se encontrava sob a ditadura de Metaxas. É como militante que sofrerá a ocupação alemã e que apoiará a E.A.M. (Frente Nacional de Libertação criada pelo P.C. Grego após a invasão da Rússia), que foi o catalisador dum amplo movimento popular de resistência ao nazismo, e que conseguiu, depois da derrota deste, controlar militar e politicamente grande parte do território grego. No entanto, a E.A.M. nunca chegou a tomar o poder porque, após os acordos de Yalta (entre Estaline, Churchill e Roosevelt) que reestruturaram politicamente a Europa, Estaline deixou de apoiar a Resistência

grega, e esta ver-se-á destruída pelo exército inglês que entretanto ocupava a região. É este dirigismo estalinista que levará Castoriadis a aderir às ideias trotskistas e a criticar a URSS como um regime socialista "degenerado" em regime burocrático. Mas, mais tarde, abandonará também a IV Internacional, por considerar que esta não atacava até às últimas consequências o sistema soviético, organizando então em França, com Claude Lefort, uma revista que será, ao mesmo tempo, um lugar onde se desmonta teoricamente a URSS e o seu controle sobre o movimento operário, e um meio de aglutinar uma nova prática militante ("Socialisme ou barbarie"). Será aí que, durante quase vinte anos, sustentará um discurso que procura dissolver as maiores contradições da teoria marxista, tentando aumentar a coerência das suas análises.

No entanto, a partir de 1966, abandonou esse trabalho, rejeitando, por sua vez, certos princípios marxistas, para se empenhar num trabalho de investigação que, tendo em conta a psicanálise, a linguística e a filosofia clássica, tem contribuído numa forma inovadora para a análise das estruturas capitalistas e burocráticas.

Os títulos principais da obra de Castoriadis: "L'expérience du mouvement ouvrier" (tomo I: "Comment lutter"; tomo II: "Proletariat et organisation"), 10/18, 1973; "La société bureaucratique" (tomo I: "Les rapports de production en Russie"; tomo II: "La révolution contre la bureaucratie"), 10/18, 1973; "L'institution imaginaire de la société", Seuil, 1975; "Les canegours du labyrinthe", Seuil, 1977.

"O marxismo não é em si uma doutrina perversa no sentido em que traria consigo, como pecado original, todos os males que se podem denunciar na prática dos regimes políticos que se reclamam da teoria marxista"

MELO ANTUNES

1 — Partamos da intervenção de Melo Antunes no colóquio realizado em Veneza, nos finais do ano passado, sobre o fenómeno da dissidência (1). Nessa intervenção, Melo Antunes interroga-se sobre a natureza e o papel do marxismo. Como explicar que o marxismo tenha funcionado historicamente como um catecismo? A este propósito, Melo Antunes recorda que Marx referia a sua teoria como um "guia para a acção" e retoma uma passagem de Garaudy em que este fala do marxismo como uma "metodologia da iniciativa histórica".

Retomando os termos em que Melo Antunes coloca estas questões, pensamos que a própria concepção da história desenvolvida por Marx impede que o marxismo seja erigido em doutrina e a prática revolucionária em liturgia. Isto porque o marxismo se coloca na perspectiva do conhecimento e da transformação da sociedade actual. Por sua vez, o estalinismo coloca-se na perspectiva da revelação e da ritualização..

Desde logo o ser marxista implica saber quem é capaz de conhecer e transformar a sociedade, ou seja, qual o sujeito da transformação histórica. A resposta da dialéctica marxista aponta que o sujeito está incluído no próprio objecto do conhecimento e da transformação. É assim negada a existência duma instância exterior ao objecto, a partir da qual seria possível intervir sobre ele. Para o marxismo, não há messias nem sábios.

Isto quer dizer que o marxismo tem como condição da sua existência a sua ligação ao sujeito histórico; o contrário disto será a sua pretensa constituição como ciência exterior à história (tomando como objecto o real social e histórico). Deste modo, o marxismo não é uma ciência da história liberta de juízos de valor.

poderá ter lugar um aprofundamento da democracia se, desde já, no interior do processo de transformação da sociedade actual, houver lugar para os detentores da "ciência" da revolução. A tentativa de tornar o marxismo o fundamento dessa "ciência" contribui necessariamente para a criação dum poder dogmático e absoluto. Os sábios abrem caminho aos messias. São antes os agentes implicados no processo de transformação que são confrontados com a necessidade do saber, e que a ela terão de dar resposta.

2 — Discutir o que é o marxismo (e o que é ser marxista) exige entender como é possível a sua utilização por práticas estranhas ao projecto de auto-emancipação dos trabalhadores. Afirmamos atrás que o passo decisivo é identificar o marxismo a uma ciência objectiva. Adiante falaremos dos "revisionistas" da II Internacional, e de Althusser, pois têm em comum uma concepção positivista do marxismo.

A interpretação do marxismo como uma ciência objectiva da história e da sociedade pressupõe a separação radical entre juízos de facto e juízos de valor. A concepção epistemológica de que o conhecimento científico da realidade histórico-social exige a separação entre juízos de facto e juízos de valor (que, por exemplo, Althusser retoma de Bachelard) ignora o facto fundamental que determina a divisão entre ciências da natureza e ciências sociais: o sujeito está incluído no próprio objecto do conhecimento.

É talvez em Lukacs que se encontra a mais profunda compreensão da impossibilidade de conhecer a realidade histórico-social através duma ciência contemplativa. Para Lukacs, o objecto social só pode ser constituído no pensamento na medida em que é constituído na prática por sujeitos humanos activos. A ideia essencial é a

MARXISMO E REVOLUÇÃO

FILIFE ARRIAGA DE CASTRO

mas sim um discurso teórico que articula juízos de valor e juízos de facto e nessa base intervém no plano da história. A XI tese sobre Feurbach — "os filósofos têm-se limitado a interpretar o mundo, mas o que importa é transformá-lo" — é incompatível com um marxismo-ciência.

Há um pecado original no marxismo? Estamos de acordo com a resposta negativa de Melo Antunes. Mas existe sem dúvida uma distorção inicial no modo de entender o marxismo que explica a sua apropriação por projectos não revolucionários. Pensamos que essa distorção inicial é a identificação do marxismo a uma ciência objectiva da sociedade e da história. Nunca

de que o sujeito está inscrito na vida do objecto: "o sujeito está numa relação teórica justa com o objecto apenas na medida em que imana e participa concretamente na sua vida; a verdade por ele estabelecida é uma verdade vivida na actividade crítico-prática da revolução, de tal modo que a teoria é inteiramente imanente ao processo histórico de que é a teoria". Existe portanto uma correspondência entre a verdade da teoria e as tendências reais do objecto, o que invalida a legitimidade da separação entre teoria e prática, pensamento e acção, juízos de facto e juízos de valor.

Em contrapartida, as interpretações que con-

isto vai levantar o problema sua base objectiva e a concepção do projeto político e ideológico

sideram o marxismo uma ciência objectiva, partem duma posição anti-dialéctica que separa a teoria da prática. Dum marxismo tornado ciência não pode ser tirada nenhuma conclusão sobre o modo de intervir na prática. Goldmann explica isto retomando a célebre fórmula de Poincaré: **duma ciência objectiva não pode ser tirada nenhuma conclusão no imperativo.**

Para os teóricos da II Internacional, a divergência surgia precisamente a propósito de saber qual o complemento prático da "ciência" marxista: para os marxistas "ortodoxos", devia tratar-se dum complemento de ordem política; para os neo-kantianos, de ordem ética. Estas duas posições constituíram-se como expressão teórica de duas correntes ideológicas e políticas no interior da II Internacional. Enquanto a ala "ortodoxa" dos Kautsky, Plekhanov, etc. se reclama dum socialismo "científico" e anti-ético", a ala "reformista" procura inspiração no socialismo ético de Vorlander. Mas quer uns quer outros concebiam o marxismo como uma ciência objectiva liberta de juízos de valor. O que estava em disputa era a **modalidade de utilização** do marxismo, uma vez este concebido como um discurso positivo sobre a realidade. O marxismo-ciência podia ser usado para fundamentar uma intervenção política ou uma acção ética.

Também Althusser faz assentar a sua teoria da ideologia numa separação entre Ideologia e Ciência. O marxismo, como ciência da história, permite fundamentar uma determinada intervenção política. Num artigo de 1968, Althusser escreveu: "o papel do marxismo é fornecer as explicações científicas que permitem a todos (...); ver claro nos acontecimentos que viveram e orientar-se". Esta maneira de entender as relações entre o marxismo e a política é muito semelhante ao modo como os marxistas "ortodoxos" concebiam o socialismo científico. Kautsky e Plekhanov admitiam a existência duma ciência objectiva da história e da sociedade cujos dados permitiriam estabelecer uma correcta intervenção de ordem política (tendo a ciência aprendido as leis gerais da evolução histórica, a prática política funcionaria no sentido de acelerar uma evolução inevitável).

Contudo, para Marx, o problema da teoria revolucionária (tal como o da organização de classe) está implicado na sua própria concepção da história que identifica o proletariado como sujeito da transformação histórica. Toda a prática revolucionária, sendo uma resposta ao problema teórico-prático da constituição do proletariado como sujeito histórico, exige uma teoria e uma organização. **O marxismo é a expressão teórica dessa prática revolucionária que investe a totalidade social, colocando a questão da sua transformação e conhecimento.** Por outras palavras, a origem e natureza do marxismo ligam-se à capacidade histórica do proletariado em constituir-se como protagonista central da transformação histórica.

3 - A história da luta pela auto-emancipação dos trabalhadores e pelo socialismo é também a história da luta contra o lassallismo, ou seja,

contra todos os projectos de socialismo autoritário e dirigista. Lassalle, nos anos de 1862-1864, admitiu que a libertação dos trabalhadores seria possível pela intervenção do Estado. Tendo em vista a "constituição de cooperativas de produção com a ajuda do Estado" chegaram a ter lugar conversações secretas com Bismarck. Marx alude a este facto, numa carta a Kugelman, ironizando que "Lassalle apertou as mãos a Bismarck no interesse do proletariado". O próprio Marx apercebeu-se que as suas divergências com Lassalle tinham a ver com uma questão fundamental: a definitiva oposição entre a auto-emancipação dos trabalhadores e um projecto de "socialismo de Estado". Na "Crítica do Programa de Gotha", Marx descreve a ajuda "socialista" da monarquia prussiana nos seguintes termos: "Em vez de decorrer do processo de transformação revolucionária da sociedade, a organização socialista do conjunto do trabalho resulta da ajuda do Estado, da ajuda que o Estado fornece às cooperativas de produção".

A crítica do lassallismo tem como ponto de partida a teoria marxista da auto-emancipação do proletariado e a afirmação prática da capacidade revolucionária do proletariado. Por seu turno, os projectos lassallistas pretendem utilizar o marxismo como ciência capaz de fundamentar a intervenção duma **instância exterior** aos trabalhadores e às suas organizações de classe. Ora, era isto que mais importava descobrir: a solidariedade entre a **interpretação do marxismo como ciência** e o lassallismo, por um lado; entre a **concepção dialéctica do marxismo** e a **auto-emancipação dos trabalhadores**, por outro lado.

A própria condição de existência do marxismo é a sua ligação à acção revolucionária. E o que é o althusserianismo? Não é mais do que um discurso encarregado de recalcar este facto. Segundo J. M. Domenach(2), Althusser é o último dos marxistas, já que a sua interpretação estruturalista traduziria uma atitude de defesa final do marxismo perante a sua incapacidade de intervenção nos países capitalistas avançados. Diz J.-M. Domenach: "Althusser protegeu o marxismo duma cruel confrontação com a história (...). O estruturalismo de Althusser poupa ao marxismo a tarefa impossível de explicar por que é que a tomada do poder pelas forças do socialismo não se operou nas condições previstas por Marx". Não podendo assumir-se como a

teoria da acção revolucionária, o marxismo aparecerá então como a ciência do funcionamento do sistema. Só que as actuais condições da luta pelo socialismo na Europa vêm tornar operatórios os discursos marxistas centrados no reconhecimento dum sujeito histórico. Mas não esqueçamos nunca que é a actualidade histórica do marxismo (como teoria duma **potencialidade revolucionária** e duma **acção concreta**) que faz existir o marxismo; quando essa actualidade não existe, o marxismo tende a ser metamorfoseado num sistema de validade científica e universal. Em circunstâncias diferentes, é o que acontece com o estalinismo e com o academismo de Althusser.

b

(1) O texto da intervenção de Melo Antunes no Colóquio de Veneza foi publicado por "O Journal" em 2/12/77.

(2) Ver mesa-redonda com Domenach.



O peso da escrita

MARIA MARGARIDA BARAHONA

Maria (de Fátima Bivar) Velho da Costa — nove livros publicados sob dois nomes (por fim reencontrados). A ficção a fingir de ficção: assim *O lugar comum* (1966), *Maina Mendes* (1969), *Novas Cartas Portuguesas* (com Maria Teresa Horta e Maria Isabel Barreno) (1971), *Desescrita* (1973), *Cravo* (1976), *Revolução e Mulheres* (1976). E a realidade transcrita numa escrita só fingidamente objectiva ao ler as ficções/delírios/ideologias: *Ensino Primário e Ideologia* (1972) e *Português, Trabalhador, doente mental* (1976). Fogos que se cruzam: porque "se a loucura pode existir em qualquer lugar", é preciso afirmar que "a arte, instrumento de averiguação e denúncia *outra*, transgressora da disciplina "normal" de perceber o real, a arte, também". Em 1977, Maria Velho da Costa publica *Casas Pardas*. É-lhe atribuído (por um júri constituído por Maria de Lurdes Belchior, Maria Alzira Seixo, Ana Hatherly, Jacinto do Prado Coelho e Fernando Castelo Branco) o Prémio Cidade de Lisboa.



oh deixai de edificar
tantas câmaras pintadas
mui lavradas e doiradas
que é gastar sem prestar
alabardas, alabardas
espingardas, espingardas
não queiras ser genoeses
senão muito portugueses
e morar em casas pardas

GIL VICENTE
Auto da Lusitânia

CASAS PARDAS

A casa surge como motivo central do romance. Começa por ser o modelo de organização do texto, dividido em cinco blocos: quatro constituídos por séries de três casas e um, o central, ocupado por uma representação em três actos. Desenvolve-se depois como a marca do lugar de inserção das personagens na História: a casa é simultaneamente índice do colectivo (feminino, familiar, nacional) e do isolamento (do corpo, do mundo) socialmente imposto às mulheres.

A ordenação das casas está submetida à sucessão dos pronomes ("a minha pátria são os pronomes dolorosamente pessoais") com que são narradas as personagens — nas três primeiras séries de casas Elisa-eu, Elvira-tu, Mary-ela. Estes diferentes estatutos narrativos correspondem ao estabelecimento de dois campos: o pessoal (eu/tu), da comunicação possível (e aqui comunicação encontra-se na compreensão comum de um processo histórico) e o impessoal, habitado por Mary, a mulher-objecto, "irremediavelmente estúpida". A verdadeira mudança de que se trata no romance é assinalada pela alteração do modo e da ordem de nomeação das personagens (Elisa-ela, Mary-tu, Elvira-eu.). O processo de comunicação completou-se — Elisa torna-se objecto trabalhado pela Língua, a palavra é dada a Elvira que ascende finalmente à compreensão do corpo e da linguagem (Elvira vai ser o sujeito da História, o seu Atrium é o rasgar do novo caminho "da felicidade entendida que só da felicidade pode vir". Mary é a única personagem que nunca tem acesso ao eu do saber; só depois da morte é que é declinada por um tu, só então é que pode aparecer e ser dita a comunicação-compreensão. Onde se vê como neste texto se procura um novo entendimento do movimento da História através do próprio processo narrativo.

A Terça Casa ocupa uma posição privilegiada no romance. É o lugar de encontro (confronto) das três personagens e é a dramatização da ruptura necessária ao avanço: o lustre que treme à palavra poder, o tremor de terra que abala uma casa (mundo) em movimento ("a terra deles não tremia"). Marca o ponto de não-retorno nos percursos das três personagens: promessa de vida (integração na História) para Elisa e Elvira; anúncio de morte para Mary. Percursos em que as três personagens femininas funcionam como lugares possíveis na luta de classes: Elisa, a que renega a sua classe e desperta para novos rumos repensando a sua condição de mulher ("que saberei das mulheres se não lavar, fritar, esfre-

gar"); Elvira, a camponesa que se integra na comunidade operária; Mary, a que é renegada pelos seus (ao ser vista como mulher-objecto) e que finalmente se destrói. Leitura da História, portanto. Mas dita e vivida por mulheres que habitam casas (nenhuma das personagens está directamente inserida em qualquer processo produtivo). Onde as maiores forças de opressão são a família (reprodutora de representações ideológicas) — Elisa tem que a abandonar e Elvira tem que a deslocar, recriando-a — e a própria condição de mulher (note-se o recurso ironicamente distanciado a códigos marcadamente femininos: certo tipo de publicidade, revistas e modas, livros de culinária, etc.). Onde as personagens masculinas nunca se integram totalmente no processo de aprendizagem assumido pelas mulheres: aprendizagem do corpo, da voz, do lugar, aprendizagem de mulher.

E aprendizagem que assenta num imenso trabalho sobre a língua. Encontramos em funcionamento neste texto um discurso profundamente fragmentado onde se entrecruzam a oralidade (assumida através de marcas várias como índice de classe), o lírico, o dramático, alusões, pastiches, referências, citações, etc.; fragmentado ainda pela irregularidade (produtora de sentido) da pontuação, da ortografia, da sintaxe — donde toda uma nova leitura do valor gráfico da página.

A actividade de escrita é apontada como acto de quem ama registos ("o prazer, a moral e o jogo decorrem de registos"). E neste entrecruzar de registos, que cortam uma hipotética sequência linear da narrativa, pode residir uma das dificuldades de abordagem deste texto. A leitura é um trabalho de decifração de códigos vários (decifração que é feita, por vezes, em notas explicativas, falsamente didácticas, num jogo constante com o leitor, enganando-o, traduzindo às vezes o óbvio e deixando de lado o menos óbvio), por onde passa toda uma tradição literária e cultural (europeia, africana, renascentista, moderna, etc.): é a consequência plena da intertextualidade da escrita, do seu peso histórico.

Seria impossível (impensável) esgotarmos aqui a extrema complexidade de Casas Pardas. Registe-se apenas que tem a ver com muito do que neste país se passou e se passa. Ou, como diz o texto: "Poderíamos, enfim, ser mais, os poetas nados e criados, se não te temeras tanto da corporalidade extrema de toda a mutação mudança que valha."

CINEMA PORTUGUÊS: OUTRO MODO DE VER

Emparedado entre a pressão imperialista e o desinteresse oficial, o cinema português resiste e luta contra as várias asfixias que o atingem. Porque não basta fazer, é preciso mostrar. E não basta mostrar, é preciso criar as condições reais para que o cinema português rompa o espaço da sua incomunicabilidade. Por isso nos decidimos a pegar-lhe por outras pontas: deixando um pouco para trás o trabalho filmico, e procurando entender estes novos filmes portugueses na linha dos seus efeitos ideológicos e políticos. Olhar parcelar e parcial, evidentemente, ele pretende contribuir, numa leitura política, para a intensificação da comunicabilidade do cinema português. Se um filme é sempre outro modo de ver, precisamos de encontrar modos de ver também outros para vermos o cinema que os cineastas portugueses nos propõem. Assim, Correia Jesuino escreve sobre *As Horas de Maria*, Nuno Portas sobre *Continuar a viver* e Castro Guerra sobre *Nós por cá todos bem*.

Realização: Fernando Lopes
Argumento: Fernando Lopes com a colaboração literária de Alexandre O'Neill
Fotografia: Manuel Costa e Silva, assistido por Francisco Silva
Música e Canções: Sérgio Godinho, com um poema de Alexandre O'Neill ("Coro Das Criadas De Servir") e dois temas de Vivaldi ("L'estro armónico")

Som: João Canedo, Manuel Tomás e João Carlos Gorjão

Coreografia: Elisa Worm

Montagem: Fernando Lopes

Actores: Zita Duarte, Lia Gama, Wanda França, Adelaide João, Fernando Barradas; participação especial de: Paula Guedes, Margarida O'Neill, Cecília Berenques e Bina; e a participação de Elvira Marques e dos habitantes da aldeia de Várzea (Beira Litoral).

Ano de Produção: Abril de 1976/Abril de 1977

1 - "Nós por cá todos bem".

Um filme português, que o público em Portugal ainda não viu e que fala de uma realidade dos portugueses das aldeias da Beira que tem uma longa história - a emigração; emigração que foi e é para as cidades portuguesas (nomeadamente Lisboa), emigração que foi para as colónias, emigração que nos anos 60 foi para a Europa (hoje dos Nove) sobretudo para França.

Um filme que falando daquela realidade o que mostra é essa outra realidade que está por trás, a realidade de uma das aldeias de onde sempre partiram os emigrantes. Aldeia com os seus múltiplos aspectos de uma vida fortemente marcada pelos ciclos agrícolas, aldeia que é uma comunidade cada vez mais sob o impacto de solicitações diversas vindas do exterior (até pela via das cartas e das visitas dos que emigraram) mas que, não tendo forma de responder positivamente a essas solicitações desenvolvendo-se ela própria para dar novas condições de vida aos seus membros, responde deixando partir um a um os seus elementos mais jovens, para, assim e no limite (limite aliás atingido já em muitas aldeias beirões) se manter morrendo.

É sobre este filme que me proponho escrever.

2 - Escrever sobre um filme pode ser descrevê-lo, analisá-lo nos seus aspectos intrínsecos, pode ser tentar explicitar as relações exteriores ao filme e que o envolvem e lhe dão (ou não) força de intervenção social, e pode também ser, tomando o filme como pretexto, tentar dar uma outra visão da realidade filmada.

Deixando os dois primeiros modos para quem tenha competência para os utilizar, é tomando o filme como um pretexto que tentarei alinhar algumas ideias sobre a realidade da agricultura do pequeno campesinato do norte e centro de Portugal, realidade que é uma das

JOAQUIM CASTRO GUERRA

NÓS POR CÁ TODOS BEM



mais importantes componentes da vida daquelas aldeias donde partiram (e partem) os emigrantes.

3 - É corrente, nos mais diferentes estudos e comentários sobre a situação social em Portugal nos últimos anos, falar-se numa sociedade em que há sectores que se desenvolvem (talvez fosse melhor dizer crescem) mais ou menos rapidamente a par de outros sectores que se mantêm mais ou menos estagnados. Para os primeiros afluí e neles se acumula a riqueza e nos segundos, onde a avulta o sector agrícola, desenvolve-se um crescente mal-estar que leva os que neles trabalham, sobretudo se jovens, a procurar sair para efileirarem nos sectores mais "progressivos" e assim "partilharem" das riquezas que aí se acumulam.

Este é aliás um dos aspectos que revestindo formas mais ou menos gritantes tem conduzido, um pouco por todo o lado, ao estabelecimento de um mal estar dos camponeses, mal estar que, por exemplo, Jean Meynaud não hesita em considerar "um dos dados fundamentais que afectam a vida social das nações industrializadas" para logo acrescentar:

"(...) é ponto perturbante, se considerarmos o lugar que, apesar dos gadgets da era industrial, a alimentação tem no bem-estar humano. E no entanto, a agricultura é facilmente considerada hoje como uma actividade de segundo plano que não beneficia das mesmas vantagens dos outros sectores"(1).

4 - "Agricultura actividade de segundo plano (...)" e de aqui aqueles que vivem dessa actividade reduzidos à condição de parentes pobres da sociedade em que se inserem.

Como se traduziu esta situação em Portugal? Nos anos 60, anos em que se registou o último grande surto migratório?

Com todas as possíveis reservas que a informação estatística disponível inspire a tradução em alguns números pode ajudar a compreender a situação.

Em primeiro lugar retenha-se que no final da década o sector agrícola originava apenas cerca de 16% do Produto Interno Bruto ao passo que ocupava cerca de 29% da população activa do país o que espelha desde logo uma nítida diferença entre os rendimentos daqueles que vivem da agricultura e os dos que vivem das outras actividades, diferença que em termos absolutos era dada pelo facto de que enquanto o produto bruto do sector agrícola por activo desse sector rondava os 22 contos em 1970, nos restantes sectores da economia tomados em globo essa relação andava por volta dos 42 contos.

Por outro lado, ainda em termos muito globais, importa reter que estas diferenças de rendimento se alargaram durante o período dos anos 50 e 60 já que os ritmos de crescimento do produto per capita foram maiores no sector não agrícola.

5 - Se o sector agrícola aparece assim como desfavorecido em relação aos restantes sectores da economia, no entanto, acontece ainda que ele não é homogéneo e que no seu interior diferenças de situação estrutural jogam também grandemente em desfavor do pequeno campesinato.

Seria fastidioso enumerar aqui de forma completa os diversos índices que mostram essa realidade mas talvez não venha a despropósito recordar que no que se designava então por Região Centro, que englobava os distritos de Aveiro, Coimbra, Leiria, Viseu, Guarda e Castelo Branco, a área média das explorações agrícolas não atingia 3,5 hectares e 98 entre cada 100 agricultores dispunham de menos de 20 hectares para exploração, controlando, assim, menos de

A REALIDADE DA ALDEIA RURAL

A REALIDADE DA EMIGRAÇÃO

CINEMA PORTUGUÊS: OUTRO MODO DE VER

Emparedado entre a pressão imperialista e o desinteresse oficial, o cinema português resiste e luta contra as várias asfixias que o atingem. Porque não basta fazer, é preciso mostrar. E não basta mostrar, é preciso criar as condições reais para que o cinema português rompa o espaço da sua incomunicabilidade. Por isso nos decidimos a pegar-lhe por outras pontas: deixando um pouco para trás o trabalho fílmico, e procurando entender estes novos filmes portugueses na linha dos seus efeitos ideológicos e políticos. Olhar parcelar e parcial, evidentemente, ele pretende contribuir, numa leitura política, para a intensificação da comunicabilidade do cinema português. Se um filme é sempre outro modo de ver, precisamos de encontrar modos de ver também outros para vermos o cinema que os cineastas portugueses nos propõem. Assim, Correia Jesuíno escreve sobre *As Horas de Maria*, Nuno Portas sobre *Continuar a viver* e Castro Guerra sobre *Nós por cá todos bem*.

Realização: Fernando Lopes
Argumento: Fernando Lopes com a colaboração literária de Alexandre O'Neill
Fotografia: Manuel Costa e Silva, assistido por Francisco Silva
Música e Canções: Sérgio Godinho, com um poema de Alexandre O'Neill ("Coro Das Criadas De Servir") e dois temas de Vivaldi ("L'estro armónico")

Som: João Canedo, Manuel Tomás e João Carlos Gorjão

Coreografia: Elisa Worm

Montagem: Fernando Lopes

Actores: Zita Duarte, Lia Gama, Wanda França, Adelaide João, Fernando Barradas; participação especial de: Paula Guedes, Margarida O'Neill, Cecília Berenques e Bina; e a participação de Elvira Marques e dos habitantes da aldeia de Várzea (Beira Litoral).

Ano de Produção: Abril de 1976/Abril de 1977

1 — "Nós por cá todos bem".

Um filme português, que o público em Portugal ainda não viu e que fala de uma realidade dos portugueses das aldeias da Beira que tem uma longa história — a emigração; emigração que foi e é para as cidades portuguesas (nomeadamente Lisboa), emigração que foi para as colónias, emigração que nos anos 60 foi para a Europa (hoje dos Nove) sobretudo para França.

Um filme que falando daquela realidade o que mostra é essa outra realidade que está por trás, a realidade de uma das aldeias de onde sempre partiram os emigrantes. Aldeia com os seus múltiplos aspectos de uma vida fortemente marcada pelos ciclos agrícolas, aldeia que é uma comunidade cada vez mais sob o impacto de solicitações diversas vindas do exterior (até pela via das cartas e das visitas dos que emigraram) mas que, não tendo forma de responder positivamente a essas solicitações desenvolvendo-se ela própria para dar novas condições de vida aos seus membros, responde deixando partir um a um os seus elementos mais jovens, para, assim e no limite (limite aliás atingido já em muitas aldeias beirões) se manter morrendo.

É sobre este filme que me proponho escrever.

2 — Escrever sobre um filme pode ser descrevê-lo, analisá-lo nos seus aspectos intrínsecos, pode ser tentar explicitar as relações exteriores ao filme e que o envolvem e lhe dão (ou não) força de intervenção social, e pode também ser, tomando o filme como pretexto, tentar dar uma outra visão da realidade filmada.

Deixando os dois primeiros modos para quem tenha competência para os utilizar, é tomando o filme como um pretexto que tentarei alinhar algumas ideias sobre a realidade da agricultura do pequeno campesinato do norte e centro de Portugal, realidade que é uma das

JOAQUIM CASTRO GUERRA

NÓS POR



A REALIDADE DA ALIENAÇÃO RELIGIOSA

mais importantes componentes da vida daquelas aldeias donde partiram (e partem) os emigrantes.

3 — É corrente, nos mais diferentes estudos e comentários sobre a situação social em Portugal nos últimos anos, falar-se numa sociedade em que há sectores que se desenvolvem (talvez fosse melhor dizer crescem) mais ou menos rapidamente a par de outros sectores que se mantêm mais ou menos estagnados. Para os primeiros afluí e neles se acumula a riqueza e nos segundos, onde a avulta o sector agrícola, desenvolve-se um crescente mal-estar que leva os que neles trabalham, sobretudo se jovens, a procurar sair para efileirarem nos sectores mais “progressivos” e assim “partilharem” das riquezas que aí se acumulam.

Este é aliás um dos aspectos que revestindo formas mais ou menos gritantes tem conduzido, um pouco por todo o lado, ao estabelecimento de um mal estar dos camponeses, mal estar que, por exemplo, Jean Meynaud não hesita em considerar “um dos dados fundamentais que afectam a vida social das nações industrializadas” para logo acrescentar:

“(…) é ponto perturbante, se consideramos o lugar que, apesar dos gadgets da era industrial, a alimentação tem no bem-estar humano. E no entanto, a agricultura é facilmente considerada hoje como uma actividade de segundo plano que não beneficia das mesmas vantagens dos outros sectores”(1).

4 — “Agricultura actividade de segundo plano (...)” e de aqui aqueles que vivem dessa actividade reduzidos à condição de parentes pobres da sociedade em que se inserem.

Como se traduziu esta situação em Portugal? Nos anos 60, anos em que se registou o último grande surto migratório?

Com todas as possíveis reservas que a informação estatística disponível inspire a tradução em alguns números pode ajudar a compreender a situação.

Em primeiro lugar retenha-se que no final da década o sector agrícola originava apenas cerca de 16% do Produto Interno Bruto ao passo que ocupava cerca de 29% da população activa do país o que espelha desde logo uma nítida diferença entre os rendimentos daqueles que vivem da agricultura e os dos que vivem das outras actividades, diferença que em termos absolutos era dada pelo facto de que enquanto o produto bruto do sector agrícola por activo desse sector rondava os 22 contos em 1970, nos restantes sectores da economia tomados em globo essa relação andava por volta dos 42 contos.

Por outro lado, ainda em termos muito globais, importa reter que estas diferenças de rendimento se alargaram durante o período dos anos 50 e 60 já que os ritmos de crescimento do produto per capita foram maiores no sector não agrícola.

5 — Se o sector agrícola aparece assim como desfavorecido em relação aos restantes sectores da economia, no entanto, acontece ainda que ele não é homogéneo e que no seu interior diferenças de situação estrutural jogam também grandemente em desfavor do pequeno campesinato.

Seria fastidioso enumerar aqui de forma completa os diversos índices que mostram essa realidade mas talvez não venha a despropósito recordar que no que se designava então por Região Centro, que englobava os distritos de Aveiro, Coimbra, Leiria, Viseu, Guarda e Castelo Branco, a área média das explorações agrícolas não atingia 3,5 hectares e 98 entre cada 100 agricultores dispunham de menos de 20 hectares para exploração, controlando, assim, menos de

CÁ TODOS BEM

58% da superfície agrícola da região, ao passo que os 2 por cento restantes controlavam mais de 42% daquela área; por outro lado, nas pequenas explorações cerca de 3/4 do seu número total produziram predominantemente para o consumo próprio, o que significa que a grande maior parte de entre elas pouco ultrapassavam o nível da mera subsistência.

6 - Se a pauperização do sector agrícola parece ser assim uma realidade a ela juntam-se no entanto outros elementos que jogam por sua vez no sentido da desqualificação social do agricultor.

Na realidade também aqui a linguagem dos números é bem elucidativa e por exemplo as taxas de analfabetismo atingem valores no final dos anos 60 que em globo rondam os 43 por cento, ao passo que com nível de instrução acima da instrução primária apenas existiam 13 em cada mil agricultores se tomássemos a totalidade dos agricultores portugueses.

Por outro lado, se se tomarem alguns índices de nível de vida que é vulgar utilizar, também aí a situação é de nítido desfavor em relação às regiões mais predominantemente dependentes da actividade agrícola. É a situação sanitária onde os índices, que são em globo para o país quase sempre os piores da Europa, pioram de forma nítida quando se passa da região litoral entre Setúbal e Porto (a região industrializada ou sob influência dos núcleos de industrialização mais fortes) para as regiões interiores e em particular para as regiões mais a norte situação que não é de estranhar se se tiver presente que nos distritos de Lisboa, Porto e Coimbra, que em 1970 tinham cerca de 40% da população, exerciam a sua actividade cerca de 70% dos médicos do país.

É o acesso à informação que medido através de índices, como a tiragem de jornais (infelizmente não se dispõe de índices de difusão dos jornais), como o número de receptores de televisão e de rádio por cada mil habitantes em que com excepção dos rádios receptores (no filme é dito que as notícias chegam através da rádio e não é por acaso que nos países do terceiro mundo se fala da revolução do transistor), os valores dão sempre grandes assimetrias em que as regiões que incluem as grandes cidades aparecem sempre como as grandes beneficiadas.

É por último como indicador bem expressivo o consumo de energia eléctrica para fins domésticos caso em que a região que inclui as Beiras - a região Centro - aparece a consumir menos de um terço do que consome a região de Lisboa em termos de consumo por habitante.

7 - Ainda que de forma muito esquemática e breve fica assim caracterizada uma situação em que as zonas rurais do país aparecem como nitidamente desfavorecidas. O que constitui na linguagem fria dos números um outro retrato da realidade que está por detrás da emigração portuguesa, realidade que explica que as aldeias se continuem a esvaziar e que aqueles que ainda vão ficando continuem a escrever as suas cartas em que se queixam das dificuldades da vida muito embora as comecem quase sempre pela fórmula quase mágica... "nós por cá todos bem". ■

AS HORAS DE MARIA

JORGE CORREIA JESUÍNO

Intérpretes: Cecília Guimarães, Eugénia Bettencourt, João d'Ávila.

Assistente de Realização: Amílcar Lyra.

Director de fotografia: Elso Roque

Director de Produção: Leonel Brito.

Anotação e montagem: Manuela Moura.

Argumento, diálogos e realização de: António Macedo

Produção: CINEQUANON, com a participação financeira do Instituto Português de Cinema.

Ano de produção: 1976.

Existe um guião do filme com o diálogo integral publicado pelos Cadernos Cinequanon em 1977 - Lisboa.

Vi "As Horas de Maria" em ante-estreia, no Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Um dia, inesperadamente, havia sessão especial para exibição do filme, estando presente António de Macedo.

Julgo que a impressão que então colhi e ainda conservo do filme foi em grande parte condicionada por essa circunstância. Por um lado havia que o ver "en psychologue", assumindo-se que o tema abordado e o seu tratamento tinham logo a ver com a psicologia. Por outro lado a presença de António de Macedo, com quem fui trocando impressões, e que me ia dando conta do que pretendia dizer com o seu filme, chamando a atenção para um ou outro pormenor mais subtil de que eu espontaneamente não teria votado.

É-me difícil abstrair de todo esse contexto, e nem julgo que fosse desejável. Tenho pena que tais oportunidades não sejam mais frequentes pela atmosfera de participação generalizada que proporcionam. É possível que se perca um pouco em matéria de contemplação estética pelo que isso implica de solidão, recolhimento e silêncio. Ganha-se em contrapartida uma melhor inteligência da obra, sobretudo no que se refere ao seu conteúdo semântico. E aprende-se.

O meu testemunho "As Horas de Maria" passa pois por aí. Por heresia que pareça aos entendidos estará mais perto do significado do que do significante...

A ideia central de António de Macedo parece ser a duma certa inoperância quer da ciência quer da religião como vias possíveis para a salvação, entendida-se, como soluções para os problemas humanos ou, pelo menos, para aqueles problemas em que a própria condição humana se acha em causa.

A intenção é claramente expressa na nota introdutória ao guião e ele próprio no-la sublinhou. Influenciado ou não por isso julgo que a tese em si mesma é exposta ao longo do filme com rigor.

António de Macedo propõe-nos uma espécie de psico-drama com três personagens as quais

vão reconstituir, em tempo condensado, a "paixão de Maria". Essas três personagens são, além de Maria, a tia-freira e um médico, o dr. Firmino, mais arqueólogo do que médico, mutilado de guerra, e muito preocupado em desmistificar a história de Jesus, documentos na mão. A cena passa-se num pavilhão abandonado, anexo a um hospital onde Maria acaba de ser internada.

O espectador vai-se apercebendo da natureza profunda do conflito que conduz ao internamento de Maria à medida que esta vai, muito psicanaliticamente, contando a sua história. De início Maria surge-nos como uma jovem cega, devota e assustada, traumatizada por uma tentativa de violação por parte do padrasto. Com o andar das horas, todavia, a imagem de Maria vai mudando. A enorme força que dentro dela se alberga e desde logo detectada e expressa pelo médico, simbolizam as forças instintuais da própria vida, de que a tia-freira obscuramente se apercebe e que implacavelmente combate, como lhe compete.

Maria transforma-se assim no símbolo do próprio pecado já que ela, na verdade, se revela e assume sempre como cúmplice: cúmplice o seu olhar fascinado perante o ritual obscuro que envolve o enforcamento do pai, cúmplice na cedência a um dos patrões da fábrica, "que se meteu com ela, aos treze anos", cúmplice no desejo de ser violada pelo padrasto, o que só não sucede por ele ser impotente, cúmplice, enfim, na sedução - transfert em que virá a envolver o médico e que mais uma vez aborta porque do sexo resta "apenas uma cicatriz".

Os traumas de Maria não são pois os superficiais, os aparentes, os que oficialmente figuram na ficha do seu caso. Eles situam-se a um nível psicológico mais profundo. Parece-me particularmente subtil a dialéctica imanente à situação, aqui proposta por Macedo. Maria, ao passar de vítima a cúmplice, e precisamente por isso mesmo, transforma-se novamente em vítima, mas agora a outro nível. É a dialéctica que resulta, de resto, do próprio aprofundamento das situações concretas. No caso de Maria ela torna-se de novo vítima porque inutilmente cúmplice, porque o ourto sistematicamente bloqueia os seus ritos de passagem para uma outra forma de ser.

Ora para António de Macedo essas forças que impedem a libertação de Maria e que fazem com que as suas horas estejam fatalmente contadas são aqui apresentadas, para empregar os termos do autor, pelo "homo magicus" e pelo "homo technicus".

Para a tia-freira, obtusa e fanática, mas detentora da intuição certa que advém duma longa tradição obscurantista, é óbvio que Maria tem de morrer: as instituições não podem dar-se ao luxo de qualquer possível milagre que fizesse Maria recuperar a vista, entenda-se que permitisse que Maria viesse a ter consciência da sua força e de a poder controlar. Para o "homo magicus" o inimigo é a lucidez.

Quanto à ciência, aqui simbolizada pelo des-

virilizado dr. Firmino também, só por si, não ajudará a salvar Maria. A ciência observa, decifra, diagnostica. Se desce ao caso individual, em termos de cura, corre o risco de se transformar em sucedâneo religioso. Mas se pensa em termos gerais, que são os seus, fatalmente que se distrai, fecha os olhos e colabora. Daí que Maria seja sempre vista à transparência, que o seu caso, a sua fé, remetam o dr. Firmino para longas e pedantes digressões histórico-críticas que, em filigrana, de certo apontam para uma outra racionalidade da vida em comum mas que, de imediato, deixam intactos os fantasmas de Maria e, o que é mais grave, a abandonam à fogueira da Santa Inquisição.

É todavia neste segundo momento dialéctico, passe o termo, que me pareceu que António de Macedo forçou. Não creio de forma alguma "que o feito máximo do "homo technicus" (não tanto como viajar até aos planetas), seja o desmantelamento de um mito civilacional que dura há dois mil anos".

Primeiro porque isso não corresponde aos factos: veja-se, e ele próprio nos mostra, nas alucinantes sequências sobre Fátima como o mito continua saudável e próspero, a todo o momento renascendo das cinzas. Segundo porque a ciência não tem como vocação prioritária a caça às bruxas e muito menos o combate selectivo a



esse mito que dura há dois mil anos. Enfim porque a ciência é efectivamente força libertadora do homem, a ela em grande parte se devendo passos inequivocamente decisivos para a sua desalienação.

É possível que esta minha reserva pareça a António de Macedo, e não só, cabotina e banal. Estou, porém em crer que é com tais banalidades, menos ou mais científicas, que podemos acompanhar Maria nas suas horas e ajudá-la a ela, como ela igualmente nos pode ajudar a nós, a lutar contra as agressões que cegam. ■

A REALIDADE DA ALIENAÇÃO RELIGIOSA

CONTINUAR A VIVER

NUNO PORTAS

Realização: António da Cunha Telles
Argumento: Sobre uma ideia de Cunha Telles com a participação dos pescadores da Meia-Praia e da equipa do SAAL (Serviço de Apoio Voluntário de Lagos)
Fotografia: Acácio de Almeida, assistido por Francisco Silva e João Mena
Canção original: "Os índios da Meia-Praia", de José Afonso
Som: João Diogo
Genérico: Mário Neves sobre gravuras de René Montagem: Gisela da Conceição e António da Cunha Telles
Ano de Produção: 1975/1976

1. Cinema Português, para quem?

É provavelmente possível que este filme de Cunha Teles tenha mais êxito que os anteriores. Porque é mais um filme português, porque é um filme-inquérito, porque é um filme político, e porque é um filme sobre um quotidiano de gente simples a quem nada acontece de mais extraordinário do que a luta desamparada pela melhoria de condições existentes.

É de lamentar que este filme, assim feito, falhe o alvo não só pelas suas características mas também pela "fama" que involuntariamente Cunha Teles e os seus pares grangearam para o "cinema novo" português, através de um desajustamento quase constante entre a forma do que querem mostrar e as condições sociais e culturais do público que devia suportar um cinema de portugueses para portugueses. Este desabafo não é o do crítico de cinema que já há muito não sou mas o do amador de cinema que não consegue explicar a si próprio por que tem deixado de ver, "sem querer", juro!, alguns dos novos filmes produzidos pelos "meus amigos" antes ou depois do 25 de Abril! Tenho sentido que cada nova fita vai, também sem querer, contribuindo para criar a imagem de um cinema que se dá ao luxo de afugentar o seu único público possível — mesmo se, infelizmente, reduzido a gente urbana, com estudos e sobretudo jovens.

A verdade é que "Continuar a Viver" devia poder ser visto e discutido, porque é para isso, apesar da tal fama do cinema português de que se não vai libertar, e apesar de, no meu modo de ver, também não fazer muita força, de modo complexo como conta e está construído, para invadir um público mais politizado, urbano e da

provincia, intelectual e trabalhador, isto é, levar os que lá irão ver a fita a dizer aos amigos, aos colegas de emprego o — o tens que ir ver aquilo porque é aquilo não porque "é português e tem que se ver".

2. A luta pela casa

E no entanto, camaradas, vocês têm que ir ver aquilo porque têm que ir ver (compreender, sentir, aderir, revoltar-se) um bocado da vida dos pescadores sem horizontes, emigrantes na própria terra, cuja aventura foi apenas a de terem agarrado uma mãozinha que o processo de depois de Abril, estado e militantes do sítio, lhes estendeu para arranjam um bairro e ganharem mais esperança de que as coisas eram capazes de mudar, sem milagres, mas para a malta e com a malta.

Porque o drama da fita anda à volta do Bairro Novo e da pesca velha e o que lá se mostra, visto agora, quase dois anos depois daquelas peripécias, já cheira a render dos heróis, já parece um filme histórico. Dantes, aconteceram aqueles dramas e aquelas esperanças todas, agora... E faz pensar, mesmo para aqueles que, como eu, que aqui estou a escrever, pensam que é mau para a gente de esquerda cair nos esquemas dos bons e dos maus; do antes bom "quando éramos nós" e o depois, negro, porque vieram os outros — não porque não seja assim mesmo — às vezes até é — mas porque esse esquema simples nos evita proceder à necessária autocrítica, ou se não gostarem do termo, já gasto, a aprender com o bom e o mau de qualquer processo revolucionário reconhecendo, sem piedade, até onde nós próprios preparámos cada um no seu papel o estado a que isto chegou.

Bom, a razão mais importante porque estou aqui a dizer para se ir ver este filme é essa mesma: porque se "Continuar a Viver" não tem dúvidas em tomar partido (não por nenhum partido em especial, mas pelos pescadores, aqueles e outros) tem lá muita coisa para discutir sobre o nosso próprio trabalho, trabalho de gente de diversos partidos e origens de classe, nos primeiros anos e meio depois de Abril. Podia igualmente passar-se numa empresa das cinturas de Lisboa ou Porto, numa herdade do Alentejo, numa aldeia de pequenos agricultores da Beira ou do nordeste — podia tratar-se não das brigadas de arquitectos e do SAAL, mas dos militantes políticos ou fardados nas ocupações, nos agentes das campanhas de dinamização, nos médicos da periferia, nas experiências de gestão democrática dos liceus ou do ciclo por essa provincia. Simplesmente, Cunha Teles escolhe os pescadores e a construção de um novo bairro, toma o chamado "processo SAAL" como exemplo que mostra as dificuldades e as esperanças nas políticas, a vontade autogestionária e as tentativas de mudar o papel e a face dos agentes técnicos do Estado, feitas a partir do mesmo Estado, e, coisa muito cruel, mostra também o reflexo "na base", nas bases entusiasmadas até ao sacrifício económico e físico, das mudanças políticas que se passam no topo e de

como chega a informação a essas bases da província a partir do Estado ou dos partidos.

A fita do Cunha Teles mostra-nos a nós próprios e mostra-nos os outros no dia desse processo, outros que a maioria de nós próprios não puderam ver como viviam “o processo”, lá longe no Algarve ou mesmo aqui no fundo da rua ou às portas da capital, em situação idêntica, fossem eles pescadores, trolhas ou metalúrgicos. Feito o apelo de quem viu a fita a que a gente militante dos vários matizes tem de ir vê-la, para a discutir, devo adiantar alguns dos problemas ou situações mais sérias sobre que a fita obriga necessariamente a pensar.

3. O processo SAAL

Não é esta a ocasião, nem tenho espaço, para dar aos leitores de Abril a “minha versão” do que pretendia e do que foi o programa SAAL de cujo lançamento, como muitos saberão, fui responsável no Verão de 74 e para cuja consolidação financeira e legal me não deu a meia dúzia de meses que me restaram de governo. Que o movimento desencadeado ficou a depender sobretudo dos esforços das organizações populares dos bairros degradados e do entusiasmo, técnico e político, de muitas das brigadas técnicas que foram postas a trabalhar junto das associações de moradores, mostra-o bem o filme de Cunha Teles, através das entrevistas sucessivas, a uns e outros, pelas quais perspassam as dúvidas e indecisões de um programa oficial diferente dos outros, e que viria a exigir, também a uns e

outros, sacrifícios de toda a ordem, capazes de gerar conflitos de insegurança e desespero que poderiam ter feito abortar a obra a que, por mais de cem bairros deste país, começava a tomar corpo. Pois apesar disso, não abortou — primeira lição a oferecer aos tecno-burocratas que, sobretudo nos ministérios lisboetas, não acreditavam nas vantagens, para a democracia de base e para a própria política de habitação, de um programa que, pela primeira vez, se mostrou mais forte de baixo para cima do que de cima para baixo. Com erros? Certamente, mas quais outros programas ou entidades não acumularam ainda erros maiores e com a agravante de as populações mal-alojadas ficarem, anónimas, nas filas de espera para os bairros económicos, para os quais não foram nem serão, ouvidos nem achados?

Deve aqui dizer-se que os “índios da Meia-Praia”, os pescadores, protagonistas de “Continuar a Viver” foram, no país, dos primeiros a arrancar com o seu bairro e quase os únicos que meteram ombros, com a colaboração de alguns trabalhadores contratados, à própria construção, alternando o estaleiro com o barco de pesca. Desde o início do programa SAAL que a escolha pelos moradores do sistema de auto-construção era apenas uma das opções possíveis entre outras; opção que, se implicava o sacrifício do trabalho físico aos já trabalhadores dos bairros, iria aliviar, por outro lado e por muitos anos, os encargos financeiros com o pagamento das casas, das famílias que fizessem essa opção e que, nos outros programas se paga também, sob a

A INICIATIVA POPULAR



forma de renda ou amortização. Ao contrário do que certos grupos da extrema esquerda proclamaram então, mobilizando as populações para manifestações contra o programa SAAL, "porque impunha a auto-construção e portanto uma dupla exploração" — antes mesmo de deixarem essas populações esclarecerem-se e decidirem, por si próprias, os prós e contras dos diferentes regimes possíveis —, o SAAL não foi nunca um programa de auto-construção mas sim de auto-gestão do processo de construção e distribuição das casas.

O que os pescadores da Meia Praia fizeram, com tenacidade ou crença, tomando a resolução do seu problema nas próprias mãos respondendo, de forma cooperante, mas sempre conflitiva com o aparelho de Estado podia ter sido feito noutros sectores do consumo colectivo — da saúde, da cultura, da educação das crianças, da recuperação social dos velhos, etc. — onde o aparelho de Estado, com uma ou outra excepção, não criou condições para o enquadramento técnico e financeiro, que é obrigação do Estado, de novas formas organizativas que mobilizam a população para as transformações necessárias, em paralelo, obviamente, com as mudanças que se estavam a verificar, também, das relações de produção. A experiência positiva e negativa do SAAL, asfixiado por razões de oportunismo partidário e de ciúmeiras técnicas de funcionários e outros, ainda não foi estudada, seriamente, pela esquerda portuguesa como o tem sido, por estranho que pareça, por especialistas estrangeiros; "Continuar a Viver" talvez dê para provocar essa análise.

À parte os problemas dos "índios" com o Estado, o processo de construção do bairro trouxe, mostra-o o filme, problemas muito importantes dos "índios" uns com os outros (os que aderiram à ideia e os que mais individualistas dela desconfiavam e, no final à vista do êxito, àqueles se juntaram como um happy end de filme romanceado) mas também deles, "índios", com os técnicos. Técnicos que já não eram os de Lisboa, que faziam o bairro do costume em Lisboa, no Nordeste ou ali na Meia Praia, mas uns senhores que trabalhavam e viviam na região, apesar disso com outra mentalidade do que as dos moradores e que se meteram naquela tarefa porque, política e profissionalmente, os punha todos os dias em frente dos clientes-populares que estavam a construir eles próprios, um projecto sobre o qual ganhavam, inevitavelmente, uma consciência crítica que o comum dos moradores só sente depois de instalado, mal ou bem, numa casa para que não foi ouvido nem achado. Mas aqui, o filme de Cunha Teles não interroga nem uns nem outros, isto é, não investiga se um processo participativo tão intenso como aquele a que assistimos no filme, chegaria para pôr em causa as ideias feitas dos técnicos sobre os tipos e formas da casa ou, de outro modo, os papéis tradicionais de divisão do trabalho, entre o que pensa e diz como é e os que fazem e depois o usam.

Mas mostra suficientemente, hélas, o papel cumulativamente técnico e partidário da Brigada — traço técnico do aparelho de Estado, pago

por este, agindo nessa dupla qualidade junto das populações e um meio pequeno o que, se não provocou, note-se, escândalo nos "índios", viria a contribuir para a imagem que uma vez alterada a relação de forças política seria utilizada contra o SAAL em grosseira operação de retaliação, para "liquidar" a estrutura organizativa inicial do programa e desligar dele com argumentos fáceis alguns dos mais esforçados e competentes agentes executivos — como aconteceu com a própria brigada da Meia Praia. Aliás, a vida partidária local, nessa primavera de 75, é objecto de algumas sequências do filme cheias de interesse porventura incómodas para alguns pelo testemunho que dão do modo como então se vivia, nas forças de esquerda, a "contradição" entre processo revolucionário e institucionalização da democracia representativa. Mas adiante.

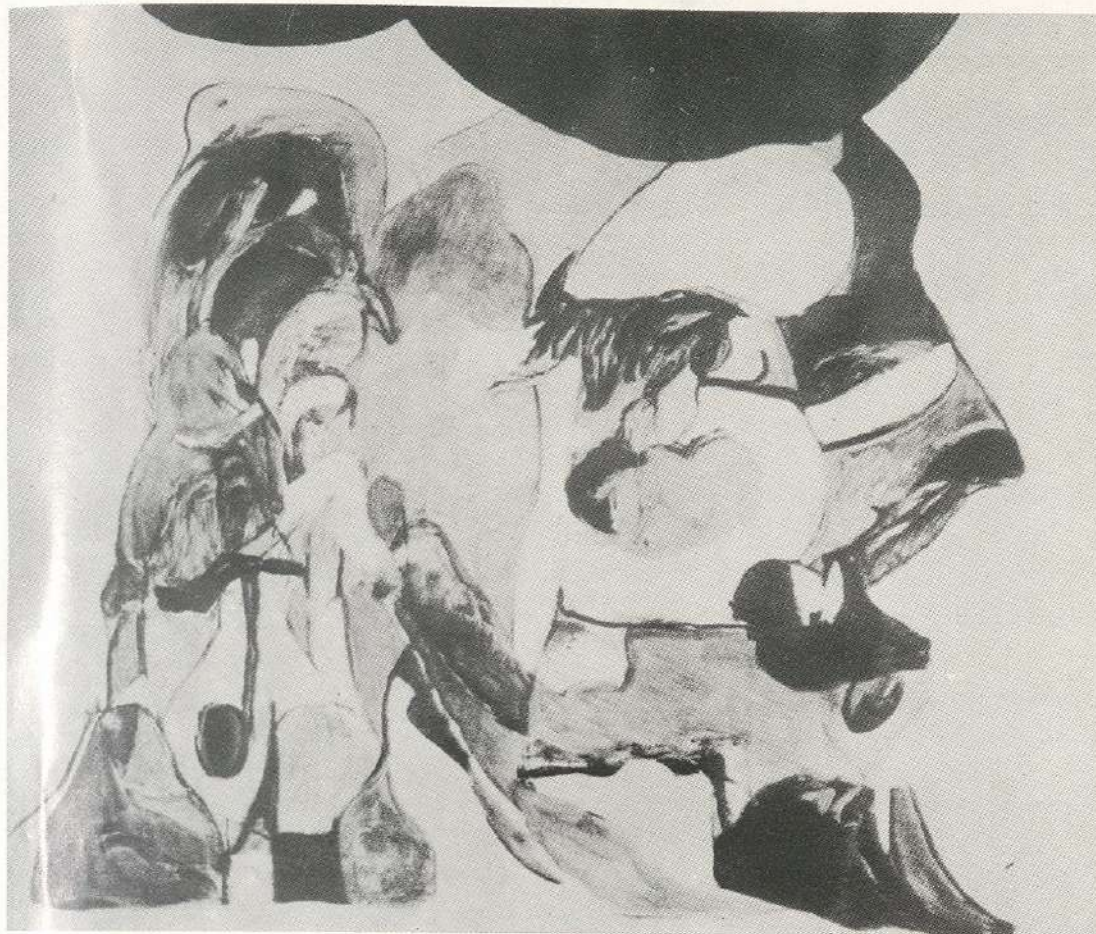
4. Casas sem pesca

Cunha Teles começa o filme, pontuado aliás por uma bela e irónica balada de Zeca Afonso, fazendo o seu "coro" de comentário, com um bem significativo paralelo: os pescadores arrastam redes e barcos, para os pôr a salvo da maré — mas também arrastam uma casa de lata, levando-a em ombros para outro lugar. Os pescadores que se matam, homens, mulheres e crianças, a construir as casas do novo bairro estão condenados, à falta de uma política de pescas que os defenda dos armadores maiores, dos impostos, dos intermediários e até da migração do peixe — a abandonar um dia aquelas casas que, em cimento e tijolo já não podem ser levadas ao ombro, em busca de outro porto ou de outro ofício, sabe-se lá onde, mas onde, certamente, voltarão a fazer umas barracas de lata.

História cruel mas exemplar esta, que se desenha nas longas entrevistas sobre o futuro da pesca e se projecta nos longos planos da praia, do mar e dos barcos. E depois? Poderá a história do bairro novo que viveram, ensinar àqueles homens, diferentes uns dos outros, que também para a pesca a saída é pela união, pela cooperação? Deu-lhes outra capacidade para dialogar com o governo sobre o seu futuro? Se assim foi, o bairro novo, que não devia, segundo a lógica, ter-se antecipado à garantia de trabalho naquele local (o carro à frente dos bois...) poderá ter criado, porque feito daquele modo, as condições de solidariedade suficientes para assegurar a base de segurança no trabalho que permita aos "índios" que já um dia haviam emigrado da ponta do Barlavento, onde tinham tido já casas, não ter de novo que acampar em demanda de peixe ou de patrão.

Saúdinha é o que eu lhes desejo, camaradas "índios" e que possam gozar das casas por muitos e bons anos.

P.S. Caro Cunha Teles: pela minha parte, estás justificado e estou-te grato pelo filme-inquérito, político, português e, eventualmente, "chato e comprido" — como é todo o quotidiano, dia a dia insignificante mas tremendamente significativo para os que estão de fora, quando, feito filme, esse quotidiano se fez História. ■



Quanto da visão é a sabedoria do véu. Vivacíssimo o olhar sob lágrimas reconhece a primeira claridade, ao tempo em que as coisas não haviam perdido pela evidência o seu destino de presença plena, a decifrar dos nomes. Como o nascituro gelado numa água muito primeva, contempla-se aqui a assunção e a volatilidade das formas. Esta violência é a do murmúrio sob águas, o encantamento e a exasperação trémulos, o olhar que respira. No declive e demarcação ténue, a cor busca a sua vocação de translúcido, pura luz. Matinal, a profundidade do campo aberto adoça este sanguíneo tão antigo, íntimo. A indicibilidade do maior temor e do júbilo tem aqui o seu gemido unívoco. É nestes espaços que a mão retoma o seu destino de asa suave e prendida entre as coisas mortais, corpo da consciência que paira, suspensa, matéria que levita desse lado do mundo.

Maria Velho da Costa

**menez
ou
os dedos
luzindo**

(1) De um poema de Herberto Helder, in COBRA.

SURGINDO VEM AO LONGE A NOVA AURORA...

Para a história do diário sindicalista
A BATALHA/1919-1927

Jacinto Baptista

O filme dos conturbados anos da I República.
Uma evocação que recupera para a memória colec-
tiva a imagem de um tempo.

O retrato histórico de uma corrente sindical hoje
desaparecida, mas determinante no período que me-
deia entre o final da Grande Guerra e o advento da
ditadura militar — o *anarco-sindicalismo*.

Um contributo fundamental para a história do movi-
mento operário português.

colecção



A publicar brevemente nesta colecção:

**A DITADURA MILITAR
E O ADVENTO DO SALAZARISMO**

José António Saraiva/Júlio Henriques

O CINCO DE OUTUBRO

Jacinto Baptista



edições



LIVRARIA BERTRAND

APARTADO 37 — AMADORA